

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA**

ISAC FERREIRA

**A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA COLÔNIA
AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS – CANG
(1941 – 1959)**

Goiânia
2015

ISAC FERREIRA

**A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NA COLÔNIA
AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS – CANG
(1941 – 1959)**

Dissertação de Mestrado em História
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás PUC
como requisito para a obtenção do
título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria
Cristina Nunes Ferreira Neto.

Goiânia
2015

COMISSÃO EXAMINADORA

1 . Prof. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

2. Prof. Dra. Albertina Vicentini

3. Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa

Goiânia
2015

Ferreira, Isac.

F383c A construção das representações simbólicas na colônia agrícola nacional de Goiás – CANG (1941 - 1959) [manuscrito] / Isac Ferreira – Goiânia, 2015.
194 f.: il.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História.

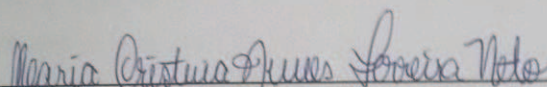
“Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto”.

Bibliografia.

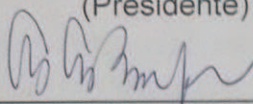
1. Colônia Agrícola Nacional de Goiás. 2. Colonização – Goiás (Estado). 3. Ensino a Distância. I. Título.

CDU 325 (817.3) (043)

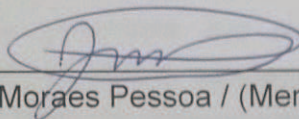
DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
13 (TREZE) DE ABRIL DE 2015 (DOIS MIL E QUINZE) E
aprovado PELA BANCA EXAMINADORA.



Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto /PUC Goiás
(Presidente)



Profa. Dra. Albertina Vicentini (Membro) PUC Goiás



Dr. Jadir de Moraes Pessoa / (Membro) UFG

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / (Suplente) PUC Goiás

AGRADECIMENTOS

Sou grato a minha orientadora, Professora Doutora Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, todos os agradecimentos são pequenos, diante de toda a disponibilidade, paciência e atenção, mesmo tendo uma agenda cheia de compromissos, sempre esteve presente quando solicitei. Seu grande conhecimento sobre a história e sua magnífica capacidade intelectual foram um incentivo a mais nesta caminhada. A você professora Maria Cristina, grato! E estendo minha gratidão a todos os professores do Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – GO.

Agradeço a enorme disposição dos entrevistados que me ofereceram o melhor de sua paciência e conhecimento. As pessoas da Biblioteca Municipal de Ceres e da Câmara dos Vereadores da mesma cidade, os meus mais estimados votos de louvor e gratidão pela grande disposição e bom humor apresentado. As pessoas particulares que pediram para não serem identificadas reitero protestos de elevado agradecimento e honras, pois mostraram-se interessadas na busca do conhecimento por seus passados. E a todas as pessoas, que direta ou indiretamente, colaboraram para o encerramento desta pesquisa.

“É possível afirmar que a história oral faz parte de um processo maior de alargamento da possibilidade do uso de fontes para a escrita da história e de trazer para os historiadores instrumentos para lidar com a subjetividade, que está nos depoimentos, mas também nas fontes escritas.”

Marieta Moraes Ferreira, 2002.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS.....	07
LISTA DE GRÁFICOS.....	07
LISTA DE TABELAS.....	07
LISTA DE IMAGENS.....	08
LISTA DE ABREVIATURAS.....	08
RESUMO.....	09
<i>ABSTRACT</i>	10
INTRODUÇÃO.....	11

CAPÍTULO 1

O PROJETO MARCHA PARA O OESTE: OCUPAÇÃO, POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO.....	16
1.1 Ocupação e povoamento.....	16
1.2 Contexto internacional e nacional do período Vargas (1930-1945).....	27
1.3 O mito político de Vargas.....	30
1.4 O projeto de criação das Colônias Agrícolas Nacionais.....	36
1.5 Goiás no caminho da marcha para o Oeste.....	43

CAPÍTULO 2

ESCOLHA DAS TERRAS PARA IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS E A CRIAÇÃO DA CIDADE DE CERES.....	51
2.1 Terras da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	51
2.2. Fases da administração da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	60
2.3 Criação da cidade de Ceres.....	67
2.4 A Colônia Agrícola Nacional de Goiás como fronteira agrícola.....	74
2.5 Urbanização de Ceres.....	76

CAPÍTULO 3

POVOADORES.....	87
3.1 Primeiros povoadores das terras da Colônia Agrícola Nacional de Goiás...	87
3.2 O simbólico e a construção do mundo social na Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	100
3.3 Colônia Agrícola Nacional de Goiás no campo religioso, educacional e médico.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	111
Anexo.....	118

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	53
Mapa 2 – Área e traçado urbano de Ceres – GO.....	68
Mapa 3 – Fragmentação territorial do município de Ceres 1980-2001.....	80
Mapa 4 – Ceres a Oeste e Rialma a Leste.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ordem cronológica das oito Colônias Agrícolas Nacionais criadas pelo governo federal.....	42
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Efetivo da pecuária da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – 1953.....	74
Tabela 2 – Produção industrial da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – 1953.....	75
Tabela 3 – Ceres: População total e por residência 1943 – 2007.....	79
Tabela 4 – Produção agrícola da Colônia Agrícola Nacional de Goiás 1947, 1950, 1951, 1952 e 1953.....	95

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Escola rural da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	52
Imagem 2 – Bernardo Sayão Carvalho Araújo durante a abertura de estrada na Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	53
Imagem 3 – Casa do administrador Bernardo Sayão na Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	54
Imagem 4 – Ponte de Tambores.....	55
Imagem 5 – Hospital São Pio X.....	56
Imagem 6 – Decreto de criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	60
Imagem 7 – Moradia de colonos na Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	63
Imagem 8 – Ponte “Carmem Miranda”	92
Imagem 9 – Usina de cana-de-açúcar nas terras da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.....	96
Imagem 10 – Missão realizada pela Igreja Católica.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACICER – Associação Comercial e Industrial de Ceres e Rialma.

apud – citado por.

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

FACER – Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

p. – página.

PUC – Pontifícia Universidade Católica de Goiás – GO.

RESUMO

Durante o Estado Novo, com o objetivo de povoar, ocupar os espaços considerados vazios e promover a inserção da pequena propriedade foi criada em 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) na região da Mata do São Patrício. A CANG estava inserida no contexto da Marcha para o Oeste e representou não somente características singulares de investimentos estatais até então não vistos na região, mas, sobretudo, por conta da migração intensa centro sul do estado, que proporcionou crescimento populacional e econômico. O estudo tem como objetivo a discussão do processo de ocupação e construção da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no período de 1941 a 1959, refletindo sobre a ocupação do espaço e sua relação com as representações sociais e na construção do cenário cultural regional. Os procedimentos metodológicos foram baseados em pesquisa bibliográfica, trabalho de campo, entrevistas orais e pesquisa documental com levantamento de dados oficiais referentes à dinâmica populacional, às instituições de serviços e à infraestrutura produtiva. O estudo sobre a formação territorial mostra que os processos e as ações são componentes fundamentais da produção do espaço, mas nenhuma mudança no quadro socioespacial de uma localidade é feita sem conflitos. Além disso, as causas dessas mudanças também são desdobramentos de um movimento externo no local, pressupondo a inserção em distintas redes e a imposição de interesses e lógicas de diferentes escalas.

Palavras-chave: CANG – Colonização – Goiás – Marcha para o Oeste.

ABSTRACT

In order to people, occupy such spaces empty and promoting the inclusion of small property was created in 1941, the colony of Goiás National Agricultural (CANG), during the Estado Novo, on St Patrick Forest region. The CANG was inserted in the context of March to the West and represented not only unique features of state investments so far not seen in the region, but above all because of the intense migration south center of the state, which provided population and economic growth. The search aims to discuss the process of occupation and construction of the Cologne National Agricultural Goiás, in the period from 1941 to 1959, reflecting on the use of space and its relationship with the social representations and the construction of the cultural scene regional. Os procedures methodological were based on bibliographic research, field work, oral interviews and documentary research with a survey of official data on population dynamics, to service institutions and the productive infrastructure. The study of the territorial formation shows that the processes and actions are key components of the production of space, but no change in the socio-spatial framework of a settlement is made without conflict. In addition, these changes are the cause fruits also move to an external location, assuming the insert in different networks and the laying of interest and logic different scales.

Keywords: Cang - Colonization - Goiás - March to the West.

INTRODUÇÃO

A história da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG começa em 1941 quando foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais. A CANG era uma das ações de intervenção da política de inserção das fronteiras, esta por sua vez estava inserida em um projeto mais amplo do Estado Novo intitulado de Marcha para o Oeste que tinha por finalidade a expansão agrícola e a colonização.

Com a criação da Colônia, percebe-se o impacto, não somente por sua característica singular de representar investimentos estatais até então não vistos na região, mas, sobretudo, por conta da migração intensa para a região centro sul do estado que proporcionou crescimento populacional e econômico desta região.

O processo de urbanização, modernização e a consolidação do povoamento do estado de Goiás teve um grande impulso a partir dos anos 1930. Assim, a transferência da capital e a construção de Goiânia em 1933, a chegada da ferrovia em Anápolis em 1935 e a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) a partir de 1942, são acontecimentos que podem ser apontados como motivadores deste processo. A análise desses fatos históricos são muitas vezes corroborados (SANDRO, 2002) do ponto de vista da ocupação demográfica e da ampliação da economia de mercado nessa região, até então distanciada do eixo nacional.

Todavia, tais fatos históricos foram fenômenos que tiveram um impacto decisivo para que ocorressem transformações na região das terras que viriam a se tornar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás a integrá-la no contexto nacional. Eles tiveram uma relação entre si, no momento em que estavam inseridos num mesmo contexto histórico, que corresponde ao período compreendido como Era Vargas (1930-1945), e que coincide com a administração de Pedro Ludovico Teixeira no Estado de Goiás. A análise da CANG, nesse sentido, não pode desprezar esse conjunto de fatos.

Para compreender o empreendimento e a instalação da CANG, torna-se necessário, também, analisar suas peculiaridades. Envolve, não apenas analisar sua causalidade e contribuição a posteridade regional e nacional, mas

também a sua história enquanto espaço distinto, singular e repleto de culturas variadas.

Destarte, o projeto de criação de colônias agrícolas foi desenvolvido e implementado durante o Estado Novo (1937-1945), intencionando ocupar áreas de fronteira e inseri-las num processo produtivo de característica capitalista, visando à criação de um mercado interno de produção e consumo. A CANG surgiu nesse contexto, obedecendo às regras desse planejamento colonizatório¹. Logo, a análise da implantação de uma colônia federal no território goiano não pode ser limitada a compreensão da ocupação da fronteira.

Desta forma, o objetivo principal deste trabalho foi fazer uma análise da CANG a partir das reminiscências que os povoadores deixaram impregnadas na construção dos aspectos socioculturais. A pesquisa abordou, através de documentos escritos e da oralidade, a história oral, local e regional para entender qual foi o fator e como que este se constituiu na unificação de indivíduos de localidades diversas a formar um eixo cultural em comum. Vale ressaltar que a bibliografia existente não contribui de forma significativa com dados e análises mais consistentes sobre o colono.

Diante disso, as fontes primárias se tornaram o principal foco para desvendar e conhecer a história dos colonos da CANG. Daí a complexidade imanente quanto ao trato com as fontes, vários referenciais teóricos tratam deste tema. Como trabalhar as fontes? Qual método utilizar? Penso que um passo inicial poderia ser a questão de focar a produção das fontes pelos sujeitos históricos no passado. Segundo Thompson, as fontes são produtos da não intencionalidade é o que esclarece o autor “nenhum dos atores teve a intenção de registrar fatos interessantes para uma vaga posteridade” (1981, p. 36). Ao se propor a levantar e analisar as fontes sobre e CANG percebe-se que as mesmas foram produzidas mediante a necessidade burocrática de um órgão estatal, tendo os atores históricos quase nenhuma preocupação com a

¹ Elias (2003) menciona que o projeto ou planejamento civilizatório não é razoável, nem racional, nem irracional. A civilização é posta e mantida em movimento e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver. Assim, no período de criação das Colônias Agrícolas Nacionais o planejamento colonizatório firmou as ações de povoamento as tornando complexas e extensas para que o esforço necessário para comportar-se corretamente dentro destas ações ficasse tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, as relações e instituições sociais foram firmemente estabelecidas.

posteridade, mas sim a preocupação do seu tempo, do seu momento. A um primeiro olhar estas fontes tratam somente de assuntos administrativos, financeiros ou mesmo burocráticos, mas é com a complexidade dos questionamentos feitos aos documentos que se abre o universo particular sobre a vida dos colonos na CANG.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram consultados os seguintes arquivos localizados no Estado de Goiás.

Biblioteca Municipal de Ceres, localizada na cidade de Ceres – GO, que comporta a documentação relevante referente à CANG, como: comunicações internas, ofícios, atas, fotos, processos administrativos, mapas. E, sobretudo, documentos referentes aos colonos como: levantamentos de lotes, cartas pessoais e outros.

Outra instituição visitada foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em Goiânia – GO. O INCRA não possui um arquivo permanente para consulta. Assim, não tive acesso ao arquivo, mas me foi dada uma documentação já fotocopiada e selecionada pelos funcionários. Alguns documentos estavam sem data e até mesmo com as páginas fora da ordem, o que dificultou a pesquisa.

Já as fontes orais foram utilizadas com o objetivo de enriquecer o trabalho com a história vivida pelos ex-colonos, visto que “é de importância capital resgatar a subjetividade” (GARRIDO, 1993, p. 39). Com o objetivo de fazer o entrecruzamento com as fontes escritas foram utilizadas as fontes orais, sobretudo, porque o objeto da pesquisa é o estudo da CANG por meio das experiências dos colonos, o que justifica o uso da oralidade. Thompson (1992) menciona o uso de fontes orais como “corretivo fundamental” aos registros escritos; já Garrido (1993) estabelece que a oralidade deva ser usada como uma fonte documental a mais, com o objetivo de construir uma interpretação histórica mais completa, rica e complexa. Apesar da abundância das informações que as fontes escritas proporcionaram, as fontes orais foram utilizadas para a coleta de dados, tendo em vista as experiências dos colonos. A perspectiva foi de estabelecer uma crítica das fontes orais com a documentação escrita existente ora pesquisada. As fontes são produzidas por meio das representações dos sujeitos históricos no tempo, sejam elas escrita, ou não. Afinal, “também existem espaços dissimulados que se escondem na

documentação escrita [...]” (BARROS, 2004, p. 133). As fontes escritas ou orais têm a mesma carga de valores, e de certa forma implicam ao historiador correr os mesmos riscos, por isso, ambas foram utilizadas no desenvolvimento da dissertação.

Também foram utilizadas dissertações, livros de memorialistas e trabalhos de acadêmicos.

Assim, no capítulo 1 procurou-se descrever o projeto nacional Marcha para o Oeste como um empreendimento de ocupação, povoamento e colonização. Discutiu-se também os interesses e as justificativas da política de interiorização do povoamento no Brasil, assim como as circunstâncias que favoreceram a sua realização e as dificuldades encontradas, visto que o projeto se desenvolveu em uma região qualquer infraestrutura física e desconhecida para a maioria dos colonos.

No capítulo 2 abordou-se como foi realizada a escolha das terras para implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e, posteriormente, a criação da cidade de Ceres. A discussão procurou apresentar também a localização geográfica destas glebas e sua ligação com os planos federais para que fossem viabilizados os investimentos em infraestrutura na colônia, as inovações tecnológicas, a qualificação dos serviços prestados e as articulações políticas.

No capítulo 3 foram analisados os colonos da CANG sublinhando as dificuldades encontradas com moradia, acesso educacional, atendimento médico, dentre outras. Em seguida, procurou-se demonstrar como, posteriormente, a colônia se transformou na cidade Ceres, que foi se tornando um polo da prestação de serviços, com destaque na área da saúde e educação, embora a região ainda reflita traços do período da Colônia, principalmente, nos aspectos socioculturais.

Nas considerações finais apresentou-se um resultado através da pesquisa, fontes utilizadas e metodologia. Logo, desse estudo apontaram possibilidades viáveis para sua continuidade em uma perspectiva para uma elaboração de uma tese que pesquise sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) a mesclar com dados referentes à CANG. Ambas se mostram semelhantes (dirigidas, inicialmente pelo projeto federal), mas com peculiaridades ímpares – CAND fruto de projetos variados: federal, estadual e

municipal. Portanto, estas colônias são relevantes para se compreender o projeto federal Marcha para o Oeste e a ideologia difundida no período do Estado Novo.

CAPÍTULO I

1 – O PROJETO MARCHA PARA O OESTE: OCUPAÇÃO, POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO.

1.1 Ocupação e povoamento

A Marcha para Oeste² apresentou um projeto de Nação e propôs caminhos para a sua execução, pautado em um governo forte, liderado por um chefe considerado portador de qualidades semelhantes às dos cabos-de-tropa que comandavam as bandeiras históricas. A ocupação e povoamento das terras da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) faz parte do projeto federal Marcha para o Oeste que visava a integração territorial do país (CORRÊA, 1976, p. 30).

Segundo Corrêa (1970, p.32), o “chefe (Getúlio Vargas) assume seu posto por conta própria e é tacitamente aceito, ou o faz por ato revolucionário”. Para o autor, a Nação deveria concretizar-se no interior do Brasil, lugar de gênese do pronto Estado nacional (CORRÊA, 1976, p. 33).

A Marcha para o Oeste retomava nossas antigas tradições coloniais e valorizava principalmente a figura do bandeirante, considerado pela historiografia clássica o “grande herói nacional”, já que fora ele o responsável pela efetiva conquista do território nacional. Com tal iniciativa, segundo o discurso de Vargas, de incentivo aos brasileiros rumo ao oeste, o Brasil estaria retomando a campanha dos construtores da nacionalidade, ou seja, os antigos sertanistas (CORRÊA, 1976, p. 123).

² Existe uma distinção entre “Marcha para Oeste” e “Marcha para o Oeste”. A primeira é a abordagem literária de Cassiano Ricardo (1959), que analisa a influência do movimento bandeirante na formação social e política do Brasil. A segunda refere-se ao projeto de colonização e ocupação do interior do Brasil efetuado pelo governo federal. Otavio Velho (1976) utiliza esse termo na análise do programa de ocupação territorial do Estado Novo. Esterici, analisando a posição de Cassiano Ricardo no governo Vargas, afirma que ele “pode ser considerado [...] como alguém que como narrador da história assume a incumbência de prover uma base de legitimação do status e das ações do grupo” (ESTERCI, 1972, p. 24).

O herói dessa empreitada, de acordo com Ricardo (1970), seria o chefe de bandeira, cabo-de-tropa ou bandeirante, seria “o disciplinador, o protetor dos que pedem justiça, o chefe militar, o fundador do Estado” (p. 485). Porém, este líder, mesmo com todo rigor do cargo que ocupa, lança mão do “melhor segredo pra um homem de governo, que é a técnica da bondade e conciliação” (p. 480). Assim, da explicação do ato heróico, dada pelo autor, pode-se destacar alguns conceitos básicos que formam a base do discurso estadonovista, isto é, a defesa de um “governo forte” sustentado pela “disciplina”, “obediência”, “ordem” e defesa do bem comum e da unidade nacional. O chefe da bandeira, com essas atribuições antecipa o Estado “forte” e “unitário”, em que “cada chefe de bandeira exerce não só a atribuição de desbravador como também pratica um ensaio agreste de *self-governmnet*” (p. 374), caracterizado pela denominação bandeirismo brasileiro.

O projeto federal, de acordo com Ricardo (1970), se empenhava em construir uma ponte entre o passado e o presente, visto que em outros momentos “a Marcha para o Oeste demonstra, no chamado nomadismo bandeirante, a existência de nítidos constantes culturais” (p. 488), e conclui que é preciso insistir em que o fenômeno bandeira se prolonga, num sentido cultural, constante, por mais de dois séculos, mesmo em sua feição histórica de penetração e conquista” (p.493) para unificar o país. Destarte, o autor enumera as grandes influências exercidas pelo bandeirismo.

Assim, o primeiro fator sofrido pelo bandeirismo foi na expansão geográfica e, portanto, na formação da base física do Estado. A segunda influência foi em nossa formação social, em contraposição ao da “casa-grande”, entrosada com o capitalismo europeu e um espírito de coletividade. A terceira, na gênese da Independência, pois é nela que se encontra o nosso primeiro germe de *self-government*; e seguida pela democracia social brasileira, na origem da nossa democracia política e na formação sociológica do Estado brasileiro.

Portanto, de acordo com a versão de Ricardo (1970) sobre as bandeiras, podemos perceber que a imagem do bandeirante histórico ficou associada ao alargamento das fronteiras. Porém, finalizada a expansão geográfica, no período colonial, não cessaram os seus objetivos, entre os quais, o do

povoamento, o da conquista dos sertões e o da fundação de cidades nestas áreas de integração nacional.

Existiam muitos interesses associados à Marcha para o Oeste, o que se traduziu num vasto programa de colonização que impulsionou a ação e a criação de numerosos órgãos e agências institucionais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1934, a Divisão de Terras e Colonização e o Conselho de Imigração e Colonização, ambos em 1938, entre outros. (DAYRELL, 1975, p. 50).

Contudo, esse contexto produzia uma espécie de Estado em movimento, que construía sua legitimidade à medida que se dilatava pelos espaços que se acreditavam serem “vazios do país”. Torna-se relevante ressaltar que alguns dos principais personagens dessa empreitada vivenciaram experiências prévias associadas ao projeto de construção nacional respaldado em uma “redescoberta” do Brasil, entendido na época como um território a ser desbravado. A exemplo, os tenentes, bem como de alguns jornalistas aventureiros, que acompanharam os passos da Expedição Roncador-Xingu³.

Pode-se dizer que a contribuição para gerar o neobandeirantismo seria a marca das práticas estatais da Fundação Brasil Central (FBC). O neobandeirantismo, refere-se a forma pela qual os atores enredados nas malhas burocráticas da FBC, recorrendo ao exemplo do bandeirantismo clássico, concebiam a produção do Estado naquele contexto histórico por intermédio de modos de imaginação espacial da Nação. Isto é, essa interpretação se valia de uma concepção aventureira da expansão estatal e empregava categorias tais como “desbravamento” e “penetração” para qualificar sua dinâmica de atuação. (DAYRELL, 1975. p. 56).

As ideologias, categorias e discursos que formatavam o neobandeirantismo recorriam a um vasto repertório cultural pré-existente, que produzia um espaço específico associado ao “Oeste” ou ao “Brasil Central”.

³ Para revitalizar as ações do governo em favor dos povos indígenas, o presidente Getúlio Vargas organizou, dentro do programa Marcha para o Oeste, a Expedição Roncador-Xingu. Além de realizar o reconhecimento oficial das áreas ocupadas pelos povos indígenas, a expedição tinha como objetivo mapear a região central do Brasil e abrir caminhos que a ligassem ao restante do País. A expedição foi coordenada pela Fundação Brasil Central (FBC), criada também em 1943. Seu nome foi dado em referência à Serra do Roncador, divisor de águas entre o rio das Mortes (Bacia do Araguaia) e o rio Xingu, no leste do Mato Grosso e, sendo também uma expedição que consolidava as linhas de comunicação, povoamento e colonização das áreas percorridas.

Todavia, múltiplas eram as causas que explicavam esse processo de expansão estatal, também não são poucas as imagens espaciais que permitiram infundir sentido simbólico e prático ao que se convencionou chamar de Marcha para Oeste. Trata-se, contudo, de decodificar o trabalho simbólico que instituiu esse universo e permitiu a própria existência desse processo incessante de invenção burocrática no país.

Pertinente a um extenso relatório não assinado, enviado da Alemanha ao governo de Vargas com título de Espaço Vital⁴, de quase 80 páginas, produzido provavelmente no ano de 1944, faz referências aos recursos minerais e a extensão territorial brasileira. Nesse documento encontram-se citações que colocam o Brasil como um lugar privilegiado geograficamente. Portanto,

Outros países, não dispendo de novas possibilidades, têm se empenhado num programa análogo, muitas vezes empregando a violência para criar colônias que lhes completem a economia, em terras distantes e regiões insalubres. Vocês, brasileiros, ao menos, têm a felicidade de poder resolver esse problema dentro do seu próprio território a favorecer um povoamento uniforme e regular. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Arquivo Arthur Hehl Neiva, AHN 44.021.20, arquivo público).

Ainda nesse relatório, pode-se perceber que o colonialismo interno que se implementava no Brasil nesse período associava-se a uma percepção do espaço interior como um terreno amorfo, povoado de forma completamente espontânea e irregular, sem o concurso de uma lógica reguladora estatal e contínua. A análise do documento de Neiva feita por Martins (2009) afirma que o povoamento do Brasil deu-se num sentido desordenado e sem planejamento. A mineração e a produção agrícola foram às razões primordiais da ocupação

⁴ No ponto de vista da Alemanha nazista, o espaço vital seria o espaço necessário para a expansão territorial de um povo, no caso, alemão. Não apenas a restauração das fronteiras de 1914, mas também a conquista da Europa Oriental. Espaço onde as necessidades, relativas à dominação territorial, recursos minerais, etc, desse povo seriam realizadas. Quem também fazia parte, como se fosse um "trato", era a Itália, que por ficar do outro lado do "espaço vital" era de grande interesse alemão. O interesse alemão e italiano nesta expansão justificava-se em certa medida pelo fato dos dois países serem retardatários na expansão marítima européia, e ao contrário da França e da Inglaterra, não tinham vastos domínios coloniais. O possibilismo, de Vidal de La Blache, serviu como uma resposta antagônica ao espaço vital, ao considerar que havia maneiras de desenvolver economicamente em um limitado espaço geográfico. Hitler considerava que a "raça ariana", por ser superior, deveria permanecer unida, e para unir a raça, a Alemanha deveria possuir um território maior. Esse território (Alemanha e os países que possuíam população germânica), ficou conhecido como "espaço vital". (DUARTE, 1999).

do interior, criaram centros populosos em regiões desaconselháveis pelas más condições de salubridade, pela dificuldade de transportes e pela deficiência de produção. Esgotada a terra do ouro ou pedras preciosas, ficaram os lugarejos mal construídos a se arrastar numa luta desigual pela existência e a sugar, para se manterem, o imposto do município inteiro.

Na historiografia consultada (FARIA, 1998; CAMPOS, 2005; MOURA, 2005) a definição de território brasileiro esteve muitas vezes associado à mobilidade do mundo popular e ao constante desejo de escapar de hierarquias e mecanismos tradicionais de mando. Nesta perspectiva, a reinvenção do território traduzia-se pela ideia de fronteira,⁵ que comporta muito da dialética autoridade-liberdade que caracteriza o territorialismo vernáculo. Se, por um lado, a fronteira representa o espaço de declaração brutal das relações capitalistas mediadas por formas tradicionais e violentas de interação social, por outro ela demonstra a possibilidade constante de se refazer o país de novas formas, sem a inércia das formas de dominação, (MARTINS, 2009).

Destarte, em cada projeto estatal de expansão territorial dirigida “de cima”, pode-se perceber a energia de atores que o ultrapassam, movidos por seus desejos de liberdade (BECKER, 1990). Essa possibilidade relaciona-se com um processo de construção nacional que não seguiu o cânone disponível na teoria clássica sobre Estado e sociedade civil, e que ainda não encontrou decidida resolução. Todavia, é nos embates em torno do espaço, seja ele rural seja urbano, que se jogava a chance de, mais uma vez, reabrir o Brasil e sua potência democrática. Não era outra a tarefa da representação da imaginação brasileira.

Todavia, em 1943, no Brasil havia quarenta milhões de habitantes que viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira (2002), parecia “mais distante que a África”. Era preciso, urgentemente, povoar as terras interioranas brasileiras. A faixa limite do conhecimento civilizado morria ali mesmo no Araguaia. A tônica do espaço vital no cenário da Segunda Guerra Mundial

⁵ Fronteiras são processos social e historicamente construídos – vale dizer, simbolicamente - produzidos. Devem ser concebidas mais como abertura e atualidade do que como dado ou acabamento. São locais de mutação e subversão, regidos por princípios de multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade (DUARTE, 1999).

serviria para trazer à nossa visão a imensa carta geográfica brasileira, com suas não menos imensas manchas brancas, ou seja, seus espaços vazios.

Nascia, assim, um impulso expansionista, desta feita atentado pelo próprio Estado. Dois organismos foram criados pelo governo: o primeiro, já citado anteriormente, a Expedição Roncador Xingu, com a atribuição específica de entrar em contato com os “brancos” das nossas cartas geográficas; o segundo, a Fundação Brasil Central (FBC), com a função definida de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição. O primeiro órgão era, assim, a vanguarda do segundo.

Para Capelato (1990) a Marcha para o Oeste incorporou “o verdadeiro sentido de brasilidade”, uma solução para os infortúnios da nação. Apesar do extenso território, o Brasil havia prosperado quase que exclusivamente na região litoral, enquanto o vasto interior – o sertão⁶ – mantinha-se estagnado, vítima da política mercantilista colonial, da falta de estradas viáveis e de rios navegáveis, do liberalismo econômico e do sistema federalista que caracterizaram a Velha República (1889-1930). Assim, mais de 90% da população brasileira ocupava cerca de um terço do território nacional. O vasto interior, principalmente as regiões Norte e Centro-oeste, permanecia esparsamente povoado.

Capelato (1990) assevera que sob os cuidados do governo federal o potencial do sertão não mais seria desperdiçado. A extração dos preciosos recursos naturais e humanos do sertão asseguraria a prosperidade da nação e alimentou a criação da ideologia do sertão salvador, afortunado e capaz de assegurar a riqueza do país. Como observou o governo de Vargas, o Brasil não precisava olhar para além de seu próprio quintal esquecido, vales férteis e vastos e entranhas da terra, de onde os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial seriam forjados. (CAPELATO, 1990, p. 146).

Ao proporcionar escolas e serviços de saúde para os sertanejos, redes de comunicação e transporte, o governo consolidaria a nação como um todo orgânico. Vargas incorporou o Brasil central e sua população ao repertório

⁶ Cronologicamente, tem-se Sertão como o Outro distanciado e ignoto, que é tomado para sinal de pureza nacional; o nacional por excelência, oferecido em sacrifício à modernidade, por culpa de seu hibridismo – *hybris* como impureza; o Sertão da inferioridade regional e, por fim, um Sertão tensional com o desenvolvimentismo do Semiárido e as demandas da globalização norte-americana (BARBOSA, 2014).

ideológico de seu regime. O Estado havia arrumado o palco com pioneiros vigorosos e funcionários valorosos. O espetáculo foi até acompanhado por música, desde uma composição de Villa Lobos até uma canção carnavalesca, de 1939, *Marcha para o Oeste*. Como podemos perceber, Vargas era o personagem principal deste enredo sociocultural.

Marcha Para o Oeste

Carlos Galhardo

Eu vou para o Oeste
Adeus meu amor
O beijo que me deste
Levarei pra for

Levo teu beijo comigo
Guardado em meu coração
Mas ao voltar hei de te dar
Em troca de um beijo, um milhão

Teus lindos sonhos de agora
Realidade serão
Quando eu voltar, para pagar
Teu beijo que vale um milhão.

A *Marcha para o Oeste* instituída no governo Vargas (1940) foi constituída por inúmeras e variadas ações governamentais que iam desde a implantação de colônias agrícolas a abertura de novas estradas, de obras de saneamento rural a construção de hospitais. Vale ressaltar que esta política nacional expansionista buscava a integração nacional e, concomitantemente, a organização dos territórios para garantir, dessa forma, além da segurança e da efetiva posse, a exploração produtiva de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas (LOPES, 2002).

O governo Vargas buscava, entre outros fatores, incentivar a mobilidade da fronteira econômica com o objetivo de incorporar amplos espaços vazios do país ao processo produtivo, reunir diversos núcleos demográficos isolados, povoando racionalmente o país, assumindo uma ideologia da fronteira ou do bandeirantismo, aspecto central nas estratégias governamentais. Em discurso afirmou Getúlio Vargas:

Mas, se, politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas

já atingiram alto grau de desenvolvimento econômico e industrial (...). Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados (...), pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. (BESKOW, 2007).

Portanto, o conceito de colonização, em um sentido mais amplo, confundia-se com o de povoamento, pois o processo de ocupação e a valorização de uma área eram realizados por indivíduos provenientes de fora. Num sentido mais restrito, colonização era o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado (IANNI, 1979).

Os processos de colonização das fronteiras no Brasil se fizeram, ao longo do tempo, acompanhados por interesses de ordem político-militar e econômico-social, que repercutiram na ideologia dos brasileiros criando sentimentos nacionalistas e os tornavam responsáveis pelo povoamento. Todavia, no Estado Novo (1939-1945), sob a ordem político-militar, podem ser incluídos basicamente os objetivos de ocupação do território e a garantia da soberania nacional nas fronteiras. Na perspectiva socioeconômica, por um lado, o deslocamento de trabalhadores e colonos favorecia a descompressão sobre o espaço agrícola e minimizava o conflito em torno da posse da terra e, por outro, ampliava a possibilidade de geração de trabalho e renda, o que estimulava o aumento da produção e a ampliação do mercado (IANNI, 1979).

Dessa forma, a incorporação de novas fronteiras agrícolas ao contexto socioeconômico nacional desempenhou três funções básicas. Na questão econômica, possibilitava a produção de gêneros alimentícios básicos. No plano social, representava uma orientação para os fluxos migratórios, sendo o *locus* da recriação da pequena produção e, no plano político, era a válvula de escape de tensões sociais geradas no campo (SILVA, 1982).

Todavia, a colonização surgiu como uma opção por parte do Governo Federal, no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira e assim evitar uma indesejada redistribuição de terras já apropriadas no resto do país. Assim, o governo de Vargas conciliou, ao mesmo tempo, aos interesses das elites latifundiárias e atendeu as necessidades da massa oferecendo terras em regiões ainda não povoadas. Logo, a colonização pressupunha também

deslocamento, sendo que a estratégia era beneficiar diretamente os projetos de colonização privados e criar diretamente “frentes pioneiras” que canalizassem para as regiões estagnadas o excedente populacional camponês, ainda não de todo empobrecido. Essas estratégias políticas para promover a colonização das novas fronteiras agrícolas, até então consideradas vazias do ponto de vista demográfico, influenciaram muito o processo de desenvolvimento dos novos espaços agricultáveis (SILVA, 1982).

O desenvolvimento da economia brasileira em formação na época esteve condicionado, antes de tudo, à constituição e ampliação de um mercado interno que teria que ser dinamizado, numa ponta, pelo aumento e diversificação da produção e, na outra, pela ampliação do consumo interno para incorporar as zonas de povoamento. Dentre os fatores que pressionaram estas mudanças pode-se citar o crescimento da população e a elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades. Aos poucos, a produção interna, tanto agrícola como industrial, pôde fazer frente às demandas de consumo. A indústria nacional foi progressivamente substituindo, com seus produtos, a importação anterior de quase tudo o que diz respeito a artigos de consumo imediato, isto é, as manufaturas leves (IANNI, 1991).

O grupo administrativo que comandou o Estado a partir de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, tinha a percepção de um modelo de desenvolvimento fundado na concepção de um capitalismo nacionalista. Assim, acreditava-se que a nação poderia libertar-se das demais através do desenvolvimento e do fortalecimento do seu próprio parque industrial e da agricultura e, ainda, formar quadros técnicos e regularizar as relações entre o capital e o trabalho (IANNI, 1991).

Destarte, como forma de identificar as diferenças entre as políticas que favoreceram a colonização a partir do padrão de desenvolvimento inaugurado em 1930, Lenharo (1986) distingue duas fases. A primeira situa-se entre 1930 e 1964, quando as experiências de colonização foram intensificadas. Nesta fase, a Marcha para o Oeste e as Colônias Agrícolas Nacionais conseguiram alcançar alguma repercussão no país. As políticas estabelecidas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional pela inclusão das “fronteiras ocas” ao mercado interno que, paulatinamente, iam se formando. O problema para que o projeto pudesse completar-se residia

fundamentalmente, segundo o autor, na incipiente estrutura econômica. A ausência de uma maior e melhor articulação entre as estruturas financeira, de investimentos e de distribuição, teria impossibilitado a disseminação, pelo território nacional, de experiências deste quilate.

A segunda fase iniciou-se em 1964 e se estendeu até fins dos 80, quando este padrão de desenvolvimento parece ter sofrido forte inflexão, com o fim da ditadura militar. Este recorte temporal realizado por Lenharo (1986) evidencia o golpe militar como um dos elementos centrais que conferiram marca própria aos processos de colonização e que, a partir daí, ganharam relevo e destaque no cenário nacional. Nesta perspectiva, as experiências de colonização teve no Estado um forte aliado. Todo o aparato institucional e as políticas públicas implementadas, desde então, foram quantitativa e qualitativamente distintas dos projetos de colonização ocorridos entre 1930 e 1964 (IANNI, 1991).

Nesse processo a política da Marcha para o Oeste, com a ideologia de estímulo à expansão econômica e a ocupação dos espaços vazios do interior do país, se conjuga com os fatores de expansão das frentes pioneiras, sendo o revestimento desse processo. Ou seja, um projeto político tendo como “pano de fundo” o econômico, pois “por mais que o econômico e o político sejam separados para fins de análise e apresentação, devem ser entendidos como constituindo um único e indivisível processo social” (FOWERAKER, 1982, p. 39) para que compreendamos a Marcha para o Oeste. Segundo Paul Singer, a prática este processo implicava em “abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia de subsistência, e integrá-las na divisão interregional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para o capital industrial e, portanto a base para sua acumulação” (1984, p. 218). Sobre esse processo afirma ainda Queiroz:

Desse modo, como observa o geógrafo Leo Waibel, a grande demanda por gêneros alimentícios e matérias-primas, estimulada pelo pólo industrial do sudeste, se fez sentir sobre uma vasta área, correspondente a um semicírculo de 500 até 1.000 quilômetros de raio, em torno das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (QUEIROZ, 2008 p. 57).

Assim, Figueiredo (1984) salienta que o Estado Novo se expressava na Marcha para o Oeste, no nacionalismo e nas políticas sociais. Através destas medidas, acreditava-se que o Brasil se voltaria para si próprio, conquistaria a independência econômica e política através do nacionalismo e, ainda, poderia amenizar as diferenças sociais através de uma permanente preocupação com os trabalhadores. Nesse contexto, o fator econômico e político se aglutinaram para a formação e efetivação do projeto Marcha para o Oeste.

Para Figueiredo (1984) uma das expressões da Marcha para o Oeste era o povoamento do interior do país. O autor insiste que o Brasil deveria ser povoado, pois povoar o país seria conquistá-lo. Sua justificativa estava assentada na constatação de que havia muita “riqueza abandonada”, “inexplorada” pela ausência do “agente humano para encontrá-las”. Assim sendo, até mesmo a segurança nacional era afetada. Uma das formas de resolver esse problema apontado por esse autor seria a redivisão dos quadros estaduais. Este plano sugeria a equivalência de área e de potencial político entre os Estados, sendo que estas áreas não poderiam ser muito grandes, nem pequenas demais, e que as desigualdades iniciais de povoamento, riqueza e progresso fossem atacadas a fundo pelo Estado Nacional, que deveria distribuir recursos e não privilegiar nenhum Estado (1984, p. 182-186). Essas eram as diretrizes básicas da reorganização estadual, que poderiam acabar com as desigualdades entre os Estados, opor-se à Primeira República “liberal e desagregadora” e, assim, ajudar a construir a nação brasileira.

A construção de Goiânia foi outra forte expressão da Marcha para o Oeste na visão de Figueiredo. O movimento da Marcha para o Oeste significava um novo bandeirismo, porém planejado, sobre bases racionais, por vias estatais e regionais. Para que isso fosse possível, seria necessário implantar instituições adequadas para um domínio total do Brasil pelo Brasil (FIGUEIREDO, 1984, p. 190).

Destarte, a Marcha para o Oeste funcionou como discurso oficial para a construção legitimada da ocupação territorial do oeste brasileiro. O papel do discurso não teria sentido algum se não ocorresse à integração e a representação da Marcha para o Oeste como parte vital para o desenvolvimento econômico do Brasil. Todavia, para Bourdieu (1998) o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos (língua, religião, discursos,

dentre outros), mas sim nas relações políticas da luta simbólica, que legitimam a integração entre a autoridade e o grupo social, onde se “produz e reproduz a crença”. O discurso utilizado no período do Estado Novo seduzia os interlocutores, no sentido que fora criado para a sociedade da época e para as pessoas envolvidas no projeto, os colonos. Logo, o papel do discurso como sistema simbólico tem eficácia por causa da posição do agente no espaço social no contexto histórico.

1.2 Contexto internacional e nacional do período Vargas (1930-1945)

Do ponto de vista histórico, Hobsbawm (1997) assevera que o século XX não começa propriamente em 1900. Na realidade, o mesmo inicia-se com a Primeira Grande Guerra (1914-1918), essa grande conflagração que, em si mesma, introduz rupturas e novidades, desde as técnicas de confronto até a amplitude do envolvimento das Forças Armadas dos vários países envolvidos.

Todavia, já no curso da Primeira Guerra Mundial ocorreu uma ruptura, ou seja, o triunfo da revolução russa de outubro (novembro, em nosso calendário) de 1917. Após o conflito, no correr dos anos 20, emergiu na Europa uma nova direita, revolucionária. Entretanto, a direita que surgiu no pós-guerra foi muito diferente da direita tradicional, conservadora, intensa a mobilizações sociais e preservadoras de valores clássicos. Assim, ela se propôs utilizar o arsenal ideológico revolucionário a conquistar e mobilizar as massas, por meio de discursos acalorados que criaram a base de regimes nazi-fascistas. Logo, chocou-se muitas vezes com a direita tradicional. Obviamente, entre outros exemplos, há o regime fascista, que triunfou na Itália em 1922, e o nazista, que ascendeu ao poder na Alemanha em 1933.

Nesse quadro geral, Hobsbawm (1997) afirma que com a emergência de regimes totalitários e autoritários, tanto na Europa do Leste como na Europa Ocidental, é possível apontar alguns regimes de direita como o nazismo e o fascismo, que influenciaram a construção da ideologia e a organização do Estado Novo⁷. Haja vista a moldura sindical do Estado Novo, que teve forte

⁷ Diniz (1978) afirma que dentre as muitas possibilidades, duas figuras autoritárias, embora bastante diversas, que foram uma referência significativa no Brasil dos anos 20 e 30. Uma delas foi Manoilescu, autor romeno, ou melhor, mais do que um autor, um homem que

influência da *Carta del Lavoro*, vigente na Itália de Mussolini (1933); e as técnicas de propaganda estado-novistas foram também muito influenciadas pelo exemplo nazi-fascista.

Hobsbawm (1997) salienta que para certas influências na formação do autoritarismo brasileiro que vêm de áreas periféricas da Europa e até de um país na confluência entre o mundo europeu e o mundo islâmico. Contudo, essas influências são menos repisadas, menos conhecidas, quiçá menos importantes, mas não deixam de ter significado e introduzem um elemento comparativo novo entre países que hoje chamamos de emergentes.

Em 1938, no Brasil, a campanha de nacionalização, a proibição da propaganda e da organização de partidos políticos provocaram estremeamento nas relações entre o Estado Novo e o Reich, pois atividades políticas foram proibidas a estrangeiros. No entanto, a penetração da propaganda nazista era acentuada nos estados do sul do Brasil, em razão do forte contingente imigratório de origem alemã.

Funari e Pelegrini (2009) destacam que em setembro de 1939, o governo brasileiro declarou a política de neutralidade⁸ no conflito da Segunda Guerra, contudo a neutralidade foi violada mais de uma vez em razão incapacidade militar brasileira de vigilância em todo o extenso litoral. Os norte-americanos, cientes de que participariam da guerra europeia, procuravam, por meio da retórica pan-americanista e de medidas concretas, ganhar a América

participou da vida política da Romênia e cujas idéias foram uma espécie de Bíblia para boa parte dos industriais brasileiros, sobretudo paulistas. Outra figura que constitui um ponto de referência entre os autoritários brasileiros — especialmente os integrantes das Forças Armadas — é Kemal Atatürk, modernizador da Turquia, no comando daquele país por anos e anos. O general Góis Monteiro refere-se a ele em seus escritos e especialmente no depoimento prestado ao jornalista Lourival Coutinho, que se converteu no livro *O general Góis depõe*. Góis vislumbra em Atatürk um exemplo a ser seguido, como construtor da nação turca, colocando-o ao lado de outras figuras como Mussolini e mesmo Lenin, apesar de sua crítica implacável ao comunismo. Essa referência a Atatürk é curiosa, na medida em que guarda relação com outra, sugerindo que a “modernização pelo alto”, realizada na Turquia, esteve muitas vezes presente no imaginário e no ideário da elite militar brasileira.

⁸ A política de neutralidade parece estar sempre ligada a um sistema de oposições em que logo se revela um imperativo ético, que justamente exige a opção por um determinado campo de valores. Assim, as acepções históricas de “neutralidade” que se desenvolveram nas esferas da política externa e da política interna parecem sempre remeter não simplesmente ao estado neutro — “nenhum dos dois”, onde a escolha entre campos ou valores está suspensa —, mas, antes, ao problema da necessidade da escolha entre dois campos em tensão. Dessa maneira, o conceito de neutralidade, tal como elaborado concretamente no discurso da história, costuma remeter, de fato, à existência real ou potencial, manifesta ou latente, passada, presente ou futura, de um conflito (KEMPINSKA, 2009).

Latina no sentido de incluí-la no seu sistema de poder. Nesse cenário, o Nordeste brasileiro, em decorrência de sua posição geográfica, ocupava um lugar de destaque relevante no sistema defensivo hemisférico. Assim, Vargas buscou uma contrapartida de cooperação por apoiar os EUA, tentando obter vantagens concretas para o desenvolvimento econômico nacional, com recursos e tecnologia norte-americanos para a construção de uma usina siderúrgica em Volta Redonda.

O governo do Estado Novo, para Garcia (1982), foi um período na história do Brasil em que as estruturas políticas, econômicas e sociais foram transformadas visando instaurar uma nova ordem na nação. Caracterizado como um governo autoritário, o Estado Novo e sua Constituição (1937) são exemplos do que ocorria no contexto europeu da época marcado por regimes autoritários. Na década de 1930, o Brasil estava atento aos rumos que estavam sendo trilhados pelos países europeus, como Portugal, Itália e Alemanha⁹. Porém, é necessário frisar as especificidades do governo brasileiro, para não reduzir o regime estadonovista às características fascistas.

Após a estruturação do Estado Novo, com a centralização do poder político nas mãos de um Estado autoritário e intervencionista, destinado aos interesses apresentados como nacionais, surgiu a necessidade de sua legitimação. Portanto, foi necessário definir a ideologia dominante do Estado Novo, que:

configurou-se como representativa dos interesses do capital, relativos às oligarquias ligadas ao setor agrícola e à incipiente burguesia industrial, com a incorporação de interesses das classes média e operária, até o limite necessário à neutralização de sua força (GARCIA, 1982, p.59).

Segundo Capelato (1998), o Estado Novo fundamentou-se em decorrência de uma política de massas que se foi definindo no Brasil com a Revolução de 1930 e com a ascensão de Getúlio Vargas no poder. Para a autora a crise do café somada com o *crack* da bolsa de valores de *New York*

⁹ Estes países, entre outros europeus, viviam sob regimes totalitários na década de 1930. Em Portugal, o golpe militar em 1926 estabeleceu uma longa ditadura comandada por Antônio de Oliveira Salazar, de 1932 a 1974. A Itália inaugurou seu regime fascista em 1922 quando Benito Amilcare Andrea Mussolini chegou ao poder. Em 1933 Adolf Hitler foi nomeado chanceler na Alemanha, adotando uma série de medidas destinadas a consolidar a superioridade do Partido Nazista e instaurar um Estado totalitário e policial.

em 1929, foram fatores que aceleraram o processo de mudanças no Brasil, iniciado em outubro de 1930, com a nomeação de Getúlio Vargas para o cargo de supremo chefe da nação brasileira.

Assim,

a mudança política produziu um redimensionamento do conceito de democracia norteadada por uma concepção particular de representação política e de cidadania; a revisão do papel do Estado se complementou com a proposta inovadora do papel do líder em relação às massas e apresentação de uma nova forma de identidade nacional: a identidade nacional coletiva (CAPELATO, 1998, p. 110).

Capelato (1998) afirma que o Estado Novo constituiu-se pelo autoritarismo graças ao intenso controle político, social e cultural e pelo efeito de cercear as liberdades em muitos planos; houve repressão e violência extrema expressa nos atos de tortura. Contudo, segundo a autora, permanecem ainda muitas lacunas a serem preenchidas para realmente se conhecer o período em que Vargas governou o Brasil.

Getúlio Vargas passou a intervir nos estados brasileiros mediante a nomeação de interventores, que assumiram o poder estadual executivo orientado pela nova Constituição criada em 1934. Estes interventores reproduziam nos estados a política determinada pelo governo central, que pôs fim ao sistema federativo da Primeira República. Com o golpe que conduziu Vargas ao poder, apenas a bandeira nacional passou a existir para todos os estados.

O período Vargas (1930-1945) foi influenciado pelo contexto internacional, principalmente, pelos governos europeus (fascistas e nazistas). Assim, quando pensamos em Getúlio Vargas o que nos vem à mente é imagem de um líder populista, autoritário e que governava o Brasil de forma a criar uma base de apoio para o seu projeto político, que primava pela busca de um ideal nacionalista para levar ao Brasil a atingir o progresso. Isto é, a representação do mito político de Vargas.

1.3 O mito político de Vargas

Na interpretação de Bobbio (1998, p.758) o mito político nasce em momentos de crises, dirigindo-a e solucionando-a a partir de questionamento

global de institutos culturais, é o vestíbulo da formação da consciência social e da criação de estruturas do agir e do pensar.

Girardet (1987, p.21), estudioso da temática e de suas repercussões nas sociedades contemporâneas, afirma que mitos políticos são ideias especialmente adequadas para a realização de uma ação política de massa. Os mitos políticos de uma sociedade não desaparecem, ficam adormecidos, e o seu ressurgimento está sempre associado a períodos de crise na vida e pensamento dessa sociedade. Por mais que se tente silenciá-los, eles sempre voltam, convocado por crises oriundas na sociedade. Nesse sentido, o mito expressa um senso de limite e passagem de uma situação para outra, que explicita mudança social e cultural.

Assim, o estudo do mito político incorporando as sensibilidades, porque permite o acesso ao imaginário, desejos, expectativas e esperanças de uma sociedade, também permite uma análise racional dos fatores situacionais, significa aceitar a ambiguidade e a incerteza. Como afirma Girardet (1987, p. 21), “o mito é um elemento integrante, normal e patológico, de qualquer situação social e política”.

D’Araújo (1997), na obra “A Era Vargas”, nos diz que o governo de Getúlio, apesar de fazer uso de medidas autoritárias, era visto com bons olhos pela maioria da população brasileira. Isto se explica pela construção do mito político, Getúlio Vargas, que ocorreu durante sua atuação política como posteriormente, pela historiografia e meios de comunicação. Explica a autora que a implantação deste, as massas populares passaram a ter a percepção da ordem política e o um sentimento de participação, uma vez que, adorando e reverenciando o chefe, sentiam-se partícipes daquela sociedade. Para a autora “Vargas não surgiu do vazio. Vargas foi, ou é ainda, o mito que representava o Estado nacional organizado, a legislação trabalhista, a soberania, o nacionalismo, a brasilidade, a defesa dos humildes, o pai dos pobres” (D’ARAÚJO, 1997, p. 78).

O mito Vargas foi fruto de uma construção histórica que se deu a partir do Estado Novo quando foi montada uma ampla rede de censura e propaganda política. O órgão encarregado dessa tarefa foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que se dedicou com afinco à promoção da imagem do

ditador. O DIP passou a funcionar no Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados, que se encontrava fechada.

O DIP também foi responsável pela introdução do programa radiofônico “Hora do Brasil”, que era transmitido por todo o país das 19h às 20h. Nele, mostravam-se as realizações do governo e eram reproduzidos os discursos de Vargas em ocasiões solenes. Hodiernamente, ainda é veiculado com o nome de “A Voz do Brasil”.

Em 1934, o Departamento de Difusão Cultural passou a ser o responsável pelo trabalho de propaganda e difusão das imagens oficiais através das cartilhas, livros escolares, desfiles, biografias e monografias. Esta produção da imagem, tanto de Vargas quanto de seu governo, foram aperfeiçoadas com o DIP a partir de 1939.

As fotografias, neste momento, assumem o papel de revelar um imaginário social construído e fortalecido, pois elas tornam o simbólico compreensível. Os departamentos vêm à fotografia enquanto instrumento de manipulação da informação a respeito de Vargas e do Estado Novo. Devido a isto, o DIP assume tamanha importância no governo varguista: a de censurar, construir e propagar a imagem adequada às ideias do Estado.

Traçou-se, assim, a imagem de Vargas como o “Salvador da Pátria” e de um chefe de governo protetor dos pobres e dos trabalhadores desamparados - o “pai dos pobres”. Essa ideologia foi criada com divulgações de imagens que representavam Vargas no meio de pessoas carentes e também por seus discursos em consonância com os quereres desta classe social. Por fim, o suicídio de Vargas serviu para transformar o mito político em herói trágico e mártir da nação brasileira.

Assim, é possível identificar que o mito político de Vargas foi construído através de diversos meios de comunicação, dentre eles a fotografia, a visualidade narrativa dos eventos, personagens, figuras de Vargas foram traduzidos na produção imagética do período e por meio dos discursos proferidos pelo próprio Vargas.

É possível constatar que Vargas, através de discursos atrelados ao ufanismo, se afirma como o representante máximo e protetor dos brasileiros. Portanto,

Este monumento é um preito de justiça e um motivo de orgulho nacional, principalmente para mim, representante dos patrióticos brasileiros. Foi erguido como um testemunho da nossa gratidão por tudo quanto devemos aos que, vindos de terras tão diversas, mas trazidos pela mesma esperança, se empenharam como nós em promover o engrandecimento de nossa terra, que para eles também já é uma pátria, nação resguardada por um governante amigo de todos. Reverenciamos hoje, comovidos na profundidade do nosso reconhecimento, aqueles que contribuíram decisivamente para o engrandecimento do Brasil; aqueles que transplantaram para estas férteis planuras do Sul a semente nova de culturas antigas; aqueles que nos trouxeram o concurso inestimável da mão-de-obra qualificada e da especialização técnica, possibilitando o surto vertiginoso de nossa industrialização; os agricultores, os artesãos, os mestres de arte e ciência, todos enfim que retribuíram em cultura, experiência e esforço os incentivos e as oportunidades da terra generosa. Este marco, levantado por iniciativa do povo e à custa do povo, exprime bem o nosso sentido de fraternidade humana e o nosso desprendido amor a todos os que se devotam ao labor pacífico e construtivo (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Arquivo Arthur Hehl Neiva, 20 de abril de 1942, arquivo público).

Gomes (2012) assevera que os mitos políticos enraízam-se na realidade como ponto fundador em meio a crises e entraves sociais e políticos estabelecem-se como detentores da nova ordem social e política, ocupam a lacuna com uma retórica fabulosa de propostas que abandonam o passado e enaltecem o futuro.

Portanto, na figura de Vargas, a construção deu-se muito cedo, sua carreira política foi colaboradora na produção de sua imagem, o lado regionalista e familiar esteve presente por diversos momentos, uma maneira, de através da visualidade do discurso, propor a união, a importância da família, dos valores e dos costumes. Os elementos que favoreceram a elevação de Vargas ao mito político são muitos, no entanto alguns são evidentes, a partir do privado (a família, o regional) ganham valorização no espaço público, um elo entre o governante e os populares, porque reconhecerem nele significados que lhe são íntimos.

Os mitos políticos da sociedade contemporânea não se diferenciam muito dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. A mesma e essencial fluidez os caracteriza, ao mesmo tempo em que a imprecisão de seus respectivos contornos. Imbricam-se, interpenetram-se, perdem-se por

vezes um no outro. Uma rede ao mesmo tempo sutil e poderosa de liames de complementaridade não cessa de manter entre eles, como passagens, transições e inferências. A nostalgia das idades de ouro findas desemboca geralmente na espera e na pregação profética de sua ressurreição (GIRARDET, 1987, p.15).

Há o nascimento do mito que emerge em um contexto comum a todos, a necessidade de rompimento com um passado e a necessidade de direcionamento a um futuro promissor. Foi justamente este sentimento que possibilitou a coesão social necessária para a criação do mito político Vargas.

Vargas surge como o personagem capaz de sanar as crises, inflação, controlar os empréstimos feitos ao Banco do Brasil a juros altos e assume com isto a função de Pai dos Pobres, Chefe da nação; dentre outros inúmeros atributos que lhe são dados. Esta caracterização heroica é que resguarda a centralidade do poder a Vargas.

Gomes (2012) analisa a história da construção e do mito político de Vargas. Destarte, o mesmo inicia com e logo após a Revolução de 1930. Nesse momento, Vargas era apenas um de um conjunto de líderes, embora fosse aquele que iria assumir a chefia do Estado brasileiro. Pode-se, logo verificar que a sua figura começa a ser trabalhada como exemplo de presidente quando era ainda chefe do Governo Provisório (1930-1934) e, a seguir, o presidente constitucional do país (1934-1937). A partir deste instante, a propaganda em torno de seu nome e das realizações de seu governo não para de aumentar. Entretanto, foi somente após o golpe do Estado Novo que a preocupação com a construção do mito Vargas chegou a seu auge. Como o regime era autoritário, a intensa propaganda se beneficiou muito da censura, dirigida a todos e a tudo que pudesse ser considerado danoso ao regime e a Vargas. Na fase do Estado Novo, cresceram lado a lado propaganda e repressão, quer esta se manifestasse através dos instrumentos da repressão física direta, quer assumisse as feições, nem sempre muito sutis, da censura e também da autocensura.

Assim, mitos políticos fazem parte das construções modernas, e se tornam possíveis quando a política se torna uma atividade central para uma sociedade e quando as “massas” se tornam um ator necessário. Mitos políticos, especialmente quando assumem a forma de uma personalidade, cumprem o

papel de guias para o povo, devendo ser facilmente reconhecidos e seguidos. Nesse sentido Getúlio Vargas foi um grande mito, construído no contexto das décadas de 1930-1940, quando o Brasil se tornava uma sociedade urbano-industrial, influenciada pelos meios de comunicação de massa e, portanto, não se podia mais desconhecer os graves problemas socioeconômicos que inquietavam a população havia décadas.

Mitos políticos exigem intensa e sofisticada propaganda governamental, que era feita pelas emissoras de rádio, mas era preciso que a publicidade que estivesse sendo propagada fizesse sentido para a população receptora, que vinculasse à sua experiência de vida, direta ou indiretamente. A construção de um mito, contudo, não é mera obra de mistificação.

As estratégias utilizadas pelo governo Vargas não se resumiam em solucionar os problemas das cidades somente, eram antes um projeto político que visava desenvolver o capitalismo no Brasil, “projeto este que, na prática, atendia muito mais à classe industrial ascendente do que aos trabalhadores que, nos discursos de Vargas, eram tratados como o centro das atenções”, (OLIVEIRA, 1999, p. 54). Na visão da autora, o real interesse e objetivo do Governo Vargas era reordenar o capitalismo no País. Esta afirmativa se sustenta no próprio discurso varguista, proferido no dia 1 de maio de 1941:

É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola (OLIVEIRA, 1999, p. 78).

Conforme Capelato (2009), o objetivo principal do governo de Vargas era concretizar o progresso dentro da ordem. Para isso, fez esforços para superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico. Quanto aos trabalhadores, o governo Vargas necessitava de seu apoio, e estes reivindicavam terras. Porém, se ocorresse uma reforma agrária, este perderia apoio da elite. Uma estratégia política foi a criação do projeto Marcha para o Oeste.

No começo da década de 1940, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996), o Brasil contava com 43 milhões de habitantes concentrados, praticamente, no litoral e imaginavam o interior do

país como algo exótico e selvagem. A região interiorana era uma enorme e inexplorada mancha na geografia brasileira.

Brasileiros, no momento em que todos os pontos do território nacional, vos reunís em festa — nesta clara hora de compreensão e de compromisso, evocadora da criação da Pátria, de devoção ao culto dos seus heróis —, eu vos saúdo fraternalmente, em perfeita comunhão de sentimentos, cheio de confiança e de fé. As lutas ásperas e anônimas pela ocupação da terra selvática e exuberante; os anseios dos homens novos, moldados ao influxo prodigioso do meio tropical e nascidos para viver num mundo também novo, cuja posse souberam disputar, tenaz e heroicamente, à cobiça de estranhos; o fervor messiânico e o sacrifício dos mártires que primeiro sonharam a Nação forte e soberana — tudo isso se resume e simboliza, transformada, hoje, no despertar em busca do verdadeiro sentimento patriótico. Eu vos peço e convoco para que sintamos a brisa de nossa brasilidade (Biblioteca da Presidência da República, 07 de setembro de 1936).

Seguindo a interpretação de Soares (2007), o discurso ideológico criado e dito incansavelmente por Vargas, convocava a população para uma missão de cunho patriótico. Getúlio queria conquistar a anuência dos brasileiros para o desbravamento das regiões de frugal povoamento, construindo um nacionalismo pautado na concepção capitalista de integração do território às normas econômicas.

1.4 O projeto de criação das colônias agrícolas nacionais

Embasado no artigo “*Processo de Emancipação de Ipiranga de Goiás de 1968 a 2000*” Amâncio (2008, p. 12) comenta que

Com base em informações da revista *Associação Comercial e Industrial de Ceres e Rubiataba - ACICER* e nas afirmações feitas por Nair Leal de Andrade (2003), Bernardo Sayão era um homem que gostava de desbravar, não ficando preso em casa com a parte burocrática. Ele avançava mata adentro, derrubando árvores e criando novos caminhos. Para Pessoa (1999), Bernardo Sayão dizia sempre as pessoas com as quais se relacionava: a Colônia Agrícola para mim é ponto de apoio. Eu não estou aqui pra plantar feijão e milho. Estou aqui pra fazer uma estrada para Belém.

A Associação Comercial e Industrial de Ceres e Rialma-ACICER, Amâncio (2008) assevera que depois de “abrir caminho para a entrada do

Brasil” na Segunda Guerra Mundial, o governo de Vargas passou a temer a possibilidade de bombardeios nas cidades litorâneas. A Marcha para o Oeste insere-se neste contexto. Assim, para o governo de Vargas, torna-se mais necessário do que nunca a ocupação e produção no interior, por motivos de segurança nacional.

Desta forma

a marcha foi armada para evoluir o domínio da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, regiões férteis da fantasia e emoção, instrumentos penetrantes com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada, superadora dos conflitos sociais. A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riqueza (LENHARO, 1985, p. 17-18).

No artigo “*No Oeste, a Terra e o Céu: A Construção Simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás*”, Silva (2002, p. 08) diz que “A “verdadeira brasilidade”, ou a identidade original dos pioneiros estava associada ao processo da marcha, do deslocamento e mobilidade que o discurso propunha”.

Garfield e Colledge (2000) afirmam que o território brasileiro havia prosperado quase que exclusivamente no litoral, enquanto seu vasto interior mantinha-se estagnado e desconhecido, vítima do estereótipo mercantilista colonial, da falta de estradas viáveis e de rios navegáveis e também do sistema federalista que caracterizou a República Velha (1889-1930). Um exemplo que reforça esta pesquisa é que no censo de 1940 o sul mato-grossense contava com apenas 238.640 habitantes. Portanto, esta era uma área que tinha um vazio populacional no Mato Grosso do Sul, que passou, a partir de então, a servir de atrativo para políticas de colonização.

Segundo Silva (2002, p. 07):

O projeto de criação de colônias agrícolas foi desenvolvido e implementado durante o Estado Novo (1937-1945), intencionando ocupar áreas de fronteira e inseri-las num processo produtivo de característica capitalista, visando à criação de um mercado interno de produção e consumo. A CANG surge nesse contexto, obedecendo às regras desse planejamento colonizatório.

Conforme Silva (2002) as colônias agrícolas¹⁰ foram criadas durante a política de expansão econômica que ficou conhecida como Marcha para o Oeste. Tinham como objetivos centrais a política demográfica de incentivo à migração, à criação de Colônias Agrícolas, à construção de estradas, à reforma agrária, mesmo que de forma indireta, e o incentivo à produção agropecuária de sustentação. O “caminho do Oeste”, como disse o Presidente Getúlio Vargas, era o caminho do Brasil, o grande tronco que formaria o eixo da “civilização brasileira” e por onde se expandiria em grandes conquistas, o gênio comercial, industrial, econômico, enfim, da raça (SILVA, 2002, p. 58). A Marcha para o Oeste simbolizava, na época, o caminho para o progresso e a civilização.

O Decreto Lei nº 3059/41 diz que o Governo federal em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e, também, por intermédio do Ministério da Agricultura, promoveria a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que apresentassem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. Todas as despesas decorrentes da fundação, instalação e manutenção das colônias, inclusive construção e conservação das vias principais de acesso, seriam custeadas pela União, de acordo com o volume de créditos que fossem destinados a esse fim.

De acordo com o Art. 2º do Decreto Lei nº 3059/41 as colônias seriam criadas por decreto executivo e fundadas em grandes glebas de terras que deveriam reunir situação climática e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região e cursos permanentes d'água ou possibilidade de adubagem para irrigação.

Nesse mesmo Decreto Lei nº 3059/41 afirmava-se que a escolha da região para a fundação da colônia, ter-se-ia em vista a existência de quedas d'água para a produção de energia hidroelétrica. Escolhida a região para a

¹⁰ Foram criadas oito Colônias Agrícolas Nacionais a partir de 1941, sendo a primeira no estado de Goiás e as outras nos seguintes estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Território de Ponta Porã (Mato Grosso), Piauí e Minas Gerais. Porém, das oito Colônias Agrícolas, somente duas prosperaram, a de Goiás, e a de Dourados no estado de Mato Grosso.

colônia, proceder-se-ia à elaboração do plano geral de colonização e orçamento dos respectivos trabalhos, que deveriam ser submetidos à aprovação do Presidente da República. Na sede da colônia deveria ser fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos em ferro, madeira, couro, dentre outros, onde os colonos e seus filhos aprenderiam esses misteres necessários ao homem rural.

Nas colônias seriam mantidas ainda escolas primárias para alfabetização de crianças em idade escolar e os colonos seriam reunidos em cooperativas de produção, venda e consumo. Quando aprovado fosse o plano geral de colonização e executados os respectivos trabalhos, seria organizada a relação dos candidatos aos lotes, dando preferência, na distribuição, aos moradores locais e dentre estes os de prole numerosa, assim considerados os chefes de família que tivessem, no mínimo, cinco filhos menores dependentes.

Os lotes, casas e quaisquer benfeitorias neles existentes, seriam concedidos gratuitamente, observadas as seguintes condições: o colono para ter domínio útil do lote deveria nele residir, e receberia sementes e material agrícola necessários para a sua exploração agrícola. Para atender às necessidades básicas dos colonos, seriam instalados alguns centros de consumo. O prazo em que o lote deveria ser utilizado agricolamente em condições satisfatórias de técnica e extensão era estipulado antecipadamente. Findo o prazo e preenchidas as demais condições constantes deste decreto-lei, o colono receberia como plena propriedade o lote, a casa e o material agrícola em seu poder, independentemente de qualquer pagamento.

Aos colonos seriam facultados os auxílios a partir do período de sua localização no núcleo, como, por exemplo, trabalho assalariado ou empreitada em obras ou serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro ano. Receberiam assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem até a emancipação de colônia. Durante o primeiro ano, seria concedidos aos colonos empréstimos de máquinas, de instrumentos agrícolas e de animais de trabalho; e transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede da colônia.

Os lotes rurais seriam concedidos a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não fossem proprietários rurais e reconhecidamente pobres, desde

que revelassem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometessem a residir no lote que lhes fossem concedido. Excepcionalmente, poderia ser cedidos lotes a agricultores estrangeiros qualificados que, por seus conhecimentos especiais dos trabalhos agrícolas, pudessem servir como exemplo e estímulo aos povoadores nacionais.

Diante das imposições do decreto-lei expostas parece pertinente a afirmação de Dayrell (1974, p.88) sobre as Colônias Agrícolas Nacionais, de que “foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos à agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento”. Com as Colônias pretendia-se resolver dois estrangulamentos básicos:

Alocar mão-de-obra liberada pela decadência da cafeicultura (e de maneira mais global pela deterioração das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana), e criar para esta uma frente agrícola comercial interna (BERTRAN, 1988, p. 92).

Todavia, Dayrell (1974) e Bertran (1998), asseveram que as colônias foram alternativas encontradas pelo governo Vargas para contrabalancear interesses capitalistas e atender a população despossuída sem realizar a reforma agrária.

O Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que instituiu a criação das Colônias Nacionais, exigia o desbravamento; ou seja, a ocupação do espaço geográfico, a organização e a emancipação vindoura. Também traçou regiões ideais (com condições de solo e aeração) e estabeleceu o tamanho dos lotes a serem distribuídos (entre 20 e 50 hectares – devendo preservar 25% da vegetação original). Determinou ainda a fundação de uma sede e de instituições de ensino educacional agrícola primário, como já comentamos anteriormente. Estabeleceu que deveria ser construídas instalações de indústrias de beneficiamento agrícola e cooperativas de produção para venda e consumo dos produtos. As construções de residências também constavam no decreto, assim como sua distribuição, que deveria privilegiar famílias com muitos filhos (mínimo de 5).

A CANG e as regras a serem seguidas pelos povoadores foram cumpridas, inicialmente, pela administração de Bernardo Sayão. O governo de

Vargas encontrou em Sayão um representante para conduzir a região aos moldes da política do Estado Novo. Contudo, para uma visão mais explícita, a centralização político-administrativa da equipe de Vargas será analisada.

O governo de Getúlio Vargas se organizava alicerçado na crescente centralização político-administrativa, num esforço para eliminar os vícios da Primeira República, marcada por crises econômicas, revoltas sociais e militares, e a influência dos grupos oligárquicos nas políticas regionais. Em sua ótica, essas antigas práticas não mais combinavam com a nova ordem e não cooperavam para atingir o crescimento urbano, a criação de indústrias para substituição de importação (GARCIA, 2010, p. 166).

Assim, o governo de Vargas manteve em suas mãos o controle político regional e criou uma política de interiorização, traduzida na Marcha para o Oeste, com o projeto de incluir os espaços regionais, sobretudo do Brasil Central. Logo com a política de interiorização, os desequilíbrios regionais iriam desaparecer e sepultar de vez a separação entre as regiões ricas e as pobres, já que o isolamento e a falta de contato constituíam os únicos inimigos para a integridade do país (GARCIA, 2010, p. 167).

Em decorrência dessa política adotada por Vargas, dois movimentos para o interior destacaram-se nos anos 1940: a instalação das colônias agrícolas nacionais e a expedição Roncador-Xingu da Fundação Brasil Central. A rota dessa expedição, nas palavras de seu idealizador, o coronel João Alberto¹¹, revelava a preocupação em avançar pelos pontos mais desconhecidos do Brasil Central. Todavia, Goiás, foi afetado por esses dois movimentos exatamente em questões associadas ao ponto crucial e permanente em sua história: o isolamento e o desconhecimento do território (GARCIA, 2010, p. 168).

Na política administrativa de Vargas foram apresentadas estratégias avançadas para a ocupação e povoamento dos “vazios” do interior, que se tornaram carro chefe da propaganda, porque deveriam atuar em todas as esferas que compunham o conjunto urbano/rural em busca da integração do território nacional. Constituiu, indubitavelmente, a expressão mais elaborada do “projeto civilizador” do Estado Novo, a colonização por meio da criação de

¹¹ Ministro da Coordenação de Mobilização Econômica e ex-tenente da Coluna Prestes. Era homem de confiança do governo Vargas.

pequenas propriedades em que os trabalhadores pudessem se fixar e produzir para o abastecimento regional e nacional. Assim, as colônias desbravariam regiões isoladas, criariam propriedades, moradias e empregos; produziriam bens, gerando rendas e integrando regiões (GARCIA, 2010, p. 168).

Em Goiás foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) na região do chamado Mato Grosso Goiano ou Mata do São Patrício. A CANG situava próxima a Anápolis e Goiânia. Assim como as demais colônias (gráfico 1), estava vinculada ao Ministério da Agricultura. O agrônomo Bernardo Sayão foi escolhido para ser o administrar desta colônia, já que era um idealizador da ligação do Brasil com o Pacífico por meio de estradas abertas para o Oeste, que atravessariam os pantanais, os altiplanos e as Cordilheiras dos Andes (GARCIA, 2010, p. 168).

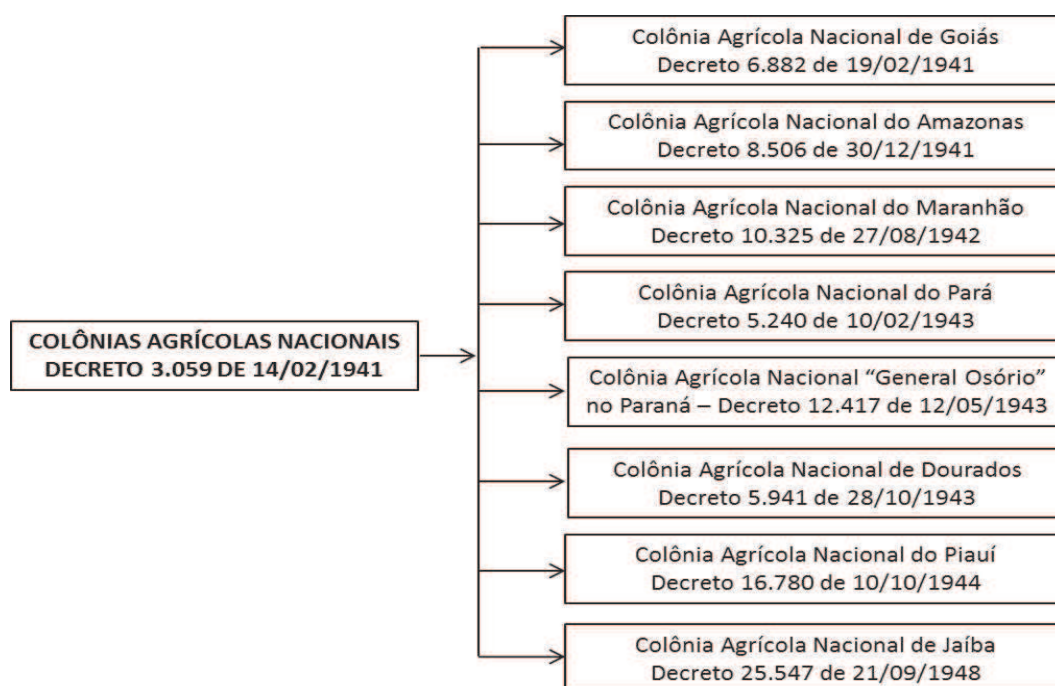


Gráfico 1: Ordem cronológica das oito Colônias Agrícolas criadas pelo Governo Federal. Organizado pelo autor.

No início da década de 1940, para Garcia (2010), houve euforia e curiosidade em relação à Colônia Agrícola de Goiás. Pessoas de várias partes do país procuravam o engenheiro agrônomo para se inscrever e se candidatar a um pedaço de terra. Máquinas trabalhavam sem descanso na derrubada da mata, na abertura de estradas, na construção de campo de pouso, ruas,

pontes, casas e edifícios para hospital, igreja, prefeitura, dentre outros. Uma corrida para o Oeste.

Lenharo (1985) alarga a discussão sobre a política governamental e explica que o Estado Novo foi utilizado

Para orientar economicamente o país, neutralizar “os efeitos dissociadores”, afastar os “problemas secundários”, limpando o caminho principal da integração das ilhas econômicas, através do alargamento do mercado interno. O Estado Novo viera para ampliar a diversificação da produção, agrupar os núcleos econômicos através de um sistema de transporte e, desta forma, assegurar um “poderoso vigamento à unidade nacional (LENHARO, 1985, p. 26).

Assim, a política varguista de povoamento e colonização deveria resultar numa base produtiva que atenderia o processo industrial que se intensificava nos grandes centros urbanos do país, na época. No entendimento do governo Vargas, existia a necessidade de investir capitais para dinamizar o processo de crescimento das regiões até então pouco desenvolvidas, bem como “unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção tanto agrícola, quanto industrial”, (LENHARO, 1985, p. 23). Portanto, acreditava-se que a Marcha para o Oeste abriria o caminho para o progresso do país.

1.5 Goiás no caminho da marcha para o Oeste.

Todavia, em 1929, manteve contato com Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, presidente de Minas Gerais e com o Antonio Siqueira Campos, que participavam da Aliança Liberal¹². Com a derrota do partido nas eleições de março de 1930, teve início a preparação da revolta armada que deveria ser desencadeada em vários pontos de país. O movimento eclodiu no dia 3 de outubro, e já no dia seguinte Ludovico¹³ seguiu para Minas Gerais, a fim de

¹² Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930.

¹³ Segundo Costa (2007) Pedro Ludovico Teixeira graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916. Retornou a Goiás, começou a exercer a medicina aos 25 anos, iniciou seu trabalho para clínico e atendeu também as cidades vizinhas. Nascido na cidade de Goiás, então capital do Estado de Goiás, em 23 de outubro de 1891, filho do médico João Teixeira Álvares e de Josefina Ludovico de Almeida. Seu pai era membro da Academia Nacional de Medicina. Realizou estudos básicos na Escola de mestra Nhola e no Liceu de Goiás, a embarcar depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a fim de estudar engenharia na

juntar se aos revolucionários. Voltou com um grupo deles a Goiás, quando foi aprisionado pelas forças legalistas na entrada da cidade de Rio Verde, após um pequeno combate.

Em 24 de outubro de 1930 foi determinada a sua recondução para a Cidade de Goiás, mas durante o percurso veio a notícia da vitória da revolução. Assim, Pedro Ludovico chegou ao destino não mais como prisioneiro, mas para assumir a liderança de um movimento vitorioso e o Governo Provisório do Estado de Goiás.

Desta forma, em 4 de julho de 1932, na cidade de Bonfim (atual Silvânia), Pedro Ludovico fez a primeira declaração pública sobre a mudança da capital, levando a população local a envidar esforços no sentido de situar, na referida cidade, a futura capital. Se Pedro Ludovico precisava de um termômetro para medir as aspirações das cidades do interior goiano quanto à mudança da capital, talvez a câmara de vereadores de Bonfim tenha lhe dado mais do que apoio, pois ofereceram-lhe condições de acirrar os ânimos das regiões interessadas na mudança e de ocupar as páginas do dia na política regional. O apoio do sul e do sudoeste aflorou com a mesma rapidez dos anseios de mudanças na política econômica do Estado (CHAUL, 2009, p.102).

Pedro Ludovico Teixeira direcionava seus ataques às deficiências e ao marasmo da Cidade de Goiás. Os ataques à velha capital, porém, não atingiam apenas a “cidade decadente”, mas também o centro de poder dos grupos políticos depostos. Atacar Goiás era uma forma de atacar os Caiados, era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República. Paralelamente, armava-se uma sintonia com os anseios econômicos dos grupos políticos do sul e do sudoeste do Estado (CHAUL, 2009, p.103).

Foi, portanto, o argumento do progresso que sustentou a mudança da capital. Justificava Pedro Ludovico Teixeira, em sua obra *Como e por que construí Goiânia*: “Como poderia dirigir e acionar o desenvolvimento do

Escola Politécnica. Entretanto, frequentou este curso apenas durante uma semana, pois a presença mínima exigida o impedia de trabalhar. Transferiu-se então para a Faculdade de Medicina, pela qual se formou. Retornou a Goiás em março de 1916, e fixou residência em Bela Vista, onde iniciou a clinica. Em 1917 mudou-se para Rio Verde e no ano seguinte casou-se com Gercina Borges Teixeira, filha de Antonio Martins Borges, senador, fazendeiro e comerciante. Em 1919, foi um dos fundadores do jornal O Sudoeste, iniciando através dele o combate ao situacionismo estadual – na época representada pela família Caiado, mantendo uma franca oposição ao Governo.

colossal território goiano, uma cidade como Goiás, isolada, trancada pela tradição e pelas próprias condições topográficas ao progresso” (1930, p. 54). Segundo o interventor, a marcha desenvolvimentista do Estado necessitava, assim, de uma “capital acessível, que irradiasse progresso e marchasse na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada.” (CHAUL, 2009, p. 142). Goiânia simbolizaria o avesso do atraso e poderia retirar o Estado de sua atávica decadência (CHAUL, 2009, p.104).

De acordo com Machado (1990) a luta oposicionista em Goiás, até 1930, foi, inicialmente, contra os Caiados. A questão fundamental era o embate pelo poder político, uma vez que o grupo oligárquico dominante se perpetuava e barrava ou impedia o avanço das forças produtivas e oposicionistas, processo que ia de encontro aos interesses de um grupo de modernizadores, que constituíam uma fração da elite goiana, que emergiu no sul do estado.

Essa parte da elite goiana, os oposicionistas, rejeitou alianças com o governo federal e se articulou aos líderes da Aliança Liberal, defendendo, através de um forte conteúdo moralizante, expressões como “regeneração política”, “justiça para todos”, dentre outros a formar um agrupamento de voluntariados. Assim,

Pedro Ludovico reuniu um grupo de 120 voluntários de Goiás e Triângulo Mineiro com a intenção de invadir o sudoeste goiano. Perto de Rio Verde, Pedro Ludovico, foi preso pelas tropas caiadistas (4 de outubro de 1930), sendo solto logo que chegou a notícia em Goiás da vitória da revolução. O objetivo político do Governo de Pedro Ludovico era impulsionar a ocupação do Estado de Goiás, direcionando os excedentes populacionais para os espaços demográficos vazios na tentativa de aumentar a produção econômica (MACHADO, 1990, p. 119).

De acordo com Machado, (1990) quando apoiadores de Pedro Ludovico chegam ao poder em Goiás, ainda orientados pela ideologia revolucionária, tentam conciliar teoria e prática, e o discurso se transforma quando recebem apoio do governo getulista que os tratam como agentes da mudança capazes de conduzir Goiás aos eixos da modernidade a romperem com os ideais de atraso e conservadorismo embutidos, na visão da autora, com a Cidade de Goiás.

Para a nossa análise vale ressaltar que Machado (1990), por pertencer à família de Pedro Ludovico Teixeira, constrói em sua narrativa uma representação que engrandece o político e assevera que o mesmo fez do progresso a sua meta fundamental. Vejamos as palavras de Ludovico citadas por Machado:

Combatendo, dia a dia, a rotina estacionária, vamos infiltrando no seio do povo e das administrações as ideias de progresso, consubstanciando-as em atos concretos que servem de exemplo, trazendo alguns resultados imediatos. As formidáveis reservas naturais de que Goiás é dotado, dão a quem o dirige a esperança de dentro de tempo não muito remoto, ver este estado situado economicamente entre os primeiros do Brasil (MACHADO, 1990, p. 121).

Machado afirma que Pedro Ludovico via o desenvolvimento de Goiás acontecendo como algo lento e gradual. Para romper esta brandura, seria cabível, na visão de Ludovico Teixeira, a superação do atraso e a incrementação de novos meios de comunicação, que possibilitaria a integração do estado aos centros desenvolvidos do país. Como disse o interventor de Goiás: "Só haverá mudança se ocorrer uma superação da mentalidade retrógrada que barra o caminho do estado em direção a seu destino" (Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio – relatórios 30/33, ano, pág. 4).

Neste contexto, o presidente, Getúlio Vargas, a convite do governador de Goiás, Pedro Ludovico, fez um longo sobrevôo na região do Araguaia. Ao ver uma vastidão de florestas cortadas por rios imensos, concluiu: "É o branco do Brasil Central". Para mudar essa realidade, o presidente encarregou o ministro da Coordenação de Mobilização Econômica, João Alberto Lins de Barros, para promover a interiorização do Brasil. Assim nasceu a Fundação Brasil Central (FBC). Em seguida, foi anunciada a criação da Expedição Roncador Xingu, cujo objetivo era ser ponta de lança do avanço progressista, com a função de mapear o centro do país e abrir caminhos que ligassem a região ao resto do país (ZARUR, PILI, IVO & BORGES, 2004, p. 28).

O projeto Marcha para o Oeste foi desenvolvido na véspera de 1938, e nas palavras de Vargas a Marcha incorporou o verdadeiro sentido de brasilidade. Para a formação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, de acordo

com Dutra e Silva (2002, p. 12), “Getúlio Vargas designou Bernardo Sayão¹⁴, o agrônomo carioca, para administrar a primeira colônia Agrícola do Brasil, sintonizada com o discurso do heroísmo do bandeirante”. Contudo, Davidoff (1982) salienta o imaginário do bandeirante despertado na população brasileira perante as colônias agrícolas nacionais “é um bandeirismo obrigatório, que se impõe pelas dimensões territoriais brasileiras e em função do expansionismo interno” (DAVIDOFF, 1982, p. 87).

Com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, sua respectiva área passou a necessitar de constantes investimentos federais nas margens do Rio das Almas e a atrair levas de migrantes. Todavia, para o estudo das terras da CANG é válido citar a mudança da capital do estado de Goiás, pois há uma simbolização de rompimento do atraso versus o progresso.

A cidade de Goiânia pôde assim, ser encarada como a imaginação e a representação utópica da época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela Revolução de 30. Esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado, enfim, de concretização de um projeto político. A velha Goiás representava o exemplo de como não devia ser uma capital. A cidade de “Goiás Velha”, por meio da representação criada pelo governo de Teixeira, passou a ser vista como a antítese dos novos tempos, o “buraco do sertão goiano”, “paciente em fase terminal”. A velha Goiás estava velha demais para uma plástica eficiente. Suas rugas no espelho do tempo serviam de demonstração não valorativa. Goiânia foi a representação do progresso e do desenvolvimento (CHAUL, 2009, p.105).

Assim, Goiânia pode ser considerada criação do Estado Novo, uma vez que a construção e, principalmente, a transferência da capital dependeram basicamente do regime instaurado em 1930, que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o regime que se instaurava, o inverso era também verdadeiro, Goiânia era a representação maior do nacionalismo, do

¹⁴ Nascido no dia 18 de junho de 1901, no Rio de Janeiro. Tornou-se engenheiro agrônomo em 1923. Em 1941 foi escolhido por Vargas para dirigir e administrar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, trazendo sua família e fixando residência onde é hoje o município de Ceres. Em 1954 foi vice governador de Goiás. Em 1956 foi escolhido por Juscelino Kubitschek para ser presidente da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) e, em 1958, iniciou a construção da Belém-Brasília, BR153. No dia 15 de Janeiro de 1959, uma árvore caiu sobre sua barraca, o ferindo gravemente, levando-o a morte.

bandeirantismo, da sagacidade do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do estadonovismo (CHAUL, 2009, p.104).

Machado (1990), ao fazer uso de um discurso laudatório, afirma que Ludovico via a antiga capital de Goiás (atualmente Cidade de Goiás) como um local impróprio e inóspito ao desenvolvimento administrativo, político e econômico do território goiano. A cidade, no seu ponto de vista, era insalubre e impossível de realizar uma reforma que conciliasse uma melhor visão da antiga capital. Devido a sua localização geográfica, nem indústrias poderiam instalar-se, uma vez que a capital era cercada de serras, a Serra Dourada.

Conforme Machado (1990), Pedro Ludovico, em uma visita à cidade de Campinas-GO, decidiu o local a ser edificada a futura capital de Goiás. Em dezembro de 1932 foi decretada a mudança da sede do governo para um local próximo à cidade de Anápolis, que receberia em breve a estrada de Ferro de Goiás. Esta mudança foi determinada levando-se em conta motivos administrativos e econômicos. Em 1933 o projeto do engenheiro Atilio Correia Lima e do urbanista Armando de Godói foi posto em prática e iniciou-se a construção da capital Goiânia, nome este escolhido por um jornal *O Social*¹⁵. Em 1937, com a conclusão dos principais edifícios públicos e algumas casas de moradia na cidade, foi decretada a transferência da capital, que recebeu o seu batismo cultural no ano de 1942. É válido ressaltar que Goiânia foi planejada para receber até o ano de 2000 cinquenta mil habitantes, número este ultrapassado, uma vez que, segundo dados do IBGE (ano desse censo), em 2006 a capital já tinha 1.220.412 habitantes.

No artigo *Processo de Emancipação de Ipiranga de Goiás de 1968 a 2000* Amâncio (2008) assevera que Ludovico foi um interventor de Goiás mantido na fase do Estado Novo que se tornou carismático. Assim,

Adotando a perspectiva weberiana sobre o carisma, que significa que ele provou sua missão, a autora Teixeira Machado afirma que Pedro Ludovico foi um governante carismático, pois “a História construída com sua participação, superou, aos olhos de seus contemporâneos, o tempo que a antecedeu e a condicionou”, (1990, p. 124). Na verdade, o carisma do interventor se fortalece com o advento do Estado Novo,

¹⁵ O nome ‘Goiânia’ foi escolhido através de um concurso criado pelo jornal *O Social* cujo vencedor foi o professor Alfredo de Castro, que atendia pelo pseudônimo de Caramuru. O nome Goiânia foi utilizado pela primeira vez em 2 de agosto de 1935.

pois Getúlio Vargas estabelece continuidade mantendo-o na interventoria, que se estendeu até 1945 (AMÂNCIO, 2008, p. 13).

Palacin (1994) e Moraes (2000) afirmam que as principais medidas adotadas por Pedro Ludovico Teixeira nos anos de sua interventoria (1930-1945) foram: a mudança da capital, ocorrida em 1937; a construção de estradas internas que ligam a região de São Paulo e Minas Gerais; a reforma agrária distorcida, sem pôr fim aos latifúndios, uma vez que só foram distribuídas terras desocupadas, ou seja, que não tinham proprietários; e a Marcha para o Oeste em que a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) é o seu exemplo mais relevante. Este assunto será melhor abordado no próximo capítulo.

Para desenvolver a região Centro-Oeste e o Oeste de Goiás, especificamente, o governo de Getúlio Vargas, com total parceria de Pedro Ludovico Teixeira, decidiu criar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás¹⁶ (CANG), que foi fundada em 1942, na região da Mata do São Patrício¹⁷. Silva (2002, p. 75) comenta que

A demarcação da fronteira separava dois mundos sociais distintos. Em direção norte, a margem direita do rio, era localizada a CANG, fruto de uma ocupação oficial, contemporânea de um determinado discurso de colonização, com uma população assentada nos lotes doados pelo governo federal, e recebendo, auxílio financeiro e burocrático para o desenvolvimento da região. Já a margem direita, era localizada a Barranca¹⁸, que se configura como uma nova demarcação social, uma outra fronteira, um novo limite. A Barranca surgiu de forma espontânea à margem da ocupação oficial,

¹⁶ As terras da Mata do São Patrício, segundo Nair Leal de Andrade (2003) e Sandro Dutra e Silva (2002) já pertenciam a dois filhos de alemães, Freimund e Helmuth Brockes. Chegaram a criar gado na região na década de 1920. Quando Sayão veio para esta região, tentou-se um acordo com os Brockes. Contudo, em 1955/56, a questão foi solucionada na justiça, com a indenização dos Brockes.

¹⁷ A região da Mata do São Patrício compreende atualmente as cidades de Ceres, Jaraguá e outras da região centro-oeste de Goiás. Este nome se deve ao Rio São Patrício na região. Essa denominação foi dada em 1733 por dois frades franciscanos portugueses (João de Jesus e Maria/Domingos Santiago), que moravam em Pirenópolis. Contudo, é aceitável aos clérigos franciscanos que tanto o rio como a região receberam este nome devido a um seminário jesuítico em Portugal sob o patrocínio de São Patrício, no período em que as “Leis Penais” estavam sendo aplicadas na Irlanda pelos ingleses, forçando muitos católicos a estudarem fora da Irlanda, indo muitos desses estudantes para Portugal, que os acolhiam (SILVA, 2002, p. 73).

¹⁸ Barranca é o antigo nome dado aos núcleos comerciais e administrativos, tanto do lado de Ceres quanto do lado de Rialma. Posteriormente, o nome de Barranca ficou ligado ao que é hoje o município de Rialma. O termo passou a ser utilizado de forma pejorativa, como se Barranca designasse falta de ordem.

constituindo uma nova fronteira, resultante da forma distinta de ocupação que se procedeu naquele espaço.

Quanto ao projeto federal Marcha para o Oeste podemos afirmar que contribuiu para o povoamento das colônias agrícolas nacionais na região centro-oeste e funcionava como discurso oficial para a construção legitimada da ocupação territorial do oeste brasileiro. O papel do discurso não teria sentido algum se não ocorresse a integração e a representação. Em Goiás, a colônia se desenvolveu de maneira planejada e administrada por Bernardo Sayão. Getúlio Vargas fez uso de sua imagem de mito político para se manter como um representante presente na política brasileira a utilizar-se de discursos e de símbolos que o enalteciam. Ademais, o projeto Marcha para o Oeste se estabeleceu com as dificuldades de acesso, locomoção, adaptação as terras desconhecidas. Vejamos a seguir como se deu a ocupação, o povoamento e a colonização das terras onde se estabeleceu a Colônia Nacional Agrícola de Goiás (CANG).

CAPÍTULO 2

2 – ESCOLHA DAS TERRAS PARA IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS E A CRIAÇÃO DA CIDADE DE CERES

2.1 Terras da Colônia Agrícola Nacional de Goiás

Esta pesquisa das terras da CANG foi constituída da análise que tinha como prioridade a compreensão das glebas de terras desde a sua criação, fronteira, espaço e implantação no período do Estado Novo até a sua emancipação política, com o estabelecimento do município de Ceres e o fim da administração federal em 1955.

Assim como Pesavento (1999, p. 10) propõe analisar a cidade através de suas representações, inserida no que ela considera “história cultural do urbano”; esse estudo procurou analisar a reflexão das representações simbólicas que estiveram presentes na formação dos políticos resultante da colonização proposta pela Marcha para o Oeste no governo de Getúlio Vargas nos anos quarenta do século XX. Todavia, a região da antiga CANG tornou-se um centro urbano a herdar representações culturais inseridas no período de consolidação da Colônia como, por exemplo, a busca por médicos que oferecessem ajuda para os povoadores.

Com Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que estabeleceu a criação das Colônias Nacionais, houve a exigência da fundação de uma sede, instituições de ensino agrícola primário (ver imagem 1), instalações de indústrias de beneficiamento agrícola e cooperativas de produção para venda e consumo dos produtos. A construção de residências também constava no decreto. Conforme Dayrell (1974), os lotes e casas seriam gratuitos, assim como o material agrário básico e as sementes para plantio. Havia prazos de utilização agrícola, onde o cumprimento das exigências de produção e de estadia na Colônia garantia a propriedade do lote. Outros serviços também estavam previstos no decreto, como transporte, empréstimo de máquinas, de instrumentos agrícolas e de animais, isenção de impostos, assistência médica, farmacêutica e de enfermagem. Tais serviços seriam garantidos até a emancipação da Colônia.



Imagem 1: Escola Rural da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG
Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres

Bernardo Sayão dedicou-se à construção de estradas por empreitada, tornando-se depois funcionário do Ministério da Agricultura. Todavia, quando inicia-se o processo de aberturas de estradas na CANG a figura de Sayão se fez presente para criar no imaginário dos povoadores a representação que era necessário trabalhar para originar uma área de integração ao contexto nacional. Destarte, houve uma representação de Sayão, criada pelo DIP, como personagem central da configuração da CANG tornando-se um homem forte, destemido e que trabalhava imensuravelmente. Na imagem 2 é possível constatar este fato.

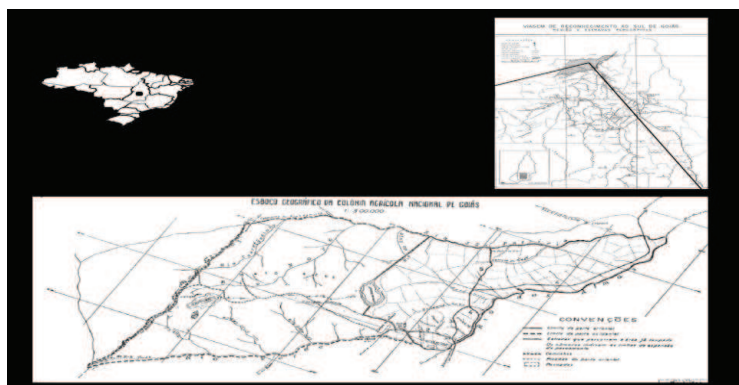
Com a publicação do Decreto Lei Federal nº 6.882, que institucionalizava a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em 19 de fevereiro de 1941, deu-se início ao processo de escolha, demarcação e ocupação das áreas que receberiam esse núcleo, a tornar-se a CANG, a primeira das oito colônias nacionais a implantar-se no país a ter como administrador Bernardo Sayão. O ponto de partida para a empreitada de Sayão foi a cidade de Anápolis, onde iniciou as obras da estrada denominada de Transbrasiliiana, que aproveitou um trecho já em uso entre Anápolis e Jaraguá. O engenheiro partiu de Jaraguá, atravessou as matas de São Patrício em direção à região escolhida para instalação da CANG já demarcada pelo decreto goiano (Decreto nº 3.704/1940). Com o andamento das obras da estrada que dava acesso à

colônia agrícola, escolheu fixar a sede da Colônia numa das margens do Rio das Almas (SILVA, 2009).



Imagem 2: Bernardo Sayão Carvalho Araújo durante abertura de estrada na colônia agrícola de Goiás.
Fonte: CPDOC.

O Decreto Federal nº 6.882, em seu parágrafo único, demarca as terras da CANG, estabelecendo como limites: o Rio das Almas, o Rio São Patrício, o Rio Carretão, o divisor de águas dos Rios Areias e Ponte Alta, o Rio Verde até a confluência com o Rio das Almas. O mapa 1, elaborado pela Administração da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, apresenta a área da Colônia.



Mapa 1: Área da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.
Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres.

Todavia, para Silva (2009), a escolha do local que abrigou a sede da Colônia que aparece nas narrativas memorialistas com algumas variações, sendo que alguns aprovavam e outros punham em dúvida se, originalmente, aquele seria o lugar ideal para se instalar uma cidade. Os moradores pioneiros questionaram a escolha, por considerar que a região era de terreno acidentado, e isso prejudicava o desenvolvimento de uma cidade planejada. Outros salientavam que as questões topográficas em nada prejudicariam a implantação da cidade, apesar de afirmarem que originalmente existia a possibilidade da sede ser instalada no local em que atualmente está situada a cidade de Nova Glória, antigo povoamento da CANG e emancipada em 10 de junho de 1983. Há dados que referem aos projetos urbanísticos da época que privilegiavam regiões mais planas e arejadas, tendo a nova capital de Goiás como exemplo. Porém, existia um consenso de que os recursos federais dedicados à Colônia estavam a se esgotar na construção da rodovia. Bernardo Sayão decidiu instalar sua residência no alto de um morro (imagem 3), de frente ao Rio das Almas, estabelecendo naquele local a sede da Colônia.



Imagem 3: Casa do administrador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás Bernardo Sayão
Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres.

Os colonos tinham que realizar a travessia do Rio das Almas (imagem 4) para iniciarem a construção e a ocupação de uma estrutura provisória. A sede compreendia o centro administrativo, onde se localizava o escritório de cadastramento e distribuição dos colonos nos lotes rurais, a área comercial, igrejas, escola, o hospital da Colônia, a garagem e oficina do maquinário e a área residencial. Assim, na sede foi edificada a casa do administrador Bernardo

Sayão e também as residências de todos os técnicos contratados pelo Ministério da Agricultura, responsáveis pela parte administrativa. O projeto de construção da sede da Colônia previa, além do núcleo administrativo, um centro urbano, em que o colono pudesse ter acesso a diferentes tipos de serviços e lazeres (SILVA, 2009).



Imagem 4: Ponte de tambores que ligava as terras da Colônia Agrícola Nacional de Goiás à Barranca.

Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres.

Nos relatos memorialistas encontrados na Biblioteca Municipal de Ceres, os pioneiros da Colônia descrevem os primeiros anos de instalação da sede como um período de muita dificuldade. As principais dificuldades estavam em conseguir mantimentos e assistência para os serviços que ainda não tinham sido instalados a contento nos primórdios. Os pioneiros destacavam, ainda, como problemas, a precariedade das moradias, a travessia do rio pela ponte de tambor improvisada por Sayão, o isolamento e a distância de outros centros urbanos, bem como as estradas nos períodos chuvosos, que, por não serem pavimentadas deixavam os moradores ilhados e impossibilitava a venda da produção agrícola nestes períodos anuais. A Colônia encontrava-se numa região de mata virgem muito densa, e, além da precária infraestrutura, os primeiros colonos sofreram com as epidemias tropicais. Vários casos de

malária e febre amarela foram registrados pelo hospital da Colônia¹⁹ (atualmente São Pio X, fundado na década de 40, imagem 5). A sede urbana e os serviços que deveriam ser instalados demoraram um tempo razoável para funcionar, de forma que prevalecia a carência de mantimentos, o isolamento e doenças como a maleita. A falta de recursos foram características dos primeiros anos do processo de ocupação e povoamento das terras da CANG.



Imagem 5: Hospital São Pio X.
Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres.

Ao analisar o Artigo 24 do decreto 3.059/1941 que trata das disposições acerca da expulsão do colono, observa-se que, além das normas de conduta, existiam outras prerrogativas para exclusão:

Art. 24. Será excluído do lote que ocupar o colono que:

a) deixar de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, a juízo da administração da colônia;

¹⁹ O Hospital São Pio X, antigo Hospital da Colônia foi fundado na década de 40 para assistir à CANG (Colônia Agrícola Nacional do Norte de Goiás), implantada pelo governo Vargas, dentro da política de ocupação do território nacional chamada Marcha para o Oeste. É uma Associação Popular de Saúde, reconhecida como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal. É portadora do Certificado de Fins Filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, órgão governamental, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Desde 1956 é administrado pela Diocese de Goiás recebendo a denominação de Hospital São Pio X.

b) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado;

c) por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia.

O parágrafo 1º do Artigo 24 estabelece que a exclusão pelas alíneas A e B, relativas à falta de cultivo da terra, desvalorização ou má exploração do lote rural, deveria ser precedida de intimação do colono e vistoria do lote. No caso da alínea C, o parágrafo 2º estabelecia a abertura de inquérito administrativo para proceder à exclusão. A partir desses procedimentos, o Diretor da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, baseando-se nos documentos comprobatórios apresentados, autorizava a exclusão que permitia solicitação de recurso no Ministério de Estado, e que, uma vez autorizada à exclusão, o colono seria notificado administrativamente para desocupar o lote no prazo máximo de dez dias a contar da data da notificação (Parágrafos 3º e 4º).

Um elemento que se fez presente nos decretos e normas da Colônia Agrícola Nacional de Goiás seria a presença e as influências das várias missões religiosas, nacionais e estrangeiras, também na ocupação desse espaço social. Havia missões que chegaram antes da Colônia e outras que vieram simultaneamente, sendo as mais importantes as missões norte-americanas - que não formavam um grupo monolítico, mas que vieram quase que simultaneamente – formada pelos católicos franciscanos, pelos presbiterianos e pelos batistas. Também a presença da Igreja Cristã Evangélica, vinculada a “*Evangelical Union of South America*, (E.U.S.A) conhecida União Evangélica Sul Americana (U.E.S.A), com sede em Londres, Inglaterra” (FAUSTINO, 1985, p. 13). Essas missões religiosas serão explicitadas no capítulo 3 no subtítulo Colônias Agrícola Nacional de Goiás no campo religioso, educacional e médico.

A luta simbólica se fez presente no sentido de efetuar uma relação entre a influência religiosa, seja estrangeira ou nacional, na formação dos costumes, do “poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto do mundo” (BOURDIEU, 1998, p. 14).

Todavia, o conceito de região em Bourdieu (1998) nos permite o acesso a outras visões sobre a mesma região, outros olhares que ressaltam, inclusive sobre a ótica da configuração do poder simbólico. Assim, o autor (1998) analisa a ocupação do Espaço Social. O mundo social é multidimensional em forma de espaço. Sendo assim, o Espaço Social estaria construído sobre bases de “princípios de diferenciação ou distinção”. Bourdieu (1998) deixa bem claro que rompe com a visão marxista da oposição dualista entre Capital e Trabalho. A ocupação do Espaço Social seria, portanto, multidimensional, podendo, inclusive, dominantes e dominados estarem lutando lutas diferentes não necessariamente antagônicas. Contudo, a distribuição no Espaço Social seria efetuada segundo as propriedades atuantes, que as distintas espécies de poder, ou de capital, que atuam no espaço. O poder do simbólico estaria na legitimação, tanto dos agentes detentores das propriedades atuantes, como na formação da visão de mundo social efetuado pelos agentes no Espaço Social²⁰.

Para Dutra e Silva (2000) a ocupação e povoamento do espaço social da Colônia Agrícola Nacional de Goiás se dá através da configuração simbólica da Marcha, acompanhada da aceitação de um novo imaginário de progresso. Para a sua localização geográfica foi escolhida a margem a oeste do Rio das Almas. Assim, as pessoas que vinham da região sul do país deveriam atravessar o rio para se fixarem na Colônia. Porém, a concessão da terra estava vinculada a uma série de exigências que os colonos deveriam preencher para a efetiva ocupação do território. Aqueles que não preenchessem tais requisitos seriam impedidos da posse da terra. Desta maneira, tem-se a formação de uma população de excluídos de um lado do rio e do outro uma efetiva política de colonização. Todavia, consolidava-se a ocupação do espaço social. De um lado de forma planejada e oficial pelo direito a posse da terra na Colônia. Do outro lado estaria a colonização marginal da Barranca, como ficou conhecida e que, futuramente, se tornou a cidade de Rialma, composta por imigrantes que não tiveram o acesso a terra por não serem casados.

²⁰ Na ocupação do espaço social, segundo Bourdieu (1998), determinados agentes, se acordo com o seu capital, atuam na formação do mundo social. Esses agentes efetuam a luta simbólica para a conservação ou transformação do mundo social. Assim, uma sociedade se forma, não necessariamente da luta antagônica de classes, mas também pelas relações de forças simbólicas na criação de uma determinada visão do mundo social e cultural.

No entanto, a moral do trabalho, que historicamente não esteve presente nos primórdios da ocupação brasileira, surgiu na CANG como a visão de mundo legitimada pelas lutas simbólicas do campo religioso, trazida por esses agentes, para criar um novo tipo e padrão de conduta e, conseqüentemente, uma nova visão do mundo social. Segundo Baubérot,

na sua célebre obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Max Weber analisa a influência do protestantismo – e especialmente do puritanismo – no desenvolvimento do espírito capitalista... O desenvolvimento deste racionalismo econômico depende de técnicas racionais, mas também da capacidade dos seres humanos em adotarem tipos de conduta. É a este nível que se situa a influência da ética protestante (BAUBÉROT, 1987, p. 66).

Assim, o papel sociocultural que, associados a essa ideia de moral do trabalho mistificada na figura do bandeirantes do século XX, legitimam e exaltam a figura dos pioneiros e a nação em marcha contribui para a exaltação dos colonos enquanto cidadãos e o caráter nacionalista como um grande serviço prestado a nação. Os pioneiros têm papel fundamental na imposição da visão de mundo através do “capital simbólico” que carregam consigo. Capital esse que lhes conferem autoridade perante o grupo social em prol do desenvolvimento da região.

2.2 Fases da administração da Colônia Agrícola Nacional de Goiás

A história da Colônia é dividida em três fases distintas. A primeira fase refere-se à implantação da Colônia no período de 1941 a 1944, sob a administração de Bernardo Sayão (PESSOA, 1999). Nessa fase

A travessia do rio era feita por uma canoa – a canoa do Sayão –, que o próprio administrador controlava rigorosamente. Segundo normas adotadas, ele não permitia a entrada de prostitutas. As que apareciam tinham que ficar do outro lado do rio. Não se permitia também a venda de bebida alcoólica. Para os dois casos, a opção era permanecer antes do rio. E o critério básico, para o ingresso em um lote rural, era a apresentação de certidão de casamento. (PESSOA, 1999, p. 43).

As pessoas que não conseguiam adentrar às terras da CANG ficavam na outra margem do rio, denominada de Barranca, uma ocupação marginal,

composta por camponeses. Nessa ocupação encontravam-se, dentre outros, os colonos que não conseguiram lotes de terra. Foi em Barranca que se instalou o lado “profano” da colonização, ou seja, os bares, as casas de jogos e de prostituição, então proibidos na sede da colônia. Configuravam-se, assim, duas sociedades distintas, separadas apenas pelo rio, mas com realidades distintas de ocupação.

Para a sede da CANG convergiam às agências federais, os médicos, o comércio, as indústrias necessárias para a ocupação do território, os colonos com terra, e também os missionários. Todos esses agentes, portadores de capitais simbólicos específicos, irão contribuir para uma percepção do mundo social específica. De certa forma, o padrão imposto pelos agentes da CANG, configurava uma visão pejorativa com relação à composição social da Barranca. Os moradores da CANG se consideravam moralmente superiores, portadores de civismo e do caráter de pioneiros, bandeirantes e brasileiros, por terem respondido ao chamamento da Pátria para colonizar o interior do Brasil. Essa visão dualista e preconceituosa foi a causa de vários conflitos entre os habitantes da CANG e os da Barranca, no cotidiano da ocupação do espaço (SILVA, 2009).

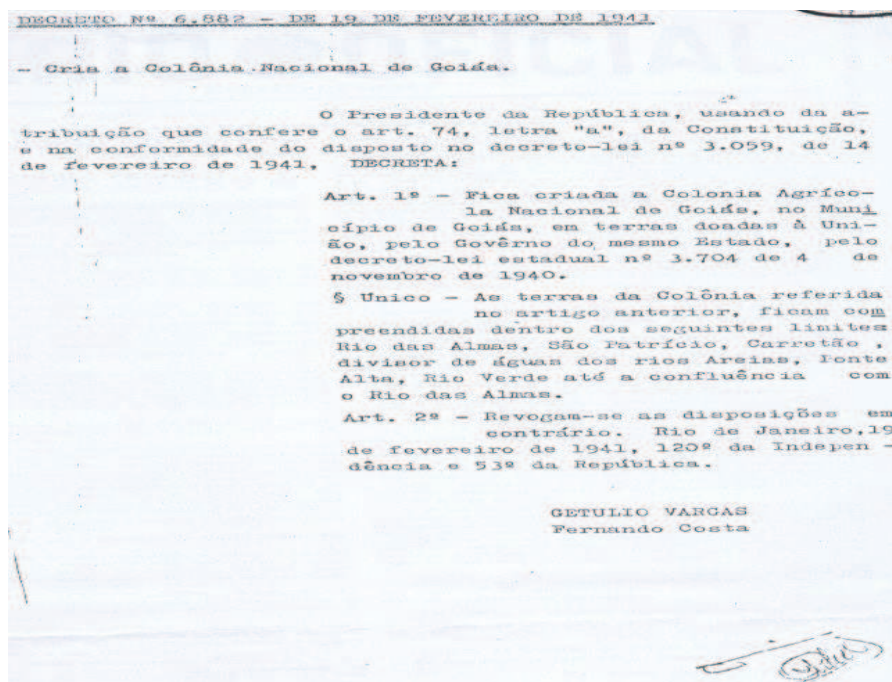


Imagem 6: Decreto de criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás
Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres.

A segunda fase da Colônia (1945 a 1950) se caracterizou pelo personalismo administrativo de Bernardo Sayão, uma administração intitulada de antiburocrática, atrelado a falta de recursos federais, o que gerou desajustes políticos e sociais, pois a Colônia na época já contava com mais de 8.000 habitantes (DAYRELL, 1974, p. 126), chegando a ter em 1950 uma população de mais de 29.000 habitantes. Nessa etapa, a grande imigração contribuiu para a formação de várias cidades na região. A segunda fase de ocupação foi marcada pelos desajustes causados pela grande imigração com o acesso gratuito a terra, mas, com a diminuição do tamanho dos lotes, com o corte nas verbas federais para assistência social na Colônia e pela administração antiburocrática de Bernardo Sayão. Contudo, Sayão chegou a responder um processo administrativo pela acusação de desvio de verbas, que lhe custou a destituição do cargo de administrador da Colônia nesse período.

A terceira e última fase da Colônia ficou marcada pela administração Datis de Oliveira, iniciada em 1951 e que se estendeu até 1955, quando ocorreu a emancipação da Colônia e a criação do município de Ceres, que teve como primeiro prefeito o médico Dr. Domingos Mendes da Silva.

Andrade (2003) menciona que as colônias agrícolas nacionais constituíram uma espécie de reforma agrária organizada, uma vez que deixou as grandes propriedades ou latifúndios intactos. Afirma também que na década de 1940 o Brasil possuía baixa densidade demográfica, embora, neste período, ainda existiam núcleos coloniais, mas, a ideia de implementar

Projetos de colonização de maior porte vinham amadurecendo há algum tempo e tomou contornos mais nítidos em 1940, quando o Dr. Getúlio Vargas fez uma visita oficial a Goiás... a visita que fez era prova de uma concepção renovadora da Pátria grande e forte... torna-se imperioso localizar no Centro Geográfico do País, poderosas forças capazes de garantir e erradicar a nossa expansão futura... (ANDRADE, 2003, p. 28).

Embasado em Andrade (2003), uma das medidas concretas do *slogan* era a “Marcha para o Oeste”, além de valorizar o trabalhador nacional e ocupar espaços vazios, visava à concretização da colonização. Contudo, embora existissem instrumentos legais para dar ênfase ao trabalhador nacional, na prática o trabalhador estrangeiro também era valorizado e bem visto.

As terras pertencentes à futura Colônia Agrícola Nacional (CAN) faziam parte do município de Cidade de Goiás, e foram doadas pelo governo estadual ao federal para implantação da colônia. Na verdade, essas terras eram muito maiores do que a área ocupada. Para Andrade:

A região inteira era riquíssima em terra fértil e água, córregos e mais córregos e o extraordinário rio das Almas, cheio, transbordando e muito piscoso. Existiam árvores em abundância de grandes portes, mata virgem, o clima era muito diferente do de hoje, uma estação excessivamente chuvosa, chuvas torrenciais, trovões que assustavam raios que fizeram muitas vítimas... (ANDRADE, 2003. p. 30).

A primeira penetração ocorreu de Anápolis até a colônia, aproveitando o caminho que já existia entre Anápolis e Jaraguá. Havia acampamentos bem organizados, com barracões de madeira, onde os trabalhadores eram alojados e assistência médica para ajudar as pessoas que estavam ali para abrir estradas, muitas vezes, apenas com facões. Tudo isso era executado com a participação do administrador da colônia, “Bernardo Sayão, o engenheiro agrônomo, que gostava de desbravar, de aventuras, avançar, de abrir caminhos...” (ANDRADE, 2003, p. 30).

Os povoadores, no percurso rumo à colônia, segundo a ACICER (2010) e Andrade (2003), paravam nas margens do Rio das Almas, pois, as famílias nucleares faziam a travessia e adentravam na CANG. Continuavam no lado oposto do rio ou barranca (futura cidade de Rialma), os solteiros. A travessia do rio era feita por uma balsa e depois substituída por uma ponte de tambores.

As casas construídas nos lotes concedidos aos colonos eram do tipo mais conveniente à região. Os primeiros colonos receberam materiais para construir suas moradias com estrutura de alvenaria. Contudo, com a intensificação do fluxo migratório e a contenção de recursos, as construções passaram a ser erguidas com tábuas ou mesmo de pau-a-pique (Imagem 8).



Imagem 7: Moradias de colonos da CANG.
Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres.

A área inicialmente doada para a instalação da colônia era de 250.000ha. Porém, em 1946, com o decreto lei nº 403, de 20 de maio, fez uma retificação da doação original de 1940, reduzindo o polígono a menos da metade, ficaram definidos 106.000ha.

Movida pela ideologia dos dirigentes nacionais, a frente pioneira, liderada por Sayão, avançou em direção aos ‘espaços vazios’ para a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Bertram (1988, p. 93) afirma que foi em “Goiás que o programa Estadonovista das Colônias Agrícolas Nacionais atingiu plenitude”. Conforme Estevam (2004, p.112), “o projeto contou com o apoio do governo estadual que influenciou decisivamente na escolha do local de sua implantação”; ficava muito distante de Goiânia, mas próximo de Anápolis, que era a cidade mais populosa de Goiás. O local tinha um terreno extremamente fértil, porém inexplorado – apesar de pequenas ocupações em algumas localidades próximas. Isto é, a escolha da área para a implantação da CANG indica alguns fatores básicos para a modernização daquele período: condições de solo, proximidade com Anápolis (até então principal centro regional) e expansão da política e da economia pelo interior do país.

À distância em relação à sede da colônia, atualmente município de Ceres, foi considerada para realizar as doações de terras. Os lotes mais distantes eram de seis alqueires, os que ficavam mais perto eram de quatro

alqueires e tinha ainda os que eram chamados “chacrinhas”, bem perto da sede, estes de dois alqueires.

A migração para colônia foi mais intensa na fase inicial, até 1949, apresentando déficit nos períodos seguintes. Até 31 de agosto de 1947 os colonos estabeleceram-se em caráter permanente na colônia, as famílias foram em número de 1.304, formando um número total de 7.519 pessoas assim distribuídas segundo a naturalidade. Até esta data, já haviam chegado a CANG um total de 19 estrangeiros, além de mineiros, baianos e paulistas. Para Andrade (2003, p. 18), “a colonização foi organizada, o colono tinha acesso a terra e a benefícios”.

De acordo com Andrade (2003), os colonos residentes nas terras da CANG estavam submetidos a rotinas diárias. Assim,

Quem quisesse descortinava uma moitinha, abria picada, fazia o barraco com paus e cobria com folhas de palmeira. Mas foi bom para quem deu conta de ficar aqui na terra. Para entrar nas terras da colônia precisava apenas comprovar que era casado ou arrimo de família; lá não se pagava nada não. Precisava só de certidão de casamento e fotografia. Muita gente casou só no papel só para tirar lote. Nós plantávamos mais era arroz, milho, feijão e mandioca. Uma época, a própria colônia estimulou o plantio do café, tentando diminuir o preço, e também do algodão. Contudo, o café não deu certo e o governo passou a incentivar a produção de arroz. (ANDRADE, 2003, p. 78).

Para Andrade (2003) e Leal (2002) as pessoas que chegaram às terras da CANG não tinham recursos financeiros favoráveis. Trabalham em conjunto, faziam mutirões e trocavam dias entre eles. Eram práticas costumeiras desde o início da povoação. Nos primeiros anos de povoamento, os colonizadores faziam as picadas e as estradas vicinais, o que constituía muito trabalho, devido à mata ser fechada e virgem.

Para Dayrell (1975, p.93) “o objetivo a alcançar era a mata de São Patrício, atingido pela via Anápolis-Jaraguá, na margem esquerda do Rio das Almas”. Aproveitando o trecho já existente, Sayão deu continuidade à abertura da estrada que chamou de Transbrasiliana, até a Colônia, e depois até Uruaçu. Outras vias foram abertas, ligando a localidade com as áreas próximas e com o Norte de Goiás. Os lotes rurais, a obedecer os critérios do decreto 3.059, variavam de 26 a 32 hectares conforme as condições de solo e água. Nas

propagandas que circulavam pelo país, era enfatizada a doação, aos colonos, de ferramentas para plantio, casas, escolas e apoio técnico.

A colonização atraiu uma forte migração, principalmente pelas “notícias de solo fértil e de apoio do Governo”. Aliás, havia uma propaganda proveniente de um ideário forjado pela Revolução de 1930 e, mais tarde, do Estado Novo. Em 1943 já havia 900 ocupantes, todavia em condições míseras de moradia. A partir de 1946 chegavam à Colônia, em média, 30 famílias por dia. No ano seguinte já residiam na CANG mais de 10.000 habitantes. Em 1950 a área contava com 29.522 habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes (onde 33.222 residiam na zona rural e apenas 3.450 na zona urbana). Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (especialmente gaúchos) e de outros países (20%) (DAYRELL, 1975).

O fato é que as exigências para o estabelecimento na Colônia impediam grande parte das famílias de adquirirem lotes. Até mesmo o atraso na construção das residências e na demarcação dos lotes fez com que outros núcleos surgissem. Grande parte das famílias excedentes se fixou no outro lado do Rio das Almas, na sua margem direita. Foi assim que começou a surgir o povoado de Barranca, hoje Rialma. O próprio nome indica a localização e as condições de moradia: próximo ao “barranco” do rio. Uruana e Carmo do Rio Verde também surgiram do excedente de migrantes da CANG. Por questões burocráticas e por motivos de ocupação desenfreada, o povoado de Barranca se constitui como uma extensão e, ao mesmo tempo, contraposição ao modelo de ocupação e implantação da CANG.

Conforme Silva (2002), a Colônia era o lugar de trabalho. Por lá não se podia envolver com bebida alcoólica e muito menos com diversões noturnas. A disciplina era muito parecida com o regime militar, uma vez que a desobediência poderia significar a perda do direito de moradia. Em contrapartida, por não contar com normas rígidas, a Barranca se constituiu como lugar de diversão, já que continha os prostíbulos, bares, pensões e ambientes de diversões. Por isso, atravessar o rio significava entrar “em outro mundo”.

Todavia, o povoamento da região da Barranca era marcado como o lugar da desordem social pelo fato de seu povoamento ter ocorrido de forma aleatória.

Retratar o cotidiano da colônia significava ressaltar o caráter moral e a organizada vida social daquela localidade [...]. O povoado de Barranca, por sua vez, era descrito como uma localidade desprovida de valoração dos bons princípios e costumes (SILVA, 2002, p.101).

A questão é que tanto na margem esquerda como na direita do Rio das Almas a forte migração proporcionou um povoamento acelerado na região. Num primeiro momento os pequenos agricultores se fixaram na Colônia em condições precárias, utilizando métodos muito tradicionais, como é o caso das queimadas. Não empregavam técnicas de produção, e após 10 anos – com o solo “desgastado” –, muitas lavouras de arroz e milho transformaram-se em pastos, enquanto que mais estradas eram abertas para outras localidades – como exemplo de Itapaci e Carmo do Rio Verde. Todavia, em 1953 já havia 3.543 lotes distribuídos entre os colonos. O pequeno núcleo urbano que se formava já contava com uma população de 3.450 habitantes. Contudo, como apontamos acima, grande parte dos colonos (33.222 habitantes) residiam na zona rural. Ou seja, conforme a lógica territorial do período, a CANG participava de uma dinâmica fortemente ligada ao campo. É por isso que ela nasceu como fronteira agrícola.

Assim, apesar das condições precárias de moradia e de produção, na década de 1950 a CANG já se destacava na produção agrícola de Goiás, uma vez que o Mato Grosso Goiano, onde se localizava a CANG, era a principal área agrícola do Estado daquele período. Destarte, além da falta de qualificação e da baixa renda, grande parte dos colonos não se consolidaram enquanto produtores agrícolas. Conforme Dayrell (1974), até 1957 não havia trator ou qualquer implemento agrícola, além da ausência de análise de solo, prevenção de erosão, etc. E assim, enquanto os pequenos agricultores sofriam com a ausência de estrutura para produção, no início da década de 1950 mais estradas eram abertas e o núcleo urbano adquiria alguns serviços, como Correios e estação de rádio. Além da política agrária, o Decreto-Lei 3.059 previa também para as Colônias a criação de núcleos urbanos com serviços

para as famílias. E as sedes deveriam obedecer às regras urbanísticas modernas. Foi por isso que a sede da CANG seguiu o modelo de cidade planejada.

2.3 Criação da cidade de Ceres

Silva (2002) menciona que o projeto da cidade foi desenvolvido por engenheiros do Rio de Janeiro, que previa a abertura de ruas largas e bem traçadas na área urbana da CANG. Deveria haver, no centro do plano, uma praça com rápida conexão com os setores das imediações e uma ampla avenida que contornasse a cidade (um anel viário) e conectasse à Rialma. A consolidação desse plano deveu-se ao fato de Bernardo Sayão também sonhar com uma cidade moderna (observe o traçado das ruas e avenidas de Ceres no mapa 2).

O mapa 2 está representando o contorno urbanístico de Ceres nos últimos anos. Mas o traçado das ruas e avenidas, principalmente a praça central (atualmente Praça Cívica), nos dá uma dimensão do plano proposto pelos engenheiros cariocas. Note que a praça liga as principais ruas da cidade, com uma conexão direta a todos os setores e ao anel viário, hoje denominado de Avenida Bernardo Sayão. Questiona-se o porquê de uma cidade ser planejada num relevo com topografia ondulada. Isso se explica pelo cruzamento de uma política de modernização e das condições geomorfológicas da região escolhida para implantação de um dos projetos nacionais de colonização agrícola. Todavia, o relevo ondulado foi escolhido em decorrência de lembrar as estruturas do relevo da cidade do Rio de Janeiro, cidade conterrânea do administrador Bernardo Sayão. É interessante observar que, diferente da grande maioria das cidades goianas que surgiram de arraiais, capelas ou fazendas, Ceres surgiu a partir do planejamento – ela foi uma invenção imaginada e consolidada.



Mapa 2: Imagem aérea e traçado urbano de Ceres – GO
 Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres – GO.

No entanto, a construção da sede da CANG não significa só a imposição de um projeto urbanístico feito pelos técnicos cariocas, mas também o resultado das representações desse espaço pelos seus idealizadores. Antes mesmo de o desenho ter saído do papel, ela já fazia parte do sonho de Sayão, a cidade já era idealizada como uma cidade moderna. Há descrições feitas por Sayão numa carta endereçada às filhas no Rio de Janeiro. O pioneiro visitava a região e pretendia escolher o local para a construção da cidade. A sede da Colônia representava uma aspiração de cidade, um sonho urbano para o interior do Brasil, idealizado por Sayão. Pessoa relata essa experiência vivida por Bernardo Sayão, e em suas palavras descreve:

Ao mesmo tempo em que os primeiros colonos iam entrando nos lotes, ia surgindo a sede da colônia. Em cumprimento dos artigos 5º e 6º do Decreto 3.059, Sayão desejava construir uma cidade muito ousada para as condições locais da época. Em uma carta endereçada às filhas no Rio de Janeiro, na qual Léa Sayão não coloca a data, Sayão dizia: 'Amanhã irei a São Patrício, para ver se desta vez consigo localizar o ponto onde deverá ser construída a sede da colônia, que será uma grande cidade com cinemas, sorveterias, colégios, piscinas, etc., tudo bem moderno (PESSOA, 1999 p. 45).

Os relatos memorialistas dos pioneiros mostram que no início da colonização as possibilidades de diversão eram escassas. A juventude se reunia em grupos de jovens, geralmente filiados a uma entidade religiosa, e realizavam piqueniques na zona rural. Outra diversão apontada eram os passeios dominicais na Barranca, conforme o depoimento a seguir:

Aos domingos e feriados a gente saía para fazer visitas, passear nas casas dos vizinhos e ir em Rialma, chupar picolé, que não tinha na sede da CANG. A gente ia pra lá, aquela multidão de gente em busca de distração. Então, tinham as moças e os rapazes e se encontravam lá no domingo para namorarem. Era muita gente naquela avenida federal. Era cheia de gente. A gente ficava oferecendo as músicas. Tinha um auto-falante. Então a gente oferecia: “eu ofereço essa gravação aí...”. Era animado, era, não era ruim não. A gente voltava à noitinha contente e alegre pelos momentos de distração na Barranca. (Depoimento da Isaura Maria da Silva, 75 anos, nasceu em Ibaítê, MG. Chegou na CANG em 1943)

Esse depoimento mostra que além de impor uma visão de trabalho, a sede da CANG não oferecia diversão à juventude do lugar. Em consequência, a Barranca, por ser tão próxima, recebia festivamente essa população. Sayão sonhava com uma cidade com sorveteria, mas o picolé só tinha em Rialma.

Todavia, a tradição viva e a consciência social representam a responsabilidade do grupo social sobre o seu mundo real. Porém, essa responsabilidade sobre o real não impede o homem de construir os seus sonhos, bem pelo contrário, muitas vezes o real é a própria materialização dos elementos idealizados. Assim, os sonhos podem estar representados, muitas vezes, como a constante superação do homem pelas obras por ele mesmo produzidas, proporcionando uma insaciável busca pela satisfação das suas necessidades.

Numa outra perspectiva, a construção das representações sociais destaca o caráter político dessa manifestação (CARVALHO, 1990). Os símbolos e as suas representações sociais ajudam a compreender a tradição de uma sociedade. Compreender que os elementos simbólicos fornecem instrumentos fundamentais à análise da história e da visão que uma sociedade tem de si mesma e do mundo.

A sociedade urbana exemplifica a produção cultural do homem. A cidade é ao mesmo tempo, uma materialização espacial, todavia, é também uma construção imaginária, resultante dos sonhos individuais e coletivos. O seu resultado implica na criação de uma visão do mundo social com suas representações concretas e imaginárias.

A cidade, analisada como o produto da criação humana, representa o lugar onde os sonhos são visualizados no real, no concreto. Por certo, a cidade

é o lugar que se presta a uma multiplicidade de olhares²¹, além da visão exclusiva do real. Pesavento (1999) cita Edgar Morin que chega a considerar a história cultural urbana como a metaforização do social, isto é, onde as imagens são uma representação da própria cidade. O espaço urbano é visto como lugar repleto de significados e desafios e, assim, a cidade não se apresenta como sendo simplesmente um fato, um dado concreto, porém, como uma temática, um objeto de reflexão. Compreender a cidade significa a construção de desafio, uma constante reflexão e questionamento, na tentativa de abordar as multiplicidades e as várias dimensões que esse espaço apresenta.

Em oposição entre a cidade sonhada e a cidade vivida, surge a Barranca que representava a negação do sonho ao expor a realidade da cidade semeada, onde o povoamento surge de forma desordeira e com traçados urbanos que originaram aleatoriamente. A Barranca representava a “espontaneidade” da ocupação, com povoamento desordenado e formado por pessoas de conduta questionável, segundo a visão da colônia. Uma tendência apontada pelos pioneiros era a de que a Barranca privilegiava o lazer em detrimento do trabalho. A vida boêmia é apontada como característica daquele povoamento. Isto é, as imagens que representavam a Barranca ajudaram a consolidar a cidade sonhada da CANG, na medida em que evidenciavam os caminhos opostos de sonho urbano de uma cidade planejada.

²¹ Pesavento apresenta a cidade ainda, como o “fruto de uma violação ao sagrado”. A autora busca retratar os caminhos do imaginário urbano relatando sobre a construção da primeira cidade em Gênese, onde Caim desobedece as leis de Deus e estabelece as suas próprias leis na terra. Seria o passo para o controle do homem sobre a natureza, um rompimento com o sagrado e imposição do profano. A cidade é lugar de conflito, portanto seria não um espaço sagrado, mas um espaço profano e violado. Le Goff (1998) compreende que a cidade medieval estava muito mais relacionada à cidade moderna do que ao processo urbano das sociedades antigas. Para o autor a praça das cidades antigas refere-se a espaço dedicado a culto religioso nas civilizações do Oriente Próximo. Seria a tentativa de resgate da “violação do sagrado”, uma busca na solução dos conflitos urbanos através das liturgias coletivas. Nas civilizações clássicas greco-romanas a praça pública é entendida como espaço político, como que um nascimento do papel humano como gerenciador dos conflitos sociais através do exercício da cidadania, mesmo que limitada em ambos os casos. Já nas cidades medievais, quanto nas cidades modernas, a praça pública abriga “as feiras”, o comércio, o centro dinâmico da exposição de mercadorias. Aproxima-se da concepção de Baudelaire (BENJAMIN, 1994) ao relatar suas andanças pela Paris do Segundo Reinado, observando suas ruas, avenidas, suas vitrines que expunham a moda parisiense, onde tudo se apresentava como mercadoria. O poeta retrata uma cidade que é fruto do seu tempo, onde os sonhos de civilização moderna estão expressos em seus cafés, em seus jardins, em seus habitantes. Paris é como o sonho da cidade vanguarda, não apenas como símbolo da cidade moderna, mas o sonho e a materialização de ser o ícone da modernidade.

Os povoadores das terras da CANG viam a Barranca com um lugar de desordem e de festas constantes. Era um lugar aonde as inquietações, prostituições e criminalidades aconteciam constantemente. De acordo com o depoimento:

A gente ouvia de boca em boca que lá tudo era permitido. O próprio Dr. Sayão falava isto para os povoadores. Eu tinha medo de atravessar o Rio das Almas e chegar à Barranca. Mas na medida em que a gente ia morando e vendo que muitas coisas não aconteciam, eu fui perdendo o medo e visitei conhecidos meus na Barranca e percebi que a maioria das coisas era falatório mentiroso. (Jesus Ribeiro da Silva, 81 anos, nasceu em Cachoeira, MG. Veio para a CANG no ano de 1942).

Assim, essa representação de cidade com formação espontânea funcionava como instrumento de fortalecimento do sonho de cidade pavimentada na CANG. Era uma espécie de “exemplo a não ser seguido”. Este detalhe aparece nas entrevistas com os pioneiros. Porém, há também uma curiosidade, nas entrevistas, que reforçam essa hipótese de que a Barranca representava a negação do sonho urbano da Colônia, é que todas as vezes que, perguntados sobre o cotidiano, as características, ou as atividades da CANG, os pioneiros apontavam a Colônia e imediatamente apontavam a Barranca, como forma de diferenciação. O depoimento do Sr. Silva, descreve o cotidiano da CANG a exemplificar essa reflexão:

Era um ajuntamento de gente que chegava sem parar... chegava gente todo dia e, praticamente, a toda hora. Casava gente, assim, para poder requerer os lotes rurais. Existia o escritório do Sr. Dantes, onde eles se casavam. Casavam aos montões, muitas pessoas, para poder adquirir os lotes rurais... o governo dava as telhas, dava a assistência pra começar a vida no setor rural e as sementes. Então, muita gente. Mineiro, baiano, estrangeiros. Tinha um número de pessoas muito grande. Muitos ficavam do outro lado do rio, onde chamava Barranca por não estarem de acordo com as regras que eram seguidas a risca na CANG. Agora aqui era um lugar mais disciplinado e ordem. A disciplina aqui era muito grande e seguida a todo instante. O Bernardo Sayão não permitiu aqui a entrada de bebidas alcoólicas e a pessoa aqui, não tinha prostituição. Se quisesse qualquer coisa, eu não vou falar assim ‘errada’, se quisesse qualquer coisa tinha que ir a Rialma, atravessar o Rio e entrar em contato com a Barranca. Rialma todo dia morria gente lá. Era um lugar temido e os crimes eram diários. E aqui era um sossego e um a calmaria que só. (Agelino Divino da Silva, 89 anos, nasceu em Patos, MG. Não se recorda da data em que chegou na CANG).

Por meio do depoimento, há apontamentos para a grande movimentação de pessoas que chegavam à Colônia, a ressaltar que vinham de várias partes do país e do exterior. O pioneiro, nessa primeira afirmação busca enfatizar a relevância que era a CANG tinha naquele momento. Logo após, seu depoimento muda de foco, a afirmar que muitos não se fixavam na colônia, porque ficavam na Barranca. Assim, volta o pensamento para a CANG, como que para justificar as características por que identificavam aquele lugar: um lugar de disciplina e ordem. A Barranca retorna a fala do pioneiro, sendo destacadas suas atividades marginais. E novamente volta à Colônia, no sentido de reforçar a diferença e apresentar a cidade como um lugar de vida tranquila, ordeira e sossegada, diferentemente do que era a Barranca.

Conforme as representações do ideal do trabalho, de ordem social, bons costumes, fizeram parte do sonho urbano da Colônia, a configurar-se como sistemas simbólicos, e conseqüentemente, a constituir parte do discurso da identidade regional. Desta forma, foram compostas as representações simbólicas do mundo real, a definir as características culturais do espaço. As imagens do urbano na Colônia e as imagens da oposição do sonho, a se apresentar na Barranca, apontam os modelos do ideal e ajudam na reflexão do real.

A Colônia unificada construiu sua identidade a basear-se no discurso da moral do trabalho e da ordem social. Alimentou essa representação do seu mundo social a partir da rejeição dos valores construídos pelos pioneiros sobre o significado do mundo que existia “no outro lado do rio”. A Barranca não era símbolo e representação apenas de uma fronteira geográfica, mas também imaginária, na medida em que evidenciava as diferenças, explicitamente imaginárias, do outro lado do rio. Nesse sentido, a balsa, e mais tarde a ponte, simbolizavam não a união de duas localidades, mas a separação de dois mundos sociais distintos, opostos e complementares. As duas localidades estavam geograficamente próximas, apenas separadas pelo rio, mas representavam visões de mundo bastante diferentes, exemplificada na compreensão dos pioneiros.

A emancipação da Colônia ocorreu em 1953 pela lei nº 767 e foi desmembrada das terras do município de Goiás e originou o município de Ceres. O nome seguiu as orientações de Bernardo Sayão, que já havia

proposto “Ceres” para o núcleo, que na mitologia latina significa “deusa da agricultura”. No mesmo período o povoado de Barranca também se emancipou pelo Decreto-Lei Estadual nº 753, instalando-se como município em 1º de janeiro de 1954. A denominação Rialma, então desmembrado de Jaraguá, é proveniente da junção do nome “Rio das Almas”. O núcleo urbano constituído pelas duas sedes municipais tinha, num primeiro momento, a evidente função de servir o campo, não havendo a necessidade de emancipação. Mas a importância eleitoral que representava a região (pela quantidade populacional), fez com que líderes políticos do Estado pressionassem a emancipação para que houvesse um desligamento da influência federal.

A criação da CANG e a emancipação de Ceres e Rialma conforme Dayrell (1975, p.88), as Colônias Agrícolas Nacionais “foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos à agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento”. Com as Colônias pretendia-se resolver dois estrangulamentos básicos:

Alocar mão-de-obra liberada pela decadência da cafeicultura (e de maneira mais global pela deterioração das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana), e criar para esta uma frente agrícola comercial interna (BERTRAN, 1988, p. 92).

2.4 A Colônia Agrícola Nacional de Goiás como fronteira agrícola

A região que se formou a partir da criação da CANG foi uma importante fronteira agrícola²². De acordo com Martins (1997), uma fronteira econômica resultado encontro da frente de expansão com a frente pioneira (MARTINS, 1997). Assim, a primeira é aquela que está sempre em movimento e não utiliza elementos “modernos”, os quais poderiam permitir a fixação. Já a frente pioneira é aquela que se estabelece numa região por processos de modernização. No caso do Mato Grosso Goiano, a implantação da Estrada de Ferro Goiás até a cidade de Anápolis, as políticas de Estado, a abertura de

²² Fronteira Agrícola é uma expressão utilizada para designar o avanço da produção agropecuária sobre o meio natural. Trata-se de uma região na qual as atividades capitalistas fazem frente com as grandes reservas florestais e áreas pouco povoadas.

estradas e a chegada de um grande número de camponeses e colonos, provocaram significativo crescimento econômico regional baseado na produção agrícola. Este processo caracterizou a área como uma importante fronteira agrícola de Goiás. O período em que a CANG se destacava na produção agrícola estadual é referente às décadas de 1940 e 1950.

A produção e comercialização de rebanho bovino tinham restrições devido aos ajustes firmados pela Colônia, uma vez que o projeto visava aproveitar a fertilidade do solo para a produção agrícola. Entretanto, as glebas não poderiam ser transformadas, naquele momento, em áreas de pecuária. Em 1953 foram registradas apenas 14 mil cabeças de bovinos e 4 mil de equinos e muares, como mostra a tabela 1.

Tabela 1: Efetivo da Pecuária da CANG – 1953

Produto	Quantidade (Cabeças)
Bovinos	14.000
Equinos e Muares	4.000
Caprinos e Ovinos	2.000
Galináceos	228.000
Suínos	48.000

Fonte: Dayrel (1975).

Contudo, ao observar a tabela 1, consta-se que a produção de suínos e avinos não tinham restrições, já que não dependiam de grandes áreas para reprodução. No ano de 1953 foi registrada uma produção de 228 mil cabeças de galináceos e 48 mil de suínos. Apesar disso, o privilégio da produção industrial da CANG também era concedido à agricultura. Isso pode ser verificado, além dos dados da agricultura, na produção industrial, que era voltada, em sua maioria, ao beneficiamento da produção agrícola (tabela 2).

Tabela 2: Produção Industrial da CANG – 1953

Produto	Produção
Rapadura	844.000 kg
Açúcar Mascavo	100.000 kg
Açúcar Cristal	72.000 kg
Farinha de Milho e Mandioca	2.000.000 kg
Óleos Vegetais	700.000 kg
Algodão Beneficiado	6.301 arroba
Tijolos	4.496.000 unidades
Telhas Francesas e Coloniais	548.000 unidades

Fonte: Dayrel (1975).

Embora o decreto 3.059 prever a criação de Cooperativas para as Colônias, no ano de 1953 ainda não se registrava nenhuma na CANG. No ano seguinte, com o núcleo urbano de Ceres já emancipado, existiam 8 cerealistas que beneficiavam arroz e algodão e um armazém particular, que gerenciava as exportações através de ensacamento, beneficiamento, faturamento, pesagem, etc (DAYREL, 1975). Isto é, a produção, a atividade industrial e a dinâmica econômica da pequena cidade caracterizavam Ceres como cidade do campo, para utilizar um termo de Santos (1993). Isso porque, naquele momento a cidade se voltava ao campo e se constituía como parte essencial do complexo agrícola. Convém mencionar que a cidade do campo, na contemporaneidade, mantém uma relação com o espaço rural diferente daquela verificada na década de 1950, quando a urbanização ainda não cumpria um papel hegemônico – pelo menos na parte central do Brasil.

2.5 Urbanização de Ceres

O crescimento da população do Mato Grosso Goiano e de importantes centros urbanos goianos e de outras Unidades da Federação favoreceu o aumento da demanda por produtos alimentícios. Porém, foram os grandes cerealistas de Anápolis e os comerciantes de Ceres que se beneficiaram do

processo de incorporação da produção agrícola da CANG junto à demanda crescente dos centros que se emergiam. Logo, diante do domínio do capital mercantil e da valorização das terras, ocorreram vários conflitos entre posseiros, colonos, grileiros e fazendeiros. No caso específico dos colonos, muitos deixaram suas condições de proprietários e migraram para cidades da região, em especial para Anápolis, Goiânia e, mais tarde, Brasília. A pequena propriedade, desde então, passou por uma forte desarticulação cedendo lugar às grandes fazendas que já existiam nas proximidades.

Entretanto, a desarticulação da pequena propriedade não ocorreu por uma falha ou ingenuidade do plano político de governo de Vargas que, dentre outros objetivos, também visava fixar o agricultor familiar, como delineado no Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941. Pelo contrário. Como salientado por Borges (2000), os discursos proferidos por Vargas visavam atender interesses do capital urbano industrial e do setor agrário tradicional. A interiorização econômica, contudo, significou o aumento da produção de alimentos, mas também contribuiu para a reprodução do latifúndio. A conquista de terras pelo interior do Brasil

Servia para garantir a continuidade da perversa aliança entre a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra num pacto político que, além de manter a estrutura agrária arcaica, impediu qualquer medida mais ampla destinada a democratizar o acesso a terra (BORGES, 2000, p.72).

Nos primórdios da ocupação da CANG houve o assentamento de pequenos agricultores familiares. Mas tais assentamentos não foram politicamente pensados para destruir o latifúndio. A estrutura da propriedade da terra no Brasil, em sua grande maioria, sempre foi baseada no grande latifúndio. Foi por isso que a pequena propriedade nas áreas de fronteiras agrícolas, como na CANG, tinha vida curta, pois logo era incorporada à grande fazenda pela lógica de expansão da agropecuária existente no Brasil (BORGES, 2000).

Em decorrência deste fato, Bertran (1988) afirma que, ao longo do tempo, a Colônia de Goiás entrou em decadência, tanto econômica quanto

demograficamente, a observar-se já na década de 1960 tendências fortes à concentração da propriedade e o conseqüente esvaziamento da zona rural.

Assim, o fato é que a estrutura de poder que foi montada no Brasil impediu o desenvolvimento das pequenas propriedades familiares. Apesar de elas terem contribuído com a produção agrícola da CANG até certo momento – dando a essa área destaque na produção agrícola do Mato Grosso Goiano –, logo foram desarticuladas em benefício das grandes propriedades produtivas. Por fim, na década de 1960 ficou evidente que o projeto da CANG, de fixar o pequeno agricultor, havia fracassado. Além da acelerada devastação das matas e “desgaste” dos solos, houve a falta de distribuição de créditos e a entrada do capital mercantil ditou novas regras que implantaram de maneira enfática as grandes fazendas.

Porém, é importante dizer que, apesar da desarticulação das pequenas propriedades, a política de Vargas motivou a expansão territorial por áreas centrais do Brasil e forjou a abertura de estradas para novas regiões, como é o caso do Norte Goiano. Todavia, nesse mesmo período alguns programas, como o de geração de energia e de infraestrutura, muito influenciaram a reconfiguração da dinâmica territorial da porção central de Goiás. Com o governo de Juscelino Kubitschek outros projetos de infraestrutura foram implantados e uma nova etapa emergiu com a implantação de Brasília. É nesse período e após, com a implantação dos planos de JK, que Ceres passou por um processo de transformação de seu conteúdo socioespacial.

Conforme informações de Dayrell (1974), na década de 1960 a cidade de Ceres, antes conhecida pela eficiência agrícola, transformou-se em centro polarizador do desenvolvimento regional, favorecida pela ausência de outros centros urbanos desenvolvidos nas proximidades, pela expressiva concentração populacional, pelos serviços e equipamentos urbanos e pela função de empório comercial de vasta região – inclusive para o Norte do Estado.

Contudo, entre os anos de 1940 e 1963 foram criados 128 municípios no território goiano. E até 1988 foram mais 42. Grande parte surgiu no Mato Grosso Goiano e ao longo da BR-153, o que teve influência direta da abertura de estradas, da criação da CANG e das duas capitais planejadas. A questão é que nas décadas de 1960 e 1970 a modernização territorial em Goiás foi

acompanhada pela urbanização e por uma participação da técnica, da ciência e da informação cada vez mais evidente. Não eram mais as zonas de matas e seus solos férteis que influenciavam a localização das modernas formas de produção, todavia o arsenal tecnológico, a logística, a posição, a ação dos atores sociais e suas articulações políticas. Isso explica a incorporação, naquele período, de novas áreas às modernas formas de produção. Além do que, a proximidade com o Sudeste Brasileiro, a consolidação de programas de créditos, a constituição de uma logística e participação da pesquisa, fizeram com que essa modernização transformasse Goiás em um território cada vez mais urbano e fragmentado. E aqui concentra os elementos principais da redefinição de Ceres no contexto regional (CASTILHO, 2012).

As mudanças ocasionadas pela modernização do território goiano trouxeram uma explosão urbana que se iniciou em meados do século XX e culminou na década de 1970 a afetar a região da antiga CANG. Em 1950 o Estado de Goiás contava com 77 municípios. Já na década seguinte esse número aumentou para 178, a representar um crescimento superior a 130%. Arrais (2007) afirma que nesse período o Mato Grosso Goiano foi à região que mais se fragmentou, tendo 34 dos seus 41 municípios emancipados.

Na municipalidade de Ceres alguns distritos emergiram, como Bom Jesus, Nova Glória (emancipado em 1980), Ipiranga de Goiás (emancipado em 2001), Espírito Santo e Santo Antônio da Barra. No caso do distrito de Castrinópolis (que foi ocupado antes da implantação da CANG), no município de Rialma, houve uma estagnação da população por estar afastado das principais vias de deslocamento. Em 1980 Ceres contava com uma população total de 31.493 habitantes e Rialma 7.516 habitantes. A CANG, no período de sua emancipação, chegou aos 36.672 habitantes, no entanto, naquele período a população urbana era de somente 3.450 habitantes e a rural 33.222 habitantes. Em 1970 a população urbana de Ceres chegou aos 11.288 habitantes, e Rialma aos 6.011 habitantes.

Em Ceres, a queda na população rural – de 33.222 habitantes na década de 1950 para 24.500 habitantes em 1974, ocorreu pelo fato de muitos colonos terem negociado suas propriedades em decorrência da desarticulação da estrutura produtiva baseada na pequena propriedade. Veja na tabela 3 a população de Ceres desde o período da CANG.

Na análise da tabela 3 verifica-se que a população rural até 1968 chegou aos 53.970 habitantes. Entretanto, na década de 1970 houve uma queda acima dos 50%. Existiu também uma queda na população urbana, devido grande parte desses residentes estarem ligados as atividades do campo e que, portanto, migraram para os grandes centros no momento de declínio de suas atividades. Porém, a forte mobilidade social do campo para a cidade alterou inclusive a população urbana de Ceres. Mas a partir da década de 1970 ocorreu um fato interessante. Ao passo que o Mato Grosso Goiano passou por uma “explosão urbana” e também se desenvolveu enquanto área agropastoril, Ceres foi se consolidando como centro regional ligado aos serviços de saúde.

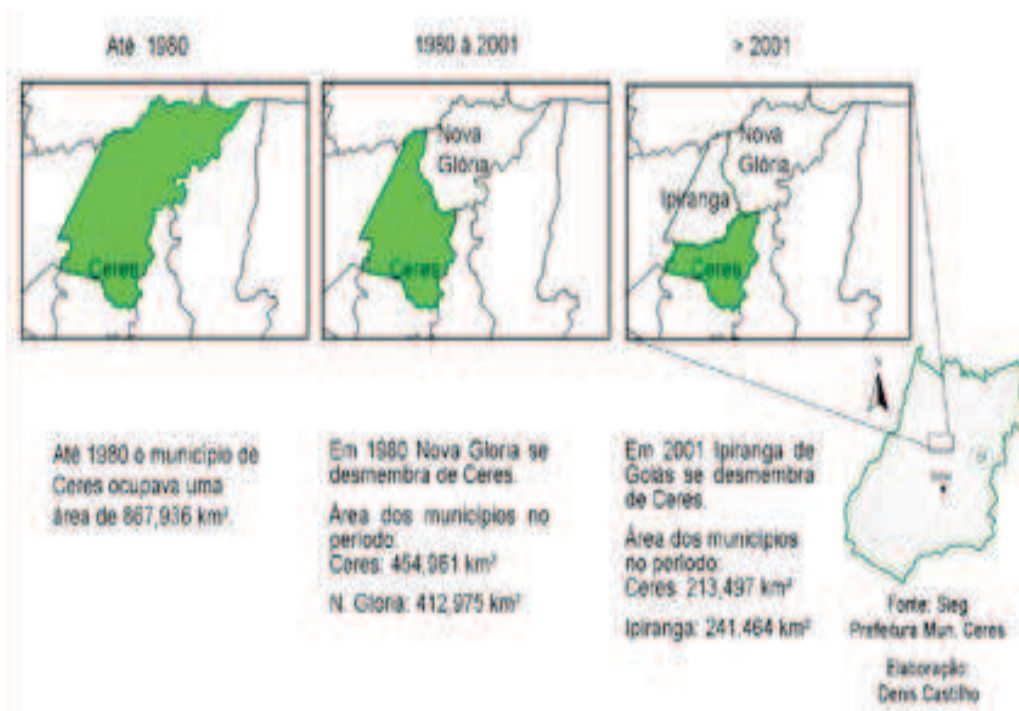
Tabela 3: Ceres – População total e por residência - 1943 – 2007

ANO	POPULAÇÃO TOTAL (HAB)	URBANA (HAB)	RURAL (HAB)
1943 – CANG	900	-	-
1946 – CANG	8.000	-	-
1950 – CANG	29.522	2.003	27.519
1953 – CANG/Ceres	36.672	3.450	33.222
1960 – Ceres	42.803	6.895	35.908
1968 – Ceres	67.352	13.382	53.970
1970 – Ceres	39.524	11.288	28.230
1980 – Ceres	31.493	13.701	17.792
1991 – Ceres	22.874	16.951	5.923
2000 – Ceres	22.209	18.123	4.086
2010 – Ceres	20.722	19.790	932

Fonte: Dayrell (1975) & IBGE (2010).

Isso aconteceu, pois, apesar da desarticulação das pequenas propriedades criadas no período da CANG, a estrutura montada na localidade conferiu um aproveitamento econômico e uma ampliação da área de influência de Ceres para o Norte de Goiás. Nesse contexto, a infraestrutura herdada da CANG, aliado ao planejamento, à ação dos atores locais e à posição da cidade, permitiram que Ceres assumisse a condição de fornecedora de serviços para a

região, a ocupar uma posição central na rede urbana microrregional daquele período. Assim, a evolução dos dados da população desse município poderia nos levar a outra interpretação, já que Ceres passou por uma queda substancial em sua população total: de 67.352 habitantes em 1968 para 20.722 habitantes em 2010 (BRASIL, 2010).



Mapa 3: Fragmentação territorial do município de Ceres 1980-2001
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Entretanto, como mostra o mapa 3, os dados da população urbana tiveram um crescimento. A baixa na população total pode ser explicada, num primeiro momento, pelo êxodo rural que houve na região, e segundo, pela fragmentação do município, o que se explica pela explosão urbana que ocorreu em Goiás, especialmente no Mato Grosso Goiano a partir de 1960. Assim, no caso de Ceres, houve dois municípios que se desmembraram: Nova Glória na década de 1980 e Ipiranga de Goiás em 2001. Assim, houve uma queda de 75,4% da área do município, como mostra o mapa 3. A área ficou restringida aos 213,497 km² e, apesar da estrutura fundiária ser, em sua grande maioria constituída por pequenas propriedades (total de 613 de 0 a 80 ha), a principal dinâmica econômica do município, diferente da grande maioria dos municípios da porção norte do Centro Goiano, passa a residir no espaço urbano.

Todavia, em função da fragmentação territorial, a principal área cultivável do município de Ceres foi desmembrada para Nova Glória em 1980 e para Ipiranga de Goiás em 2001. Entre os anos de 1940 e 1963 foram criados nos Brasil 2.029 municípios e em Goiás 128 municípios. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1964 a 1992 foram criados mais 63 municípios nessa Unidade da Federação. Fernandes *apud* Arrais (2007, p.110) afirma que após a constituição de 1946, “uma parte do Imposto de Renda arrecadado pela União passou a ser distribuído aos municípios, o que levou os estados a criarem novos municípios de forma indiscriminada”.

O processo de desarticulação da pequena propriedade, na medida em que a dinâmica socioespacial do Vale do São Patrício foi sendo alterada, a partir da década de 1970, houve a fragmentação territorial em Ceres e a atuação dos atores sociais levou esta cidade a se beneficiar do espaço herdado para se firmar nos serviços, especialmente aqueles ligados à saúde. Já nas primeiras décadas de sua formação, Ceres foi administrada por prefeitos médicos a fortalecer políticas que priorizavam a área da saúde. A alta concentração de população no período da CANG e os consequentes índices de doenças que dali emergiram (como a malária) trouxeram a instalação de instituições de saúde no núcleo urbano. E na medida em que a ocupação se expandia pela região, a demanda por serviços de saúde também aumentava. Isso porque não havia serviços de saúde em outros municípios, povoados ou vilas, a favorecer a instalação de novos hospitais em Ceres. A infraestrutura de saúde que se desenhava ali tinha participação direta do Estado, visto que a cidade já possuía uma estrutura montada em função do espaço herdado da CANG e uma demanda regional crescente. Também, papel relevante nesse processo foi à força política dos médicos que ali se instalaram e a posição de Ceres na região: centralizada e bem servida por estradas que a interligavam as cidades de Goiânia e Anápolis (CASTILHO, 2012).

Assim, houve uma especialização produtiva e consolidação de um *cluster*²³ de saúde, como afirmado por Cardoso (2005). Todavia,

²³ *Cluster* é um setor da economia com diversas empresas que desenvolvem o mesmo ramo de atividade. Através da ação conjunta de tais empresas, uma dada atividade econômica ganha importância econômica e se consolida numa localidade. A proximidade física entre as empresas é de fundamental importância para o desenvolvimento coletivo entre elas. Além

o *cluster*, sendo uma forma de organização de produção regional que se estrutura a partir da identificação das complementaridades e das sinergias entre as empresas de um mesmo ramo de atividade, pode fazer com que a competição e a cooperação coexistam (CARDOSO, 2007, p. 17).

Assim, a trajetória do *cluster* de saúde em Ceres teve sua origem associada à implantação da CANG e a fatores como demanda por serviços de saúde, localização, infraestrutura, construção do Hospital da Colônia (Pio X) e o papel pioneiro dos médicos. Além desses fatores, a expansão do referido *cluster* pode ser explicada também pela

presença de mão-de-obra especializada e favorecida pela existência de redes de relacionamentos (vínculos sociais, profissionais e familiares) que contribuíram de diversas maneiras para que houvesse a multiplicação das organizações de saúde em Ceres” (CARDOSO, 2007, p. 6).

Após a Colônia Agrícola Nacional de Goiás ser emancipada com a denominação de Ceres, nome este escolhido pelo engenheiro agrônomo Bernardo Sayão por significar deusa da agricultura, na mitologia romana, a ex-colônia passou a ser paladino na área de prestação de serviços tendo destaque na área da saúde. Quintela fundamenta:

A emancipação da colônia transcorrida após uma década da sua criação não alterou a orientação econômica da CANG/Ceres. Suas principais atividades continuaram sendo a agropecuária e as indústrias dela derivadas. Porém, ela impediu que Ceres se consolidasse como um grande celeiro de Goiás ao serem cortados os investimentos diretos do Ministério de Agricultura que teriam sido fundamentais para a construção de uma escola técnica encarregada da instrução agrícola dos filhos dos colonos, com o qual se teria assegurado à modernização das explorações agropecuárias. Ceres, deixando de ser colônia, tornou-se o principal centro urbano para a prestação de serviços, especialmente na educação e na saúde, à região do Vale de São Patrício, passando a se enquadrar como urbana, na década de 1990, 70% da sua população, embora isso em parte se devesse à emancipação de alguns distritos predominantemente rurais de Ceres (QUINTELA 2009, p. 59).

Todavia, a clusterização é representativa do processo de especialização em Ceres. Entretanto, pelo papel do contexto regional na estruturação dessa

disso, há a concentração de organizações e uma estrutura de poder montada em torno do referido setor da economia (CARDOSO, 2005).

cidade, também é relevante considerar o processo de (re)funcionalização produtiva que ali ocorreu. Isto é, as heranças da CANG, aliado aos processos de transformação da dinâmica regional pela chegada de novas lógicas territoriais e a ação dos grupos locais foram determinantes para a especialização produtiva de Ceres. O primeiro hospital, denominado Hospital da CANG, iniciou seu funcionamento em 1946. Com uma equipe composta por sete médicos, um farmacêutico, seis enfermeiras, um laboratorista e um auxiliar, o Hospital da CANG teve um papel elementar para a fixação dos colonos na região. Na década de 1940 a sua administração foi de responsabilidade do governo federal. Mas com a emancipação da Colônia, foi entregue à Igreja Católica (Diocese da Cidade de Goiás), e passou a se chamar São Pio X. Esse hospital teve papel substancial para a consolidação do setor de saúde em Ceres, já que atraía pacientes e profissionais de muitas regiões do país. Todavia, também se tornou referência nas áreas de hanseníase e de parto natural. Além do que, grande parte dos médicos de Ceres, que se tornaram figuras emblemáticas entre os atores sociais desse lugar, passaram por esse hospital e alguns saíram para construir outros hospitais, dando início à expansão do setor de saúde.

Em 1951 um dos médicos pioneiros da CANG, o Dr. Domingos Mendes da Silva, iniciou a construção de seu próprio hospital (hoje Hospital Centro Goiano) e dois anos mais tarde já contava com uma Escola de Auxiliar de Enfermagem, como destaca Aranha (2001). No mesmo ano outro médico pioneiro, o Dr. Jair Dinoah Araújo, que foi o primeiro administrador do Hospital da CANG, também se afastou deste para construir outro hospital, hoje o Hospital São Lucas. A posição de Ceres no Vale de São Patrício e mesmo na porção Norte do território goiano proporcionou o crescimento da demanda pela saúde, visto que, mesmo com o surgimento de novas cidades na região, a infraestrutura de saúde se restringia à Ceres. E também, naquele período o deslocamento até Anápolis ou Goiânia era complicado pela indisponibilidade de automóveis (que ainda não eram difundidos) e pelas más condições das estradas. Assim, diante de uma alta demanda, novos hospitais foram criados, como o Hospital São Patrício (1967), Hospital Santa Helena (1974), Hospital Bom Jesus (1975), Hospital Ortopédico (1975), Centro Materno Infantil de Ceres (1978) e o Instituto Médico de Ceres (1994).

Todavia, essas informações demonstram que a especialização produtiva em Ceres (representada pelo grande número de hospitais, clínicas e centros de saúde) esteve vinculada às exigências do sistema produtivo que se implantou na região. Por isso, apesar da montagem dessa infraestrutura ter se iniciado com a CANG, os serviços de saúde foram ampliados conforme as exigências do mercado moderno e da divisão territorial do trabalho proveniente da modernização territorial. Essa especialização (que também podemos chamar de (re)funcionalização ou reestruturação produtiva), foi acompanhada por outros setores da economia, como é o caso da educação e de alguns serviços públicos regionais, os quais vêm a configurar, Castilho (2009), por uma nova cartografia da influência que os bens e serviços de Ceres exercem na região.

Diferentemente da maior parte das cidades goianas, as quais tiveram a participação direta de fazendeiros e políticos na formação territorial, em Ceres, foram os profissionais da saúde, em sua maioria, que desempenharam tal papel. Contudo, isso não decorreu simplesmente da vontade de tais atores. Pelo contrário, a própria emergência desses sujeitos na estrutura de poder se deu conforme a divisão territorial do trabalho que se impôs na região da antiga CANG.

Destarte, a dinâmica socioespacial de Ceres se constituiu por muitos fatores de variadas ordens, dentre os quais menciono: a região herdada da CANG, as alterações nas formas de produção originadas em função da desarticulação da pequena propriedade, a logística e posição estratégica do espaço, a nova divisão territorial do trabalho, a urbanização e as ações dos povoadores que ali se estabeleceram e se consolidaram. Logo, podem-se destacar os investimentos em infraestrutura, as inovações tecnológicas, a qualificação dos serviços prestados, as articulações políticas e a imposição de uma ideologia voltada aos seus interesses. É relevante citar que nenhuma modificação no quadro socioespacial de uma localidade é feita sem conflitos. Todavia, as causas dessas mudanças também são frutos de um movimento externo ao local, como exemplo das políticas nacionais, pressupondo a inserção do município, que foi formado a partir de fases diferenciadas, em distintas redes e a imposição de interesses e lógicas de diferentes escalas.

No capítulo 3 serão apresentadas e comentadas as dificuldades e os dilemas encontrados pelos povoadores das terras da CANG. Assim, procurará

apresentar a tessitura da relação entre a política de atração e fixação do homem na terra e os investimentos que os migrantes receberam para se consolidarem neste ideal da Marcha para o Oeste.

CAPÍTULO 3

3 – POVOADORES DAS TERRAS DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS

Na historiografia regional, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás está relacionada com a política da Marcha para Oeste e caracterizada como criação varguista que surgiu durante o período de ditadura do Estado Novo (1937-1945).

As dificuldades de acesso, moradia e estradas enfrentadas pelos povoadores das terras da CANG serão apresentadas por meio das entrevistas orais realizadas nos municípios de Ceres, Nova Glória e Ipiranga de Goiás no período dos anos de 2006 a 2009 concedidas a mim e arquivadas na Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER²⁴. Estes dados memorialistas, neste estudo, foram mesclados com documentos encontrados na Biblioteca Municipal de Ceres e com fontes bibliográficas.

De acordo com Gwyn Prins (1992, p. 165):

Onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica. Elas não farão isso como se fossem fontes escritas. A escrita é um milagre tecnológico... As limitações da tradição oral devem ser amplamente avaliadas, de modo que ela não se transforme em um desapontamento, quando após longos períodos de pesquisa resultar uma reconstrução ainda não muito detalhada. O que se reconstrói a partir de fontes orais pode bem ter um baixo grau de confiabilidade, na medida em que não existem fontes independentes para uma verificação cruzada.

Assim, neste capítulo há uma procura de elucidar tais problemáticas. Ao analisar obras de cunho bibliográfico não foram obtidas respostas para todos os questionamentos que o projeto de pesquisa se propunha a averiguar. Assim, as lacunas foram suprimidas por documentação colhida em fontes primárias (fotografias, relatos institucionais dos povoadores da CANG encontrados da sede da Biblioteca Municipal de Ceres, etc). Logo, há uma carência de

²⁴ As entrevistas foram digitadas e se encontram como acervo da FACER e patrimônio de Rubiataba direcionada ao período da CANG.

informações relacionadas à temática proposta que se fundamenta em descobrir quem eram estes povoadores e motivados por quais fatores incorporaram os discursos sobre a Marcha para o Oeste.

3.1 A atração dos colonos para as terras da CANG

Para Andrade (2003) e Vinhas (1985) as colônias agrícolas receberam levas de migrantes de vários outros estados do Brasil, destacando os piauienses, maranhenses, alagoanos, mineiros, paulistanos, gaúchos, catarinenses e baianos. Todos que chegavam às terras das colônias eram pobres, não sendo, até então, proprietários de lotes, motivo pelo qual se explica a grande diversidade cultural destas zonas agrícolas, uma vez que a busca de terras foi o fator unificador da diversidade.

Para Dayrell (1974) a colonização atraiu uma forte migração, principalmente pelas notícias de solo fértil e de apoio do Governo. Portanto, havia uma propaganda proveniente de um ideário forjado pela Revolução de 1930 e, mais tarde, do Estado Novo. Em 1943 já havia 900 ocupantes, todavia em condições precárias de moradia e miserabilidade. A partir de 1946 chegavam à Colônia, em média, 30 famílias por dia. No ano seguinte já residiam na CANG mais de 10.000 habitantes. Em 1950 a área contava com 29.522 habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes (onde 33.222 residiam na zona rural e apenas 3.450 na zona urbana). Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte e Nordeste (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (especialmente gaúchos) e de outros países (20%).

A política de atração de migrantes sustentada no período do governo Vargas conduzia os brasileiros, de uma forma geral, a se envolverem no projeto federal Marcha para o Oeste. Assim, de acordo com um relato de Vargas, encontrado na Biblioteca da Presidência da República, pertinente ao início da década de 40, há uma representação de sacrifício em nome do desenvolvimento da nação. Logo,

Todos vós — trabalhadores das cidades e dos campos, professores e intelectuais, magistrados e militares, comerciantes e industriais, educadores e jovens estudantes, mães amantíssimas, mulheres de

alma fortalecida na piedade cristã — todos quantos me ouvis, através dos mais longínquos rincões da nossa bela e gloriosa terra, ponde os vossos sentimentos bem alto e estreitai vontades e corações, num voto ardente e sincero de tudo sacrificar pela integridade e engrandecimento da Pátria Brasileira (Discurso pronunciado por Getúlio Vargas no período da Marcha para o Oeste em 1940).

De acordo com Carli (2005), as migrações constituem fenômenos de grande relevância social, uma vez que possibilitam o estudo detalhado de uma dada sociedade considerando-se estudos culturais. Refletem a necessidade ou tentativa de produzir mudanças numa estrutura social e econômica imposta a muitas pessoas. A própria história encarrega-se de atribuir sentido aos fluxos migratórios, o que pode ser analisado com base na realidade socioeconômica vivenciada pelos nordestinos nas décadas de 1940 a 1950, que se puseram a caminhos de novas terras.

Mas, as perguntas que se fazem são: quais os fatores que estimularam e impulsionaram os migrantes, principalmente os nordestinos, a buscarem novos horizontes? O que os expulsaram de suas terras natais? Quais os fatores que os atraíram às colônias agrícolas nacionais?

No caso dos nordestinos, para Santos (2007), a própria condição social vivenciada pelos migrantes em sua terra de origem gerava a expulsão, tornando, ao mesmo tempo, as terras desconhecidas do projeto de colonização, algo que os atraía e que estava vinculado ao sonho emanado do desejo da propriedade da terra.

Em um relatório da exposição feita por Apolônio Jorge de Farias Salas²⁵ ao governo Vargas, versando sobre questões referentes ao Ministério da Viação, Ministério Militar, potencial agrícola e industrial do Brasil, problemas de mercado interno, colonização, possibilidades hidrelétricas do país, saneamento, transportes, cooperação econômica entre os Estados, constituído

²⁵ Ministro da Agricultura do governo do presidente Getúlio Vargas. Em 1943, destacaram-se entre as medidas de Apolônio Sales à frente da pasta, a constituição da Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, a instalação de colônias agrícolas em diversos estados do país e a reorganização do Serviço de Meteorologia e do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, com a criação da Universidade Rural, da Superintendência de Edifícios e Parques e do Instituto Agrônomico do Sul, além da elaboração de um plano para a mecanização da lavoura. A essas medidas foram acrescidas, em 1944, a elaboração de uma legislação nacional para o associativismo rural e a efetivação de um convênio com o governo norte-americano para prover educação às populações rurais, além da criação do Serviço de Expansão do Trigo. (CPDOC).

de 30 folhas, há uma menção às dificuldades encontradas pelos habitantes da região Nordeste do Brasil. Vejamos:

[...] nas riquezas agrícolas e na pecuária, não são menores os índices de possibilidades. Fatores de vegetação, terra e clima, estão a espera de um elemento de ligação, para o brotamento abundante das searas - a água, devidamente conduzida pela mão inteligente do homem. Cabe aqui, talvez, melhor do que em qualquer outra parte, dizer-se que as terras marginais do S. Francisco não constituem um vale messiânico. Trechos há de terras incultiváveis, pelos processos econômicos modernos, mesmo que circule a água sob a pressão das bombas ou na liberdade dos canais. Clima ótimo seria, se fatores sociais não tivessem intervindo, deixando disseminar-se, nas terras ribeirinhas, endemias próprias de populações empobrecidas, tais como o paludismo e as verminoses, a leishmaniose, a bouba, para só citar as mais importantes. Não se considere, porém, que ali esteja o paraíso destas doenças. Escassa como é a população, uma atuação intensiva dos poderes públicos, por si ou por empreendimentos particulares econômicos que incluam no seu programa a assistência ao homem, um pouco tempo atenuará os efeitos dos males de agora, recuperando o sertanejo ribeirinho o vigor de uma raça a que tantas vezes se tem chamado de forte. (CPDOC, 1943, p. 4-5).

Santos (2007) destaca que geralmente quando os colonos são questionados ou indagados sobre os reais motivos de sua saída da sempre tão saudosa e estimada terra natal, verifica-se uma tendência em afirmar que a seca e a falta de terra constituíram os principais motivos. A seca, um fenômeno característico do sertão nordestino, e a falta de terra, resultado de uma ocupação da época colonial, em que havia latifúndios são pensados como resultado deste processo migratório e, assim, a oferta de terras só seria possível em lugares ainda não povoados.

Nas memórias de povoadores citadas por Andrade (2003) das terras da CANG observa-se a junção em prol do desenvolvimento da comunidade a buscar a fortalecer as relações sociais. Assim, quando os primeiros moradores chegaram à CANG encontraram mata nativa e tiveram que desbravá-la, a realizarem as roçadas a facção para construírem casas e estradas. Os indivíduos que receberam terras distantes da sede da CANG madrugavam para realizarem compras manualmente. No pilão limpavam o arroz e o café para o consumo, ou seja, enfrentando as dificuldades do dia a dia, os colonos foram

construindo, apesar de suas diversidades, uma maneira específica de viver naquele espaço.

Para Andrade (2003), não se pode ignorar ou desconsiderar o problema secular ocasionado pelas secas no nordeste, contudo, é possível observar que entender a seca como o principal e o único problema que afeta os nordestinos seria ocultar todo um conjunto de fatores que compreendem vários elementos históricos. Dentre estes, está à questão fundiária e até mesmo as políticas públicas voltadas para o combate à seca. Combinados, são fatores que resultam em um gravíssimo problema social, o da expulsão dos sertanejos de sua terra natal. Mas, os nordestinos incorporaram o discurso da marcha para o Oeste e viram Bernardo Sayão como a manifestação da ordem a ser seguida nas terras da CANG.

Nas palavras de Andrade (2003), Bernardo Sayão era visto como um homem de ação e que se arriscava para atingir os seus objetivos. Assim,

para a travessia do rio das Almas, foi providenciada uma balsa e depois uma ponte de tambores, que posteriormente foi substituída por uma ponte semipênsil feita com cabos de aço e forrada de pranchões. Na primeira travessia de Bernardo Sayão, este fez a nado, na época que o rio das Almas era caudaloso, muita água, cheio que muitas das vezes transbordava. Em dado dia, Sayão e seus ajudantes bateram 150 quilômetros, trilha acima e trilha abaixo do rio, a procura de tambores vazios de óleo. Juntando os tambores e amarrando-os com cabo de aço, para formar dois compridos pontilhões, e colocando um ao lado do outro, cobriam-nos com pranchas pesadas. Formou-se uma ponte perfeita, flexível, solidamente amarrada as margens. Instalada sobre o Rio das Almas, essa ponte balançava tanto com as cargas, que o Dr. Sayão batizou de “Carmem Miranda”. Ela servia para passar gente, no vai e vem, Ceres-Rialma, transportar gado e caminhões de gêneros alimentícios, se bem com certo risco, (2003, p. 35).

Para Andrade (2003) Bernardo Sayão era um exemplo de coragem e patriotismo a ser seguido pelos povoadores para desbravarem as terras da CANG. Sayão, por meio do relato de Andrade, não poupou esforços para concretizar o progresso, estimular o desenvolvimento e encorajar os primeiros povoadores rumo à integração nacional.

Embasado em Oliveira (1999), é admissível e coerente supor que a grande quantidade de trabalhadores rurais que migraram para o sul de Mato

Grosso em busca da terra anunciada tenha surpreendido até mesmo o governo central:

[...] não me parece que Vargas imaginasse a “Marcha para o Oeste” como um movimento massivo que ocuparia e desenvolveria metade do país em curto período de tempo, mas sim, como um instrumento capaz de evitar aglomerações de desocupados nos grandes centros urbanos, como também de propiciar trabalho aos flagelados das secas do nordeste (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

Lenharo (1985) diz que há uma afirmativa referente à ineficiência do projeto político de colonização da CANG. O autor faz menção a enormes dificuldades materiais para estruturar as áreas coloniais para receber os colonos. A morosidade configurada no setor administrativo da colônia contribuiu para a necessidade de mudanças nos planos de seus projetos oficiais.

Para Lenharo (1985), de maneira geral, existiu por parte do governo federal uma preocupação em criar áreas urbanísticas onde se situavam os núcleos coloniais agrícolas. Esperava-se destes núcleos agrícolas grandiosas cidades em torno de dez a quinze anos. Estas cidades seriam planejadas e teriam estruturas e benfeitorias como hospitais e escolas. Todavia, havia expectativas que se confirmam segundo o artigo “Processo de Emancipação de Ipiranga de Goiás de 1968 a 2000” de Amâncio (2008, p. 13-14):

a sede da CANG comportava dentro de si vários segmentos. Dentre eles, destacam-se a casa do administrador, escritórios da administração, hospital provisório ou da colônia, hoje São Pio X, serviço odontológico, escolas, guarda florestal, campo de aviação em Rianópolis, usina de açúcar²⁶ e as casas de tábuas, a pensão, as casas cobertas de palha de arroz para funcionários e colonos que chegassem.

Contudo, para Andrade (2003), todos os gastos da CANG foram mantidos pelo governo federal enquanto pertenceu ao município da Cidade de Goiás. Após a criação do município de Ceres, este não conseguiu manter a

²⁶ A usina foi implantada com a finalidade de atrair pessoas para a região. No início, Vargas criou uma idéia de desenvolvimento, objetivando o povoamento interno nas novas áreas agrícolas, não preocupando-se em estimular os produtores a alugarem terras para a usina plantar cana.

assistência necessária à população como, por exemplo, assistência médica, odontológica, ferramentas, sementes, manutenção das escolas, casa de tijolos aos colonos, etc. o que gerou na população descontentamentos. Assim,

o governo federal não tinha terminado sua missão aqui, inclusive quanto à parte social mais importante, a da distribuição das terras. Ainda havia quistos de atritos, pendências, áreas de reserva da Colônia para serem definidas. E os impostos que passaram a ser cobrados eram insuficientes para manter o município (ANDRADE, 2003, p. 48).

Conforme os dados coletados dos entrevistados Raçolina Nunes, Ivone Barbosa de Oliveira e Jesus Ribeiro da Silva, quando os povoadores chegaram à região onde se formaria a CANG só encontraram mato, animais selvagens e muita água, pois chovia constantemente e os córregos tinham um volume aquoso superior aos dias atuais. Isto despertou nestes povoadores, primeiramente, apreensão relativa às dificuldades de acesso e moradia e, segundo, um desafio, a estimulá-los a desbravarem e edificarem suas casas, a originarem os primeiros grupos escolares e as igrejas. Bernardo Sayão, com a ajuda dos moradores, construiu a Ponte Carmem Miranda (imagem 9), feita de tambores, para permitir a circulação de mercadorias e produção agrícola entre a região da CANG e a Barranca.



Imagem 8: Ponte “Carmem Miranda”.
Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres.

Para a entrevistada Nunes:

a fundação se deu com o desmatamento para aumento de plantio e a construção de casas, conseqüentemente, aumentando, assim, o número de pessoas. Chovia muito e tinha maleita, devido ao grande volume de água do Córrego Grande e do Rio das Almas que tinham enchente e permitiam a proliferação do mosquito transmissor da doença²⁷.

As pessoas entrevistadas concordam que vieram para Goiás, pois alguns eram mineiros, devido às duras condições de vida em sua terra natal e que ficaram sabendo da doação de terras, feitas por propagandas de boca a boca ou pelos jornais da época, realizada pelo governo federal sobre o território goiano.

As terras da CANG eram as melhores zonas agrícolas, pois segundo Ivone Barbosa de Oliveira: “se plantando, tudo dá”. Para Jadir de Moraes Pessoa, (1999), a região escolhida era uma das mais ricas do território brasileiro, não só pelo seu excelente sistema hidrográfico, como ainda, pelas magníficas propriedades físicas da terra.

De acordo com Ivone Barbosa de Oliveira e Isaura Maria da Silva, outras entrevistadas, até 1965 não havia nenhum comércio ou armazém onde se vendiam produtos necessários à população nas áreas mais longínquas da sede da CANG. Por volta da década de 1970, surgiu o primeiro armazém, que era do Baião, antigo morador local²⁸, no distrito de Ipiranga, onde se vendia fumo, linhas de costura e pinga aos moradores.

Assim, os dados memorialistas dos entrevistados corroboram a economia que era sustentada na CANG. Tudo devia ser plantado e colhido em casa. Segundo a entrevista Ivone Barbosa de Oliveira:

só tinha mato, tendo que fazer roçada de facão para construir as casas. Até a construção da olaria no Córrego do Cristal, cada família fazia um rancho comprido no meio do mato de sapê para morarem. Íamos à Ceres, pois morávamos 50 km da antiga sede da CANG, de a pé para comprarmos as mercadorias de pouco a pouco, devido a dificuldade de trazer saíamos às 4 horas da manhã e chegávamos as

²⁷ Entrevista fornecida ao pesquisador realizada no dia 24 de maio de 2008 às 17h30min.

²⁸ Os entrevistados citam os “antigos moradores locais”, mas não fornecem dados minuciosos sobre outras povoações na região que se localizou as terras da CANG.

8 horas da noite. O nosso café era feito de rapadura e era socado na mão. No pilão, limpávamos o arroz e café²⁹.

Os colonos que possuíam seus filhos e ainda eram crianças, tinham a mulher como ajudante importante na lida com a roça. Outro mecanismo adotado pelos colonos foi buscar a ajuda de vizinhos, ou, aqueles colonos que podiam, pagavam peões como diaristas para a labuta. Pois era urgente preparar a terra, construir uma infraestrutura básica no sítio para manter a sobrevivência, visto que os colonos sabiam que nenhuma ajuda lhes seria dada fora a terra. Maria de Costa Andrade conta que o começo foi muito difícil, trabalhou de igual com seu marido na limpeza do lote, na abertura do poço, mesmo estando grávida:

Eu e seu vô, mais com as crianças não tínhamos dinheiro para nada. Os dois trabalhando, eu ajudava ele a traçar madeira. A furá poço, pegava a terra, ai quando deu na pedra, ele pôs um peão com medo de eu jogá a pedra na cabeça dele, sabe? Porque a gente que é mulher não tem a mão certa, pra pegar o balde de terra. A gente sofreu muito. Eu, grávida, ajudando ele traçar pau, pegando peso, pegava a ajudar ele a amontoar aqueles paus³⁰.

Entretanto, passados os primeiros anos, aos poucos relataram os informantes que a rotina foi ficando mais acessível na Colônia. Com o lote preparado, a lavoura ganhou corpo, e passou a ocupar o lugar que antes era mata virgem. A criação de animais também se desenvolveu, criavam muitas galinhas, porcos e poucas cabeças de gado. A fartura era grande, pois a terra era muito boa. Os colonos plantavam feijão, milho, arroz, amendoim, mandioca. Todos os entrevistados relatam com ânimo e saudade sobre a fertilidade da terra nos tempos da Colônia.

Assim, para os povoadores a terra era fértil e a safra da década de 1950 foi excelente. Todavia quando a safra era colhida, não tinha armazém, então como o paiol era pequeno e a lavoura tinha sido generosa, Maria de Costa Andrade explica que foi preciso usar a casa de madeira em que a família morava para guardar a safra:

²⁹ Entrevista fornecida ao pesquisador no dia 24 de maio de 2008 às 13h20min.

³⁰ Entrevista concedida ao pesquisador no dia 30 de maio de 2008 às 14h40min.

Esse véio enchia as tuias de arroz, enchia os quartos, pegava fechava a porta do quarto e ia enchendo pela janela do quarto. Enchendo, enchendo o quarto e ficava de arroz até em cima da parede. Uma vez ele encheu dois quartos, aí a tapera de madeira garrô querê abrir assim. Aí o véio junto lá com os meninos, junto com uns dois homens e ensacou o arroz. Vendeu daquele preço mesmo que a gente tava. A gente guardava assim, mais qualquer coisa já ia lá pegava a sacaria e vendia do preço que tava. [...] Ele não tinha onde guardá, (entrevista oral realizada no dia 12 de fevereiro de 2006).

Conforme Dayrel (1974), a partir de 1953 novas culturas foram incorporadas à região da CANG, como do amendoim, mamona, batatinha e frutas que, no entanto, não tiveram produção significativa. A tabela 1 também mostra que a partir de 1951 houve uma queda na produção do arroz. Nesse contexto o café e o algodão foram incorporados por via de incentivos da administração, na tentativa de manter o colono junto a terra. A partir do ano de 1950, como é demonstrado na tabela 4 não houve mais produção de açúcar, pois a usina foi desativada em decorrência da expansão da pecuária.

Tabela 4: Produção Agrícola da CANG – 1947, 1950, 1951, 1952 e 1953.

Produto	Unidade	1947	1950	1951	1952	1953
Arroz	Saca 60 kg	220.000	420.596	362.642	272.920	276.000
Milho	Saca 60 kg	500.000	25.475	202.625	136.349	248.000
Feijão	Saca 60 kg	65.000	18.169	29.455	140.187	86.000
Açúcar	Saca 60 kg	5.000	-	-	-	-
Algodão	Saca 60 kg	10.000	99.213	261.369	129.974	220.000
Café	Saca 60 kg	-	-	22.540	8.036	14.600
Cana	Kg	-	3.129.830	36.856.869	43.725 ton	32.024 ton
Mandioca	Kg	-	6436.718	35.272.961	20.088.783	41.448 ton

Fonte: Dayrel (1975).

A produção de rebanho bovino tinha restrições devido aos acordos firmados pela Colônia, uma vez que o projeto visava aproveitar a fertilidade do solo para a produção agrícola. Por isso, as glebas não poderiam ser

transformadas, naquele momento, em áreas de pecuária. Em 1953 foram registradas apenas 14 mil cabeças de bovinos e 4 mil de equinos.

De acordo com a reportagem da revista *ACICER*, da “edição histórica 1999-2000, Bernardo Sayão, o homem que iniciou a história”, em 1948 teve início a constituição da Companhia Hidrelétrica do São Patrício – CHESP. Sua fundação ocorreu em 25 de junho de 1949 pelo Roland Von Ockel Martin, sendo Bernardo Sayão um dos seus maiores acionistas e o primeiro presidente. Em plena década de 1950, especificamente em 1955, a CHESP era a segunda hidrelétrica em tamanho no estado de Goiás, utilizando-se das águas do Rio das Almas.

A produção de açúcar estava destinada também nas margens do Rio D’Almas. Contudo por não haver política de incentivo à produção de cana-de-açúcar a mesma foi desativada na década de 1950 (Imagem 10). Esta foi desativada e na atualidade se encontra em ruínas. A prioridade da CANG era constituir forças para tornar a região um pólo de produção de gêneros agrícolas para abastecer as regiões litorâneas e favorecer para integração comercial interna no Brasil.

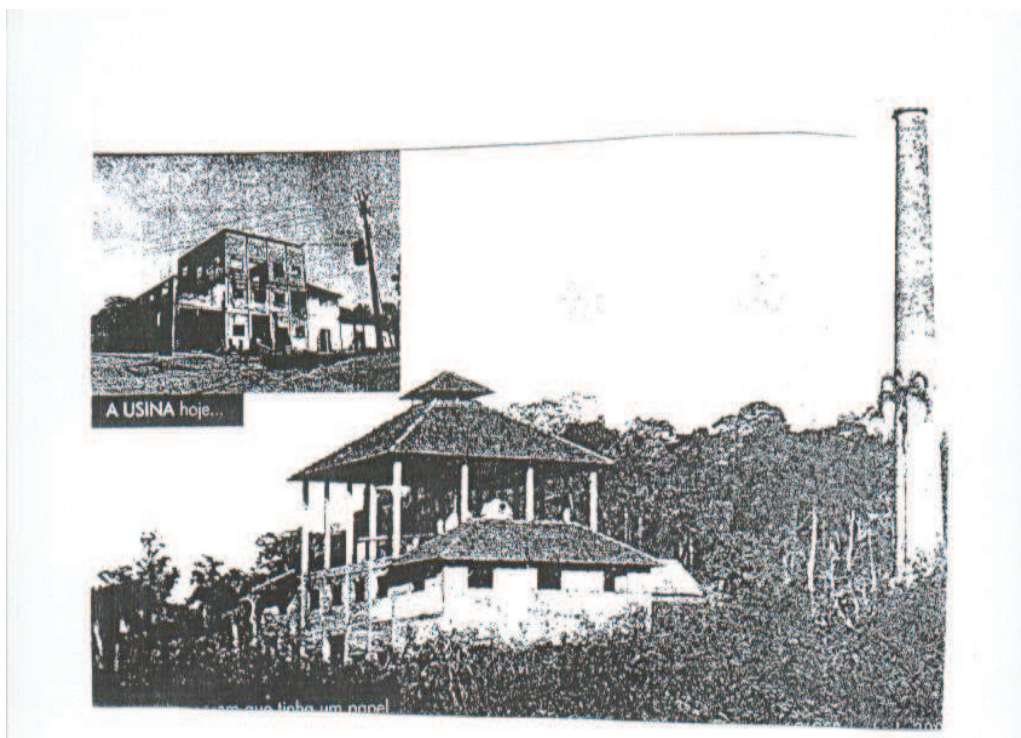


Imagem 9: Usina de cana-de-açúcar nas terras da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.
Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres.

Andrade (2003) cita que a área original doada para a instalação da CANG era de 250.000ha. Entretanto, em 1946, o decreto lei nº 403, de 20 de maio, fez uma retificação da doação original de 1940, e o polígono ficou reduzido a menos da metade, ficando apenas 160.000ha. Desta redução, ficou fora da área da CANG o município, que atualmente recebe o nome de Rubiataba.

Para Andrade (2003) o administrador da CANG, durante os nove anos que a dirigiu, caracterizou-se mais como desbravador que funcionário administrador. Em 1950, Sayão foi afastado do cargo em decorrência de um processo que o acusava de irregularidades administrativas, sendo substituído por Dantes Lima. Embora Bernardo Sayão não permitisse interferência de partidos na colônia, recebia apoio de políticos para agilizar o processo de povoamento nestas terras.

Segundo Silva (2002), no artigo “Outro Olhar sobre o Lugar: a CANG no Tempo da Fronteira”, as terras da Mata do São Patrício, aonde veio a se instalar a colônia de Goiás, eram terras desvalorizadas porque estavam isoladas das regiões economicamente produtoras do país, sendo esse isolamento decorrente da inexistência de estradas que permitissem o acesso e à integração com essas áreas produtoras. As terras da Mata do São Patrício eram descritas, principalmente pelos paulistas, como terras de ninguém.

Em 1946 foi inaugurada a primeira etapa do então hospital da colônia, a unidade de saúde que concentrava todo o atendimento aos moradores da CANG.

Nos primórdios, a CANG permitiu o assentamento de pequenos agricultores familiares. Porém, tais assentamentos não foram politicamente pensados para destruir as redes latifundiárias. A estrutura da propriedade da terra no Brasil, em sua grande maioria, sempre foi baseada no grande latifúndio. Foi por isso que a pequena propriedade nas áreas de fronteiras agrícolas, como na CANG, tinha vida curta, pois logo era incorporada à grande fazenda pela lógica de expansão da agropecuária (BORGES, 2000).

Em decorrência disso, Bertran (1988) afirma que, ao longo do tempo, a Colônia de Goiás entrou em decadência, tanto econômica quanto

demograficamente, já observada na década de 1960 tendências fortes à concentração da propriedade e o conseqüente esvaziamento do campo.

O fato é que a estrutura de poder que foi montada no Brasil impediu o desenvolvimento das pequenas propriedades familiares. Apesar de elas terem contribuído com a produção agrícola da CANG até certo momento – com destaque a produção agrícola do Mato Grosso Goiano –, logo foram desarticuladas em benefício das grandes propriedades produtivas. Assim, na década de 1960 ficou evidente que o projeto da CANG, de fixar o pequeno agricultor, havia fracassado. Além da acelerada devastação das matas e desgaste dos solos, houve a falta de distribuição de créditos e a entrada do capital mercantil ditou a continuidade da estrutura latifundiária.

Contudo, é relevante mencionar que, apesar da desarticulação das pequenas propriedades, a política de Vargas motivou a expansão territorial por áreas centrais do Brasil e forjou a abertura de estradas para novas regiões, como é o caso do Norte Goiano. Destarte, nesse mesmo período alguns programas, como o de geração de energia e de infraestrutura, muito influenciaram a reconfiguração da dinâmica territorial da porção central de Goiás. Em decorrência disto, o governo de Juscelino Kubitschek – JK instituiu outros projetos de infraestrutura e foram implantados por uma nova etapa que emergiu com a implantação de Brasília. É nesse período e após, com a implantação dos planos de JK, que Ceres passou por um processo de transformação de seu conteúdo socioespacial. Segundo Dayrell (1974), na década de 1960 a cidade de Ceres, antes conhecida pela eficiência agrícola, transformou-se em centro polarizador do desenvolvimento regional, favorecida pela ausência de outros centros urbanos desenvolvidos nas proximidades, pela expressiva concentração populacional, pelos serviços e equipamentos urbanos e pela função de empório comercial de vasta região – inclusive para o Norte do Estado.

Todavia, a estrutura montada em Ceres (imagem 13 que destaca a proximidade entre Ceres e Rialma, localizada na próxima página) foi beneficiada pela proximidade com outras cidades, como Rialma, Carmo do Rio Verde, Uruana, Nova Glória, Rianópolis, entre outras. No término da década de 1960, Ceres já era importante entroncamento rodoviário e, com uma posição privilegiada, se estabelecia como importante centro regional na área de saúde

e nas funções comercial e industrial por possuir beneficiadoras de produtos agrícolas. A localização desse núcleo urbano, próximo à rodovia Belém-Brasília e a outras rodovias que serviam a região, permitiu que novas dinâmicas fossem desenvolvidas em Ceres. Nesse contexto, houve uma transformação no processo de ocupação da região: o modo de lidar com a terra e as relações de trabalho foram alterados e a passagem do sistema de troca simples para o sistema de troca acumulada foi acelerada.

Isso significou, mesmo com a desarticulação do projeto original, a criação da CANG (juntamente com o processo de ocupação do Mato Grosso Goiano) representou um importante período da modernização em Goiás, uma vez que, além de criar uma demanda para a industrialização de São Paulo, também atuou na proposta de construir uma nova estrutura de poder, agora comandada por uma elite mais ligada ao capital nacional. Ademais, em partes, pelo fato de Bernardo Sayão ter privilegiado a construção de estradas e ter previsto a instalação de médias e grandes propriedades na região em detrimento das pequenas propriedades, as quais foram utilizadas apenas como pretexto e justificativa para a interiorização da economia brasileira. Em todos os casos, as transformações no território goiano foram evidentes, principalmente com os eventos de edificação de Goiânia, da criação da CANG e da BR-153. Essas e outras ações evidenciam a forte participação do Estado no planejamento regional e na mudança do perfil territorial brasileiro que passou a ser comandado pela dinâmica urbano-industrial, como salientado por Oliveira (2003).



Mapa 4: Ceres a Oeste e Rialma a Leste.
Fonte: Google Earth.

3.2 O simbólico e a construção do mundo social na CANG

Interessa saber como o projeto de colonização, iniciado com uma determinada finalidade se refaz e transforma o que fora planejado em uma nova realidade. Desta forma, o problema está justamente em compreender o desenrolar desta dinâmica. Em como um espaço criado com a finalidade de ser um grande celeiro agrícola para o país se transforma e um centro urbano, muito mais voltado para atividades de prestação de serviços do que fornecedor de alimentos.

A construção das representações simbólicas da Colônia tem suas raízes nos vários discursos e projetos do qual ela foi resultante. Discurso de expansão, brasilidade, pioneirismo, bons costumes, moral do trabalho e ordem social, dentre outros. Enfim, são vários os sistemas simbólicos que atuam no universo desse espaço social. Todos esses sistemas se fundamentavam em intencionalidades. Todavia a transformação desses sistemas simbólicos em poder efetivo de representação foi o que definiu o verdadeiro perfil da CANG, inclusive determinando sua realidade contemporânea (SANTOS, 2007).

É na reflexão do espaço social e do poder simbólico apresentado por Bourdieu (1998) que esta abordagem se fundamenta, na tentativa de compreender a maneira como a CANG construiu suas representações, desviando-se do projeto inicial de sua formação histórica.

Na compreensão de Bourdieu (1998), a distribuição no espaço social se efetua segundo as “propriedades atuantes”, que são as diferentes espécies de poder, ou de capital, que atuam no espaço. O poder do simbólico está na legitimação, tanto dos agentes detentores das propriedades atuantes, como na formação da visão de mundo social efetuado pelos agentes no Espaço Social.

As relações sociais se manifestam através de relações de força entre os agentes detentores das diferentes espécies de capital – seja capital econômico, seja capital cultural, social, político ou simbólico – que geram o consenso. O espaço das relações de força é tão real quanto o espaço geográfico. A ocupação do espaço representa o efeito da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico.

Ressalta o papel dos agentes no trabalho de representação e percepção do mundo social, como construtores dessa visão de mundo. É uma visão

objetiva, portanto, socialmente estruturada, onde a visão do mundo social dependerá do papel de cada agente na ocupação do espaço e decorrente da influência de lutas simbólicas anteriores.

Ao contrário do marxismo, em que a “consciência de classe” geraria uma rebeldia contra o sistema, Bourdieu (1998) ressalta a “inconsciência de classe”, que seria uma conformidade com a posição ocupada no espaço social, não como fruto da imposição ideológica, mas sim como legitimação da visão do mundo social, na qual,

o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode ‘permitir-se a si mesmo’ implica um aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (‘isso não é pra nós’) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar. (BOURDIEU, 1998, p.141).

O espaço social é o cenário de lutas para a conservação ou transformação do mundo social. Indispensável, portanto, o conhecimento não só do mundo social, mas das categorias de percepção desse mundo, papel da luta política, onde o poder de conservação ou transformação é ao mesmo tempo luta simbólica, regida por forças simbólicas na criação da legitimidade.

A discussão de classe, da distinção da posição ou ocupação no espaço social, ou nas lutas simbólicas, em Bourdieu é similar ao que Weber (*apud* BOURDIEU, 1998, p. 11) considera como “*Stand*”, como classe derivada da estrutura do espaço social. Diferente de Marx (1998), onde a classe tem uma responsabilidade histórica definida como agente de transformação da estrutura. As distinções se apresentam como o reflexo das transfigurações simbólicas da diferença de fato, e como o produto da apreensão da visão de mundo das próprias estruturas incorporadas. Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder na proporção do seu capital.

Assim, a visão de mudança social em Bourdieu (1998) se difere dos clássicos, e ele efetua uma nova concepção teórica para a análise das estruturas sociais. Em Durkheim (1999) a mudança social é resultante da coercitividade das instituições. Em Marx (1998) a mudança social é resultante da tomada de consciência, e do poder político da classe operária, em relação à classe dominante. A visão da tomada de consciência é feita pela ótica

econômica e estrutural da sociedade. Em Weber (1981) a mudança social é resultante de uma atitude racional por parte do individual. Porém, na visão de Bourdieu, a mudança social é vista como a luta pela imposição da visão legítima do mundo social.

A análise científica do espaço social se dá através do conhecimento do espaço e das relações objetivas entre as diferentes posições constitutivas do campo social decorrentes tanto da posição de cada agente no espaço social como pelo ponto de vista sobre este mesmo espaço. O poder simbólico está justamente na capacidade dos agentes de fazer crer e impor a classificação legítima – tendo em vista a conservação ou modificação do espaço – dependendo da posição de cada agente no espaço social.

O campo político se configura como local propício para as lutas simbólicas, onde os que ocupam posição dominante no campo social, ocupam posição dominante no campo da produção simbólica. Assim a posição social, na produção simbólica, através dos diferentes tipos de capitais, possibilita a melhor previsão das práticas e das representações. A política é “o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais, e, sobretudo grupos.” (BOURDIEU, 1998, p.159)

A representação é o poder de constituir e instituir a ordem social, concedido pelo grupo. É a “autoridade” de falar em nome do grupo, em que o representante exerce poder sobre aqueles que na verdade são o poder, e onde o grupo é representado por aquele que fala em nome dele.

A análise das relações sociais sob a ótica das representações mentais e objetivas, serve de referencial para o estudo dos diversos capitais atuantes na constituição do espaço social da Colônia Agrícola de Goiás, incorporando os diversos agentes no processo da construção simbólica dessa região.

O poder simbólico, nesse sentido, representa a luta pela legitimidade social, manifestada nas relações sociais, no cotidiano e no imaginário coletivo, através das relações de força e na criação das instâncias de poder que configuram a visão de mundo social. Assim, interessa saber como se apresentavam as instâncias de poder na CANG. Se o poder simbólico se configura a partir de lutas simbólicas pela imposição da visão de mundo social, foi essa relação de poder e legitimidade responsável pela transformação do projeto inicial da CANG e pela imposição da identidade do lugar?

A criação de novas instâncias de poder na Colônia difere da tradição das cidades mais antigas existentes na região. Cidades como Goiás, Jaraguá e Pirenópolis, que se formaram nos tempos áureos da mineração no século XVIII, construíram relações de poder características do modelo patrimonialista, onde o poder era monopolizado pelo coronel. Além da autoridade do coronel, imperava ainda o monopólio religioso do catolicismo, tida como religião oficial do Estado brasileiro durante toda a fase imperial. A República efetua a ruptura entre o Estado e a Igreja, mas nas regiões mais isoladas do sertão brasileiro a dominação ideológica católica continuava a existir. Assim, coronelismo e catolicismo se configuravam como as duas grandes forças de poder no interior de Goiás, ainda na fase de implantação da CANG.

Contudo, como a criação da Colônia Agrícola se concretiza num período em que o Estado Nacional determina as diretrizes da ocupação, essas instâncias de poder não tiveram uma atuação hegemônica nesse espaço, como na maioria das cidades da região. Primeiro porque o modelo de ocupação se faz através da doação de pequenos lotes rurais, ou seja, impede a dominação tradicional do latifúndio. Segundo, porque o poder é dominado de início pela burocracia federal, através do Ministério da Agricultura. Assim, as famílias tradicionais não puderam impor sua força política.

A colônia foi implantada em áreas pertencentes ao município de Goiás, reduto territorial das famílias mais tradicionais da época. Esses grupos não tiveram atuação nem influência política na colônia, pois a administração era definida pelo governo federal. A CANG situada em território goiano estava vinculada ao governo federal. Essa peculiaridade era mais um elemento de distinção da Colônia. Conseqüentemente, a constituição das relações de poder na Colônia seria, também, diferenciada.

No depoimento a seguir percebe-se que as relações de poder não eram apenas diferentes da região, mas também criavam uma nova mentalidade sobre o perfil do espaço social:

Porque é que Goiás Velho não cresce? Porque somente uma religião manda lá. É o catolicismo. O evangélico em Goiás Velho não impera. Não tem vez para ele. É uma cidade altamente católica e que não há concorrente. É católico e acabou. Em Goiás e Jaraguá. (...) Aqui se formou uma cidade cosmopolita. Veio gente de todo lugar. Gente protestante, gente espírita, gente de todas as religiões. Então aqui

era uma região que ninguém podia comandar. Uns eram crentes, outros católicos, aquele era espírita, e finalmente. Essa miscelânea de religiões evitou que houvesse o feudalismo de uma religião³¹.

Esse depoimento contém informações pertinentes à reflexão do desenvolvimento das relações de poder na Colônia. A primeira observação é acerca da caracterização da colônia como uma experiência moderna de relações sociais. É uma ruptura com o poder tradicional, caracterizado no monopólio de poder. Mesmo não citando o coronelismo, o depoimento apresenta a tradição católica como representação das estruturas agrárias do poder tradicional. A constituição social da Colônia é apresentada como uma experiência de convivência pacífica dos diferentes credos religiosos, não existindo uma dominação explícita de uma única crença. A CANG é evidenciada como um espaço multidimensional, onde convivem diferentes credos, ressaltada como experiência “cosmopolita” nas relações sociais.

Todavia, em relatos memoriais, Silva menciona as características do solo e da vegetação quando chegou às terras da CANG. Assim,

a vegetação da CANG era diferente de Minas Gerais. Era formada por arbustos retorcidos de cascas grossas do cerrado, tendo altura entre três a oito metros, plantas como pequiheiro, lobeira, lixeira, mangabeira, pau-terra, cajueiro e possuindo grande variedade de plantas medicinais, como quineira, arnica, goiabinha e barbatimão. Pensei que tinha chegado a uma farmácia natural. Até hoje, apesar da destruição ambiental, ainda há muitos animais e plantas medicinais. Quando cheguei e vi várias espécies de animais, como macacos, veados, tatus, anus, tucanos, periquitos, seriemas, rolinhas, e vários outros pássaros, fiquei muito feliz. Sem falar nos peixes e anfíbios nos rios e córregos (entrevista oral realizada no dia 22 de maio de 2008).

³¹ Entrevista concedida ao pesquisador por Osvaldo Agripino de Oliveira no dia 14 de abril de 2009.

3.3 Colônia Agrícola Nacional de Goiás no campo religioso, educacional e médico

Assim, se o modelo tradicional não esteve presente na formação da CANG, quem representava o poder nesse espaço novo? E qual a relação dessa nova instância de poder com a construção do simbólico? Há três campos que configuraram o poder simbólico na CANG, e conseqüentemente definiram as suas características na construção das representações sociais do lugar. São eles, o religioso, o educacional e o médico.

O primeiro campo abordado é o religioso. A discussão sobre esse campo reflete uma continuidade da discussão apresentada anteriormente, em que o campo religioso caracterizava-se pela concorrência entre os credos e não pela hegemonia de uma única crença. Essa característica é apontada pelos pioneiros como o fator positivo da colonização.

A cidade se formou com grande influência do campo religioso que definiram as relações sociais na CANG. O ideal do trabalho e dos bons costumes foi amplamente defendido pelos setores religiosos, e tiveram grande influência na definição das regras sociais da Colônia. Outra característica do campo religioso é que não existia uma neutralidade nas relações como os campos educacionais e médico. Pelo contrário, estes campos sofriam uma grande influência do campo religioso, seja pela presença de católicos ou protestantes. Assim a Colônia se forma como uma região dominada pela instância religiosa. Entretanto, as relações da vida religiosa se distinguem das cidades mais antigas e tradicionais de Goiás, pois na Colônia a concorrência religiosa era um fator que determinava o próprio desenvolvimento do lugar, e formava uma característica pacífica de convívio social.

O pioneiro aponta a criação da cidade dentro dos termos religiosos. E os elementos que ele utiliza para justificar a sua opinião se basearam na ideia de ordem social. Aponta que “não é uma cidade tumultuada” e sem muita violência. Assim, o campo religioso não apenas definiu as relações sociais da CANG como também contribuiu para a construção do perfil da cidade. Tanto católicos como protestantes que vieram construíram escolas na região, expandindo sua filosofia de vida.

A participação efetiva do campo religioso na colônia esteve fundamentalmente integrada às questões sociais como parte da racionalização da ocupação do espaço. Seria a concepção do princípio da atividade humana regida pelo “tipo trabalhador” (HOLANDA, 1992, p. 68), que enxerga antes as dificuldades a serem vencidas e não os prêmios da vitória, baseado num esforço constante, como vocação, sabendo inclusive tirar proveito das intempérias do cotidiano.

Existiram na construção da CANG como espaço social várias atividades religiosas, direcionadas a missões nacionais e estrangeiras. Algumas missões chegaram à região antes mesmo da criação da Colônia e outras que vieram junto com a população. As formações religiosas pioneiras foram os católicos, presbiterianos, cristãos evangélicos e batistas.

A Igreja Católica (imagem **) esteve presente na origem da Colônia, onde o seu fundador, Bernardo Sayão, não apenas professa a fé católica como inclusive recorria muitas vezes a párocos de Anápolis e Jaraguá para que assistissem aos fiéis na CANG. A presença franciscana na CANG data de 1948 quando a paróquia foi entregue aos frades vindos de Nova York para Goiás, durante a II Guerra Mundial, a pedido de Dom Manuel, arcebispo de Goiânia (PESSOA, 2001, p. 102).



Imagem 10: Missão realizada pela Igreja Católica na Colônia.
Fonte: Biblioteca Municipal de Ceres.

Pessoa (2001) menciona que os presbiterianos já realizavam um trabalho missionário antes mesmo da existência da sede da Colônia, onde os recursos financeiros e missionários vinham da Igreja norte-americana. Esse trabalho na zona rural existia desde 1942 e em 1950, já na sede da Colônia, os missionários James R. Woodson, Theodore Richard Taylor, David Lee Williamson e Waldemar Rose criaram a primeira congregação, que foi transformada em Igreja em 1952. Os presbiterianos se destacaram na área médica, com a participação do Dr. James Fanstone, que vinha de Anápolis dar assistência médica. O Dr. Jair Dinoah era também presbiteriano, e foi o fundador do primeiro hospital na CANG.

A Igreja Batista se instalou na Colônia por intermédio de colonos mineiros vindos da cidade de Araguari em 1942. Um nome de destaque foi o médico baiano Dr. Domingos Mendes da Silva, membro da congregação batista, que teve uma grande influência na vida social e política da Colônia. Apesar de ter sido fundada por brasileiros, os batistas tiveram a assistência de missionários norte-americanos, que nos anos 50 do século passado construíram uma escola agrícola na região, conhecida por “Escola Batista”, administrada pelo Sr. Horace Wilson Zite.

A Igreja Cristã Evangélica teve como pioneiros na região os pastores Bannyster Forsyth e Arthur Wesley Archibald, que em 1946 transformaram o trabalho missionário em Igreja. Um nome de destaque foi o médico Álvaro de Melo, que iniciou na CANG o “primeiro ponto de pregação da Igreja” (PESSOA, id, ibid.: 57). Essa denominação destacou-se na área educacional, pois fundou uma escola primária, que com o passar dos anos transformou-se num grande pólo educacional, parte do patrimônio da Associação Educativa Evangélica. Atualmente em Ceres existe uma extensão dos Colégios e Faculdades Integradas da Evangélica, que tem sede em Anápolis.

Assim sendo, a composição de uma região, como nos lembra Bourdieu (1998), está atrelada à representação daqueles que produzem tal espaço. Por isso é necessário, na análise das dinâmicas territoriais de uma localidade, considerar e compreender a participação e atuação dos atores sociais em seus múltiplos campos. Diferente da grande maioria das cidades goianas, as quais tiveram a participação direta de fazendeiros e políticos na formação territorial,

em Ceres, foram os profissionais da saúde, em sua maioria, que desempenharam tal papel. Mas isso não decorreu simplesmente da vontade de tais atores. Pelo contrário, a própria emergência desses sujeitos na estrutura de poder se deu conforme a divisão territorial do trabalho que se impôs na região. E nesse processo, deve-se considerar a demanda pela saúde, as atuações políticas, as condições sociais de produção e as relações de trabalho que estiveram embutidas neste processo de formação da cidade.

Interessante observar que a análise da formação territorial da CANG e de Ceres nos revela que a localidade passou por uma alteração em seu quadro funcional: de fronteira agrícola para um centro sub-regional pela via dos serviços localizados no espaço urbano. A compreensão desse processo a partir da atuação dos atores sociais e de conjunturas que envolvem outras escalas é importante, dentre outros fatores, para entendermos a formação de Ceres no contexto das dinâmicas regionais e nacionais. Isso porque, como enfatizado por Corrêa (2006), um centro urbano está submetido a um dinamismo maior ou menor e com ritmos variados próprios de cada contexto espaço-temporal. “Este dinamismo origina-se tanto de fatores externos como de fatores internos, a partir de possibilidades e motivações de seus agentes sociais” (CORRÊA, 2006, p.312), permitindo que as funções dos centros urbanos sejam modificadas pela atuação dos agentes sociais. Logo, a Colônia se emancipou como cidade que porventura das ações sofridas no período da CANG, transformou-se e recebe a denominação de Ceres, hoje, em um grande pólo da prestação de serviços, na área da saúde e educação, embora a região ainda reflita traços do período da Colônia, principalmente, nos aspectos socioculturais.

Todavia, com o incremento da produção agrícola voltada ao mercado regional e, em certa medida, ao mercado nacional, houve a implantação de elementos modernizantes (estradas, pontes, núcleos rurais, urbanos e investimento na área médica). Destarte, os objetivos de tornar a área da CANG um pólo de ocupação e povoamento foram essenciais para territorializar o discurso da Marcha para o Oeste. Contudo, o processo de apropriação do interior do país, especificamente de parte do território goiano, alterou as bases das estruturas produtivas em diferentes escalas. A relação estabelecida entre o governo federal e o governo do estado de Goiás, a partir da criação da CANG

(primeira Colônia Agrícola Nacional), propiciou os primeiros traços de práticas agrícolas menos tradicionais, voltadas para demandas que não se limitavam a realidade local, mas sim, nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação demográfica na CANG foi iniciada a partir de 1942, data da chegada do administrador Bernardo Sayão na região, e no final dessa década já havia sido repartidos os lotes rurais e o povoador iniciava o seu trabalho agrícola. Juntamente à ocupação rural surgia o centro urbano da colônia. As relações entre campo e cidade estiveram presentes no início dessa ocupação, sendo que o projeto rural perdia força, ou seja, o núcleo urbano surgia na configuração da cidade de Ceres.

Logo, com a criação de Ceres há um abandono do campo, principalmente a partir de meados da década de 1950, quando o governo federal iniciou as obras da construção de Brasília. Destarte, os objetivos de fixação do trabalhador no campo, a criação do sistema de produção na pequena propriedade, apoiada em sistema cooperativo de auxílio técnico e comercialização da produção, não se concretizaram. Assim, surgiram os latifúndios e o desejo de emancipação política e o desmembramento da Cidade de Goiás.

A emancipação da Colônia, criando o município de Ceres, foi outro fator que descaracterizou o projeto agrário inicial. Logo, todo o apoio agrícola previsto pelo Ministério da Agricultura, inclusive na construção de escolas com objetivo de preparar tecnicamente os filhos dos colonos no conhecimento agrícola foi abandonado e as características de uma cidade planejada foram concretizadas.

O que permaneceu foram os sonhos de cidade que estiveram presentes na sua criação e as reminiscências de tempos difíceis pelos primeiros povoadores. Nesse sentido, a CANG não apenas se transformou num centro urbano, uma cidade pólo regional, como contribuiu para que a urbanização se processasse na região do Vale de São Patrício.

Todavia, na década de 1940, impulsionada pela política da Marcha para o Oeste, ocorreu a efetiva ocupação, criando várias e novas localidades urbanas nessa região. A CANG é um exemplo dessa política, como ao mesmo tempo, participa diretamente desse processo, pois representou o marco simbólico dessa dinâmica no cenário nacional.

Portanto, a construção da regionalidade nas terras da CANG, fundamenta-se nos fatores responsáveis pela sua história. Primeiro, a ocupação do espaço na concepção da fronteira integra o sertão isolado ao mundo civilizado. Traz a estrada, os modelos modernizantes e a economia de mercado. Esse fator, isoladamente não explica a construção da identidade, mas é o elemento inicial dessa história. Segundo, os discursos de integração nacional se processam num modelo do Estado Nacional. Logo, a brasilidade é ressaltada no espírito desbravador e na mobilidade da ação. O discurso, da mesma forma, não é o elemento definidor da identidade, pois se baseia na constante mobilidade. Terceiro, o discurso se relaciona a expansão da fronteira, no sentido de compreender o sertão como carente da ação patriótica de resgate do atraso em nome da integração e desenvolvimento nacional. A ação, nesse sentido, não é fruto de uma opção pessoal, ou resultante de interesses meramente individuais, mas vista como ação de toda sociedade brasileira. Os agentes presentes nesse espaço assimilam os dois primeiros fatores: a modernização e a brasilidade.

Todavia refazem os objetivos e constroem os símbolos e a visão do mundo social. Toda essa criação, entretanto, baseia nos fatores iniciais que se transformam em visões de civilidade e pioneirismo. E por último, o mundo social, se faz. No espaço físico surge o espaço social. Assim como no espaço físico, o espaço social considera as relações de disputa de poder. Todavia, na construção do espaço social as relações de poder se apresentam como geradoras da visão de mundo social e da identidade regional.

Por conseguinte, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, é fruto dessa dinâmica. Um espaço criado em região de fronteira, que assimila toda dinâmica da ocupação e ao mesmo tempo faz e refaz a sua história social. As relações de poder, desenvolvidas pelos diversos agentes sociais, criam as representações sociais desse espaço, distinguindo-o no cenário regional. Portanto, a construção simbólica significa construir uma identidade, vinculando essa característica ao espaço criado. Isto é, significa estar situado num determinado universo social caracterizado pelo dever patriótico.

A Marcha para o Oeste funcionou como discurso oficial para a construção legitimada da ocupação territorial do oeste brasileiro. Assim, o papel do discurso não teria sentido algum se não ocorresse à integração e à

representação. Para Bourdieu (1998) o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos (língua, religião, discursos, etc.), mas sim nas relações políticas da luta simbólica, onde se legitima a integração entre a autoridade e o grupo social, onde se produz e reproduz a crença. Todavia, o papel do discurso como sistema simbólico tem eficácia por causa da posição do agente no espaço social. Assim, a ocupação do espaço social da Colônia Agrícola Nacional de Goiás se dá através da configuração simbólica da “Marcha”, acompanhada da aceitação de um novo imaginário.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. *Estrutura Fundiária em Goiás*. Goiânia: UCG, 1994.
- AMÂNCIO, D. *Processo de emancipação de Ipiranga de Goiás*. Dissertação da FACER. 2008.
- ANDRADE, Nair Leal de. *História e História da CANG: meu rincão por adoção*. Goiânia: Kelps, 1990.
- _____. *Reforma Agrária*. Goiânia. Ed.: Editora R & F, 2003.
- ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo, Moderna, 2004.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. *A produção do território goiano: economia e urbanização*. Editora UFG. 2007.
- BARBOSA, A. *A Região como Arena Política*. Goiânia: Vieira, 2014.
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BAUBÉROT, Jean. La Commission Stasi vue par l'un de ses membres. French Politics, Culture & Society, v. 22, n. 3, [s.l.], 1987. p. 135-141.
- BECKER, A. de C. *O nascimento de Ceres*. Goiânia: João Batista A. Filho, 1990.
- BERTRAN, P. *Uma Introdução à História econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1998.
- BESKOW, Gabriela Carames. *Marchando para Oeste – Discursos sobre as políticas Varguistas de integração nacional*. Rio de Janeiro, ed.: Campinas, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem Varriale et al. 5. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930-1960*. Goiânia, editora: UFG, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP 1992.
- CAMPOS, F. I. *Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese de Doutorado (Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo). São Paulo, 2005.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. Campinas: Papyrus; São Paulo: FAPESP, 1990.

CARDOSO, F. M. C. & VALVERDE. Estudo dos efeitos da municipalização da saúde sobre a área de abrangência de atendimento do cluster de saúde no município de Ceres-GO. In: *Revista FACER*. V.5, n.1 (fev)2007. Rubiataba, 2007. p. 11 - 24.

CARLI, M. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: memórias*. Dissertação de Mestrado: UNB, 2005.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A Formação das Almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad. *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*. Goiânia: Ed. da UFG, 1889.

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Ed. da UFG, 2002.

_____. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). *Relação cidade campo: fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2009.

CASTILHO, Denis. *A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-go – Brasil*. Ed. da UEG, 2012.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1970.

_____. *Região e organização espacial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1976.

D'ARAUJO, V. *A força histórica de uma experiência moderna*. 1 ed. Belo Horizonte: MG Secretaria de Cultura, v. 1, 1997.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. *Bandeirantismo: verso e reverso*. São Paulo, Ed.: Brasiliense, 1982.

DAYRELL, E. G. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização*. Dissertação de Mestrado (Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1975.

Diniz, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DUARTE, L. E. A. M. A Marcha para Oeste e a Criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. In: *Sociedade e Cultura*. v. 2, n.1 e 2 (jan/dez.1999). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciências Sociais. Goiânia: UFG, 1999. p. 37- 83.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

ESTERCI, Neide. O mito da Democracia no país das Bandeiras – análise dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo, tese de mestrado em antropologia do museu nacional da UFRJ, (1972).

ESTEVAM, L. *O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. (2. ed). Goiânia: UCG, 2004.

FARIA, Eduardo Carlos. *Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943-1960)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, 1998. Disponível em: Acesso em: 07 dez. 2013.

FAUSTINO, Esli Pereira. *Igreja Cristã Evangélica do Brasil: missões e missionários pioneiros*. Goiânia: Cerne, 1985.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Editora USP, 1999.

FERREIRA, Jorge. *Brasil e sua formação*. Rio de Janeiro, ed. FGV, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Ed.: FGV, 2002.

FIGUEIRA, B. *O meio rural na história social do Brasil*. Amesterdam: Centrum voor studie em documentatie na latjins Amerika. III. CEDLA Latin América Studies; 56: 2002.

FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconomica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*. Presidente Prudente, 1967. 436 p. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1984.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Tradução de Maria Júlia Goldwassar. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GARCIA, A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: *Revista Brasileira de História: memória, história, historiografia*. São Paulo. v. 13, nº. 25/26. p. 33-54. set. 92/ago.1982.

_____. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GARFIELD, J. e COLLEGE, F. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 2000.

GARRIDO, Joan del Alcazar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: *Revista Brasileira de História: memória, história, historiografia*. São Paulo. v. 13, nº. 25/26. p. 33-54. set. 92/ago.1993.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo. Companhia das letras. 1987.

GOMES, H; TEIXEIRA NETO, A; BARBOSA, A. S. *Geografia: Goiás/Tocantins*. 2. ed. rev. E ampl. Goiânia: UFG, 2012.

GWYN, Prins. Tradição Oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. *História Geral da África*. Volume I – Metodologia e Pré-História. Brasília, UNESCO, 1992.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos - o breve século XX*. Rio de Janeiro, Ed.: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1992.

IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

KEMPINSKA, Olga. *O conceito de neutralidade no discurso da história: entre os "Geschichtliche Grundbegriffe" e "Le Neutre"*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2009.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, In: *Historia e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1985.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LOPES, A. O Território Goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.) *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002.

MACHADO, I. C. *O outro Lado da Colônia: contradições e forma de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás* (Dissertação de Mestrado). Brasília: UNB, 1990.

MARTINS, J. De S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOURA, I. C. *O outro Lado da Colônia: contradições e forma de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás* (Dissertação de Mestrado). Brasília: UNB, 2005.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Assis.

PALACIN, Luís. *O Século do Ouro em Goiás*. 4ª ed. Goiânia: ed. da UCG, 1994.

_____. *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás*. Goiânia: ed. da UFG, 1986.

_____. & MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 6ª Ed. Goiânia: Ed.: UCG, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.

PESSOA, J. de. M. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Alínea, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRINS, Gwyn & BURKE, Peter. "História Oral". In.: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed.: UNESP, 1992, p. 163-198.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional brasileiro. In: *História, Região e Identidades*. Ed. UFMS: Campo Grande, 2008.

QUINTELA, Antón Corbacho. Os sucessos urbanos da colonização agrária em Goiás. *Revista UFG*. Ano XI nº 6. Junho 2009. Disponível em: Acesso em: 05 dez. 2014.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste*. A influência da bandeira na formação social e Política do Brasil, 3ª edição, volume 2º. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1970.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. *Os Colonos e a Igreja Católica no Contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2007.

SILVA E SOUZA, L. A. da. *O Descobrimento da capitania de Goyaz*. Goiânia: ed. da UFG, 1967.

SILVA, Kalina Vanderdei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Sandro Dutra e. *No Oeste, a Terra e o Céu: a construção simbólica da colônia agrícola nacional de Goiás*. Dissertação de mestrado. Goiânia, 2002.

_____. *Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do Rio das Almas em Goiás (1941-1959)*. Tese de Doutorado. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 1982. Disponível em: Acesso em: 07 dez. 2014.

SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: Uma Experiência Histórica de Desenvolvimento*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, M. *BRASIL: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *A Mitologia Bandeirante: construção e sentidos*. História Social. Campinas. São Paulo. Nº 13, 2007.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VINHAS, Moisés. *A Terra, o Homem, as Reformas*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira/UNB, 1981.

ZARUR, André; PILI, A. Carlos; IVO, D. Marcos e BORGES, Edson. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

ENTREVISTAS

Agelino Divino da Silva, 89 anos, nasceu em Patos, MG. Não se recorda da data em que chegou na CANG.

Augusto Colodino da Costa, 78 anos, nasceu em Patos, MG. Chegou na CANG na década de 1957.

Isaura Maria da Silva, 75 anos, nasceu em Ibaítê, MG. Chegou na CANG em 1943, acompanhada de seus familiares.

Ivone Barbosa de Oliveira, 63 anos, nasceu em Boa Esperança, MG. Chegou na CANG ano de 1951.

Jesus Ribeiro da Silva, 81 anos, nasceu em Cachoeira, MG. Veio para a CANG no ano de 1942.

João José Luis, 87 anos, nasceu em Santo Antônio do Monte, MG. Chegou na Cang no dia 29 de Junho de 1957.

Manoel Vaz da Silva, 81 anos em Cabeceira Grande onde era Minas Gerais e hoje é território goiano. Chegou na CANG na década de 1950.

Maria de Costa Andrade, 86 anos, nasceu em Tiros, MG. Chegou em Ceres em 1943.

Oswaldo Agripino de Oliveira, 83 anos, nasceu em Tiros, MG. Chegou na CANG em 1950.

Raçolina Nunes, 81 anos, nasceu em Boa Esperança, MG. Veio para a CANG acompanhada de seu esposo na década de 1950.

Sebastião Paulo da Silva, 52 anos, nasceu em Ceres, GO. Mora em Ipiranga desde quando nasceu.

Vicente Martins, 68 anos, nasceu em Cristais, MG. Veio para a CANG em 1965.

ANEXOS

ANEXOS

Ao leitor ao analisar a produção textual perceberá que houve uma junção de fontes históricas ao longo da pesquisa. Há assim, uma mistura de fontes primárias e bibliográficas que corroboram o cruzamento de informações propostas. Contudo, existem documentos que são tão significativos que os recortes feitos não incapazes de transmitirem a sua grande valia. Destarte, os mesmos farão parte da pesquisa para expressarem o respeito ao leitor e evidenciarem as limitações espaço temporais.

01. O primeiro documento consiste nas transcrições das entrevistas orais realizadas no ano de 2008 com antigos moradores das terras da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. As mesmas foram escolhidas para oferecerem ao leitor uma riqueza de detalhes na qual a pesquisa procurou abranger. Ao todo foram realizadas doze entrevistas, contudo, coloquei na dissertação cinco delas que utilizei na construção discursiva da pesquisa. Menciono que a maioria dos entrevistados concordou que no instante da transcrição poderia ser feita uma adequação linguística.

02. O segundo documento é composto pelo decreto Nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941 que criava a Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

03. O terceiro documento é referente a divulgação no Diário Oficial dos quesitos a serem observados para surgissem novos municípios no Estado de Goiás.

04. A quarta documentação é condizente a divulgação de cidades e vilas goianas no Diário Oficial do Estado de Goiás.

05. O quinto documento traz a Lei que deu origem ao município de Ceres e sua divulgação no Diário Oficial do Estado de Goiás.

06. O sexto documento é pertinente ao decreto Lei Nº 3.704, de 4 de novembro de 1940 que dispõe sobre a doação de terras ao Governo de Goiás a União para a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

07. O sétimo documento é relacionado a circunscrição registrada do cartório de imóveis, pessoa jurídica e títulos que cita as fronteiras do distrito de Ceres localizado na Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

08. O oitavo documento é constituído pelo decreto Nº 37. 388, de 25 de maio de 1955 que emancipa o Núcleo Colonial de Ceres situado no Estado de Goiás.

09. O nono documento menciona o termo de entrega de bens e ajuste que foi firmado entre o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Prefeitura Municipal de Ceres.

10. O décimo documento traz o registro protocolado no Cartório 2º ofício de Notas do termo de entrega e ajuste que entre si fazem o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a Prefeitura Municipal de Ceres.

11. O décimo primeiro documento é referente à denúncia do termo de ajuste firmado entre o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Prefeitura Municipal de Ceres.

12. O décimo segundo documento é condizente com Exposição de Apolônio Jorge de Farias Salas aos estudantes, versando sobre questões referentes ao Ministério da Viação; Ministério Militares; potencial agrícola e industrial do Brasil, problemas de mercado interno; colonização; possibilidades hidrelétricas do país; saneamento; transportes; cooperação econômica entre os Estados, etc. Rio de Janeiro. O mesmo faz parte do CPDOC.

13. O décimo terceiro documento traz uma solicitação do primeiro prefeito de Ceres, o médico Domingos Mendes da Silva, a solicitar amparo do Exmo. Presidente da República referente ao ensino público e aos terrenos urbanos do município.

14. E o último documento é formado pelas primeiras atas das sessões ordinárias e extraordinárias existentes na Câmara Municipal de Vereadores de Ceres.

01

Transcrições das entrevistas orais realizadas no ano de 2008 com antigos moradores das terras da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

02

Decreto Nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941 que criava a Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

03

Divulgação no Diário Oficial dos quesitos a serem observados para surgissem novos municípios no Estado de Goiás.

04

**Divulgação no Diário Oficial do Estado de Goiás de cidades e vilas
goianas.**

05

**Lei que deu origem ao município de Ceres e sua divulgação no
Diário Oficial do Estado de Goiás.**

06

**Decreto Lei Nº 3.704, de 4 de novembro de 1940 que dispõe sobre a
doação de terras ao Governo de Goiás a União para a implantação da
Colônia Agrícola Nacional de Goiás.**

07

Circunscrição registrada do cartório de imóveis, pessoa jurídica e títulos que cita as fronteiras do distrito de Ceres localizado na Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

08

**Decreto Nº 37. 388, de 25 de maio de 1955 que emancipa o Núcleo
Colonial de Ceres situado no Estado de Goiás.**

09

Entrega de bens e ajuste que foi firmado entre o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Prefeitura Municipal de Ceres.

Registro protocolado no Cartório 2º ofício de Notas do termo de entrega e ajuste que entre si fazem o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a Prefeitura Municipal de Ceres.

Denúncia do termo de ajuste firmado entre o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Prefeitura Municipal de Ceres.

12

Exposição de Apolônio Jorge de Farias Salas aos estudantes

13

Solicitação feita ao Exmo. Presidente da República pelo prefeito de Ceres Domingos Mendes da Silva referente ao ensino público e aos terrenos urbanos do município.

**Primeiras atas das sessões ordinárias e extraordinárias existentes
na Câmara Municipal de Vereadores de Ceres.**

Apelo ao patriotismo dos brasileiros no “Dia da Pátria”



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Apêlo ao patriotismo dos brasileiros no «Dia da Pátria»

(DISCURSO PRONUNCIADO NA ESPLA-
NADA DO CASTELO, POR OCASIAO DE
CELEBRAR-SE A "HORA DA INDEPEN-
DÊNCIA", A 7 DE SETEMBRO DE 1936)

SUMÁRIO

Nossa história apresenta ascensão constante — Nosso espírito de concórdia — Atingimos pacificamente elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico — A democracia é o regime adequado à índole do nosso povo — As forças militares têm sido de exemplar dedicação — Repúdio aos acomodativos.

Brasileiros: No momento em que, por todos os pontos do território nacional, vos reunís em festa — nesta clara hora de compreensão e de compromisso, evocadora da criação da Pátria, de devoção ao culto dos seus heróis —, eu vos saúdo fraternalmente, em perfeita comunhão de sentimentos, cheio de confiança e de fé.

As lutas ásperas e anônimas pela ocupação da terra selvática e exuberante; os anseios dos homens novos, moldados ao influxo prodigioso do meio tropical e nascidos para viver num mundo também novo, cuja posse souberam disputar, tenaz e herôicamente, à cobiça de estranhos; o fervor messiânico e o sacrifício dos mártires que primeiro sonharam a Nação forte e soberana — tudo isso a grande data resume e simboliza, transformada, hoje, em “Dia da Pátria”.

Ao reverenciarmos a memória dos próceres da nossa Independência, devemos erguer o pensamento e comungar no mais puro sentimento patriótico, orgulhosos do que somos, percorridos êstes cento e quatorze anos de maioridade política.

Enquanto a história de numerosas nações é feita de violentos contrastes, de exaltações triunfantes e crises depressivas, a nossa apresenta uma ascensão constante, uma firmeza capaz de inspirar absoluta confiança no futuro.

Emancipados sob a forma de monarquia constitucional representativa, chegámos, depois de um período experimental de auto-governação, ao regime republicano, sem quebrar a continuidade de nossa estrutura democrática,

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

desfrutando amplas perspectivas de progresso e lugar cada vez mais respeitável no seio de povos civilizados.

Ninguém, de bôa fé, pode negar o ardente esforço do povo brasileiro para engrandecer e dignificar a Pátria comum, sempre fiel aos ideais de justiça e solidariedade humana.

Todo o nosso progresso político e social se fez dentro dos rumos traçados pelos estadistas que fundaram a Nacionalidade: — o espírito de concórdia, a preeminência da paz para o trabalho fecundo, da ordem para o esforço creador.

Nas próprias lutas internas se refletem essas tendências de tolerância e equanimidade na ação. Mesmo naquelas mais violentas, conseguimos manter a ascendência dos princípios humanos e cristãos.

Os calamitosos acontecimentos que abalaram e fizeram sangrar o mundo, neste século, em nada modificaram a nossa fisionomia moral.

Atingimos pacificamente elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. Sem lutas e sobressaltos perturbadores, assegurámos a interferência conciliadora do poder público na solução dos conflitos de interesses privados, na assistência social, no amparo e propulsão da vida econômica. E ainda sob êste aspecto o nosso avanço é digno de apreço. Assim como o organismo político se foi solidificando e estabilizando, sempre no sentido de dominar os particularismos e unificar a vontade coletiva numa fórmula de alta coesão nacional, ampliaram-se, paralelamente, as possibilidades da economia interna. Já não somos um país exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias-primas e esmagado pelo peso das aquisições de produtos industriais.

APÊLO AO PATRIOTISMO DOS BRASILEIROS

Tendes aí, esboçado a ligeiros traços, o panorama da vida nacional, em pouco mais de um século de emancipação política. O que realizámos, em tão curto espaço de tempo, justifica plenamente a fé e serenidade com que continuamos a trabalhar pelo engrandecimento da Nação. Se obstáculos ainda nos embaraçam a marcha, não são êles irremovíveis. Havemos de transpô-los de ânimo forte e sem riscos. Nem mesmo os que se levam à conta de erros ou desacertos nos devem decepcionar. Muitos são inevitáveis, próprios da fase de crescimento que atravessamos. Tenhamos a coragem de reconhecê-los, sejam quais forem, para corrigi-los e tirar deles ensinamentos, estímulos e maior confiança em nós mesmos.

A experiência histórica já demonstrou, de modo insofismável, que a democracia é o regime adequado à índole do nosso povo e aos imperativos do seu progresso moral e material. Mas, a democracia, no sentido que lhe emprestamos, não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas à ação renovadora do tempo e à influência das realidades ambientes; ao contrário, deve revestir-se de plasticidade capaz de refletir o progresso social, aperfeiçoando-se, e de resistência combativa para defender-se quando ameaçada nos seus legítimos fundamentos.

As lições do passado evidenciam, também, que o Brasil é um país de ordem. Ordem e democracia que significam disciplina e liberdade, obediência conciente e acatamento ao direito. Repeliremos os surtos demagógicos, como não toleraríamos a tirania.

Não há, pois, alternativa nem dúvidas quanto à escolha. O nosso país possui o ambiente propício ao aperfeiçoamento progressivo do regime, dando-lhe mais elevado sentido, tornando-o ágil e coerente, capaz de sobre-

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

pôr sempre o interêsse público ao privado, a defesa coletiva aos direitos individuais, os magnos problemas nacionais às questões regionalistas.

Falando-vos nesta hora de confraternização patriótica, não devo fazer silêncio sôbre as apreensões creadas pelas últimas ocorrências, que tanto abalaram o espírito e o coração dos bons brasileiros.

O trágico espetáculo ainda está bem vivo em todas as memorias, e se a Nação pode trabalhar confiante e segura, deve-o à vigilância constante do Govêrno e à perfeita coordenação dos agentes do poder público. Nesta emergência, as fôrças militares têm sido de exemplar dedicação, patriôticamente dispostas a qualquer sacrifício pelos bons princípios. O Poder Legislativo e o Poder Judiciário, cada qual na esfera de suas atribuições constitucionais, amparam as medidas defensivas até agora tomadas. A-pesar-disto e do apôio de todas as classes em tão meritória campanha, os responsáveis pela ordem pública recebem, diariamente, dos comunistas estrangeiros insultos e reclamações insolentes, exigindo a libertação dos que atentaram contra a integridade da Pátria ou foram afastados do convívio social como nocivos e perigosos à segurança das instituições, que, felizmente, nos regem.

Os agentes da subversão e da desordem persistem nos seus planos diabólicos. Sob os mais variados disfarces, procuram infiltrar-se no meio social, insinuando, iludindo, apelando para sentimentos generosos que, intimamente, repudiam, reclamando a liberdade que pretendem estrangular.

É da tática comunista a dissimulação e o embuste.

Precisamos, portanto, estar em guarda contra a investida bolchevista, anarquizadora e maléfica e alertar aqueles a quem se dirige, com insistência, a propaganda

APÊLO AO PATRIOTISMO DOS BRASILEIROS

sinuosa e tôrva. O trabalhador desprevenido, votado aos problemas do seu ofício, e a mocidade, aberta a todos os entusiasmos nobres, são alvos preferidos dessa ofensiva dos inimigos da Pátria, da família e da religião. Não alimentemos dúvida sôbre os processos e intuitos dos elementos empenhados em transformar-nos em colônia de Moscou. Enquanto, fronteiras a dentro, agem pela técnica da violência, solapam as crenças herdadas dos nossos maiores, provocam dissídios, desencadeiam a luta fratricida, no exterior, apresentam-se como vítimas da prepotência de governantes em cujas mãos o Brasil não passa de uma terra bárbara, onde só o arbítrio decide e impera. Esta campanha derrotista, entretanto, não modificará a nossa atitude. Em breve, funcionará o Tribunal investido da nobre missão de julgar os crimes contra a Pátria. Animado do sincero propósito de desempenhar tarefa tão patriótica, o Governo não dará tréguas aos adversários do regime, direta ou indiretamente a serviço do comunismo.

Brasileiros: A persistente e audaciosa campanha mantida pelos extremistas através de variados expedientes e engodos sedutores mas com uma única finalidade — aniquilar a Pátria, a família e a religião — leva-me, neste dia de culto cívico, a dirigir novo apêlo aos homens de razão, aos verdadeiros patriotas, a todos os que procuram sobrepôr-se às contingências materiais da vida, dignificando-a e enobrecendo-a pela inteligência e o trabalho honesto. Para continuarmos a desfrutar a paz e a tranquilidade, que outros povos menos felizes já perderam, torna-se imprescindível manter constante vigilância, afim de evitar que, num momento de perturbação, possam os inimigos ganhar terreno e, por um golpe traiçoeiro, de astúcia e violência, tão dos seus métodos, dominar-nos

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

com as nossas próprias armas e escravizar-nos dentro da nossa própria casa.

Devo prevenir-vos contra as maneiras multiformes de favorecer a ideologia dissolvente. Não são perigosos, apenas, os comunistas rubros, ativos e práticos, que fazem claramente a sua nefasta propaganda e aliciamento. Igualmente o são os de outras variedades, mais difíceis de caracterizar e que, ao contrário dos primeiros, escapam à enérgica e pronta ação defensiva do Governo. Os disfarçados, intimamente vermelhos, atuando com duplicidade; os hipócritas, que afetam atitudes e, até, rótulos nacionalistas, acumpliciam-se à obra de destruição e, na treva, servem às ligações inimigas, encobrendo os manejos dos adversários da nossa existência de povo livre, não são menos temíveis.

Também não podem escapar ao vosso repúdio os seres acomodaticios, inertes, colaboradores dos bolchevistas por complacência ou covardia, cúmplices pelo silêncio e a desatenção, indiferentes à luta, supondo, na sua triste ignorância, que nenhum mal lhes viria da vitória dos destruidores sistemáticos da ordem e da lei. E, finalmente, os aproveitadores de dissensões, estéreis, retóricos, perdidos no labirinto da própria confusão intelectual, inclinados a confundir as miúdas ambições de mandonismo político com os interesses superiores da coletividade.

Esses como aqueles, ativos uns, aparentemente passivos outros, servem de modo idêntico aos fins trágicos e espantosos do internacionalismo destruidor, que só chega a vencer aproveitando-se dessas neutralidades e isenções criminosas.

Tenho, entretanto, fé na vitória. Estou confiante em que os comunistas e os que se acumpliciam para aniquilar-nos serão abatidos pelo esforço comum, pelo devota-

APPELO AO PATRIOTISMO DOS BRASILEIROS

mento de todos os brasileiros que querem, sob a égide da justiça, o ambiente de ordem imprescindível às realizações do seu destino creador de um Brasil maior e mais próspero.

Aos moços desejo dirigir-me de fôrma especial. São êles a garantia do porvir pacífico do nosso povo e deles dependem os rumos futuros do Brasil. Cumprelhes, por isso, defender, nas suas reservas morais, as gerações vindouras. Não devem consentir que os mistificadores e pregoeiros de reformas utópicas, profissionais da desordem uns, simples instrumentos da Internacional Comunista outros, por ela industriados e pagos, explorem a nobreza dos seus entusiasmos e façam das virtudes inerentes à mocidade resguardo e amparo aos objetivos criminosos que perseguem.

Todos vós — trabalhadores das cidades e dos campos, professores e intelectuais, magistrados e militares, comerciantes e industriais, educadores e jovens estudantes, mães amantíssimas, mulheres de alma fortalecida na piedade cristã — todos quantos me ouvís, através dos mais longínquos rincões da nossa bela e gloriosa terra, ponde os vossos sentimentos bem alto e estreitai vontades e corações, num voto ardente e sincero de tudo sacrificar pela integridade e engrandecimento da Pátria Brasileira!

02

**Decreto Nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941 que criava a Colônia Agrícola
Nacional de Goiás.**

DECRETO Nº 1941
- Cria a Colônia Nacional de Goiás.


O Presidente da República, usando da atribuição que confere o art. 74, letra "a", da Constituição, e na conformidade do disposto no decreto-lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no Município de Goiás, em terras doadas à União, pelo Governo do mesmo Estado, pelo decreto-lei estadual nº 3.704 de 4 de novembro de 1940.

§ Único - As terras da Colônia referida no artigo anterior, ficam compreendidas dentro dos seguintes limites Rio das Almas, São Patrício, Carretão, divisor de águas dos rios Areias, Fonte Alta, Rio Verde até a confluência com o Rio das Almas.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1941, 120º da Independência e 53º da República.

GETULIO VARGAS
Fernando Costa



Divulgação no Diário Oficial dos quesitos a serem observados para surgissem novos municípios no Estado de Goiás.

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE GOIÁS

N.º I

Goiânia, quinta-feira, 9 de novembro de 1944.

N.º M. 227

DO GOVERNO DO ESTADO

INTERVENTORIA FEDERAL

LEI Nº 2.205, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1943.

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado de Goiás, que vigorará, sem alteração, de 1.º de janeiro de 1944, a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências.

Interventor Federal no Estado de Goiás, usando da que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República;

Considerando os dispositivos das leis nacionais ns. 9 e 5.901, de 2 de março de 1938, de 6 de setembro e de 21 de outubro de 1943, respectivamente, que tratam sobre a divisão territorial do País, simultaneamente administrativa e judiciária, tanto na delimitação dos seus elementos, quanto na respectiva organização;

Considerando que a entrada em vigor do novo quadro territorial brasileiro, de vigência quinquenal, deverá dar-se em 1.º de janeiro de 1944 com a solene comemoração das cidades brasileiras do "Dia do Município", nos termos do decreto-lei nacional nº 846, de 9 de novembro de 1938, decreta:

1.º — A divisão territorial do Estado de Goiás, vigorará de 1.º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, e será a fixada nesta lei.

2.º — A referida divisão, dentro do mencionado prazo de cinco anos, não sofrerá qualquer modificação, não podendo como tal, porém, os atos interpretativos de caráter intermunicipais e interdistoriais, que vierem a tornar necessárias para melhor e mais fiel caracterização das linhas, à luz de documentação geográfica que se vá sendo produzida, ficar mais perfeita, desde que da interpretação não resulte deslocamento da divisória tal que uma qualquer vila saia do seu âmbito municipal ou distrital.

3.º — Constituem as únicas exceções à inalterabilidade da divisão territorial ora fixada:

a) as alterações que o Governo da União houver por bem introduzir;

b) a anexação de um município a outro, motivada pelo fato de a respectiva Prefeitura não apresentar o mapa municipal, até 31 de dezembro de 1944, de modo que o âmbito territorial correspondente tenha sofrido modificação por força da presente lei;

c) a recondução de uma circunscrição à situação anterior, devido ao fato de não haver nela sido preenchidos os requisitos legais indispensáveis à sua efetiva instalação a qualquer momento.

4.º — A anexação ou recondução, previstas no § anterior, são objeto de ato do Governo do Estado que, além de estabelecer uma ou outra das providências, fixará a data e a validade para a sua efetivação.

5.º — A divisão administrativa e judiciária do Es-

ta do Brasil, bem como a categoria das respectivas sedes, todas com a mesma denominação da própria circunscrição.

§ 2.º — Em observância ao disposto no § 1.º, art. 16 da lei nacional nº 311 e de acordo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia (resolução nº 2 do Diretório Central) em virtude do mesmo dispositivo, fica também apenso a este decreto-lei como parte integrante dele, o anexo nº 2, contendo a descrição sistemática dos limites circunscriçionais, onde se definem, para cada município, o perímetro municipal e cada uma das divisões interdistritais, quando houver.

Art. 4.º — As autoridades municipais competentes, sob pena de responsabilidade, tomarão as medidas administrativas apropriadas para que, em cada cidade (sede municipal), no dia 1.º de janeiro de 1944, em ato público solene, se declare efetivamente em vigor o quadro territorial fixado nesta lei, no que concerne, não só as circunscrições (distrito, município, termo e comarca), que tiverem sede na mesma cidade, como também nos demais distritos que integram o respectivo município.

§ 1.º — A solenidade prevista neste artigo será presidida: a) sendo a cidade sede da comarca, pelo Juiz de Direito; b) sendo a cidade apenas de sede do termo, pelo Juiz respectivo; c) sendo a cidade sede do município sem fóro, pelo Prefeito Municipal.

§ 2.º — No caso de impedimento eventual das autoridades referidas, a substituição delas se fará automaticamente na seguinte ordem:

- a) a do Juiz de Direito pelo Juiz do Termo;
- b) a do Juiz do Termo pelo Prefeito Municipal;
- c) a do Prefeito Municipal pelo Secretário da Prefeitura Municipal, cabendo a substituição deste, se também impedido, à mais alta autoridade que se encontrar na cidade.

§ 3.º — A solenidade inaugural do novo quadro territorial, na parte que interessar a cada cidade do Estado, obedecerá ao ritual sugerido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia (anexo nº 3, como parte integrante desta lei), passando a ter, pela sua simultaneidade e conformidade com as solenidades congêneres realizadas nas demais cidades brasileiras, a integral significação histórico-cívico-nacionalista, decorrente dos princípios fixados na lei orgânica federal nº 311, de 2 de março de 1939.

§ 4.º — Da ata da solenidade realizada em cada sede municipal, a respectiva Prefeitura enviará duas cópias autenticadas ao Diretório Regional de Geografia, na Capital do Estado, destinando-se uma a figurar em arquivo próprio e a outra a ser enviada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Rio-de-Janeiro, cabendo ainda ao Diretório Regional a obrigação de providenciar para a publicação de todas as atas no órgão oficial do Estado.

Art. 5.º — Das disposições da legislação estadual que regularem as modificações do quadro territorial continuarem em vigor as que nem direta, nem indiretamente colidirem com as normas deste decreto-lei.

Art. 6.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 09 de dezembro de 1943. 55.ª da República.

SECRETARIA DE INTERIORES

04

**Divulgação no Diário Oficial do Estado de Goiás de cidades e vilas
goianas.**

A - Comarcas		B - Termos		C - Municípios		D - Distritos		E - Cidades e Judicárias	
Nº de ordem	NOME	Nº de ordem	NOME	Nº de ordem	NOME	Nº de ordem	NOME	Nº de ordem	NOME
11	Golias	19	Trindade	19	Trindade (ex-distrito)	39	Grimpas	39	Grimpas
		20	Golias	20	Golias	40	Guapó	40	Guapó
						41	Goiânia	41	Goiânia
						42	Trindade	42	Trindade
						43	Golias	43	Golias
						44	Aruaná	44	Aruaná
						45	Buenolândia	45	Buenolândia
						46	Ceres	46	Ceres
						47	Davinópolis	47	Davinópolis
						48	Iporá	48	Iporá
						49	Itaú	49	Itaú
						50	Perocuara	50	Perocuara
						51	Mossamedes	51	Mossamedes
						52	Itapetiro-do-Araguaia	52	Itapetiro-do-Araguaia
						53	Xixá	53	Xixá
12	Inhumas (ex-Itapetiro)	21	Inhumas	21	Inhumas	54	Inhumas	54	Inhumas
13	Ipameri	22	Ipameri	22	Ipameri	55	Caturaf	55	Caturaf
14	Itaberá	23	Itaberá	23	Itaberá	56	Ipameri	56	Ipameri
15	Itumbiara (ex-Santa Rita do Paranaíba)	24	Itumbiara	24	Itumbiara	57	Cavalheiro	57	Cavalheiro
16	Jaraguá	25	Jaraguá	25	Jaraguá	58	Rudá	58	Rudá
		26	Itacé	26	Itacé	59	Urutai	59	Urutai
		27	Urussu	27	Urussu	60	Itaberá	60	Itaberá
17	Jataí	28	Jataí	28	Jataí	61	Itaussu	61	Itaussu
		29	Luziânia	29	Luziânia	62	Itumbiara	62	Itumbiara
		30	Cristalina	30	Cristalina	63	Panamá	63	Panamá
		31	Marabá	31	Marabá	64	Jaraguá	64	Jaraguá
						65	Chagas	65	Chagas
						66	Goiânia	66	Goiânia
						67	Urutai	67	Urutai
						68	Itacé	68	Itacé
						69	Bandeirante	69	Bandeirante
						70	Crixás	70	Crixás
						71	Embiara	71	Embiara
						72	Itapaci	72	Itapaci
						73	Urussu	73	Urussu
						74	Amaro-Leite	74	Amaro-Leite
						75	Porangatu	75	Porangatu
						76	Jataí	76	Jataí
						77	Casaí	77	Casaí
						78	Itumbiara	78	Itumbiara
						79	Rupitira	79	Rupitira
						80	Luziânia	80	Luziânia
						81	Cristalina	81	Cristalina
						82	Marabá	82	Marabá

05

**Lei que deu origem ao município de Ceres e sua divulgação no
Diário Oficial do Estado de Goiás.**



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 767, DE 4 DE SETEMBRO DE 1953.

Cria o Município de Céres e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de Céres, atual distrito do município de Goiás, do qual se desmembra.

Art. 2º - O município de Céres terá as divisas do distrito do mesmo nome.

Art. 3º - A sede do município de Céres será a vila do mesmo nome, à qual se outorgam os foros de cidade.

Art. 4º - O município de Céres constituirá Termo Judiciário da Comarca de Jaraguá.

Art. 5º - A Câmara Municipal de Céres terá nove (9) vereadores.

Art. 6º - O Poder Executivo e o Tribunal Regional Eleitoral tomarão as necessárias providências para que o novo Município se instale, constitucionalmente, a 1º de janeiro de 1954.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1954.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 4 de setembro de 1953, 65º da República.

DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA
Misach Ferreira Júnior

(D.O. de 28-09-1953)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 28-09-1953.

ACTOS DO GOVERNO DO ESTADO

LEI N.º 767, DE 4 DE SETEMBRO DE 1953.

Cria o Município de Cérés e dá outras providências.

A Assembléa Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Cérés, atual distrito do município de Goiás, do qual se desmembra.

Art. 2.º — O Município de Cérés terá as divisas do distrito do mesmo nome.

Art. 3.º — A sede do município de Cérés será a vila do mesmo nome, à qual se outorgam os fóros de cidade.

Art. 4.º — O município de Cérés constituirá Termo Judiciário da Comarca de Jaraguá.

Art. 5.º — A Câmara Municipal de Cérés terá nove vereadores.

Art. 6.º — Os Poderes Executivo e Judiciário tomarão as providências necessárias à instalação do município criado por esta Lei, a 1.º de Janeiro de 1954.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 4 de Setembro de 1953, 65.º da República.

DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA
Misach Ferreira Júnior

LEI N.º 771, DE 14 DE SETEMBRO DE 1953.

Concede auxílio de Cr\$ 35.000,00 à Polícia Militar do Estado, para ocorrer ao pagamento de seguro de vida em grupo, referente à parte devida pelo empregador.

A Assembléa Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica concedido, à Polícia Militar do Estado, auxílio anual de trinta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 35.000,00), a partir do corrente ano, para fazer face ao pagamento do seguro de vida em grupo daquela corporação, referente à parte devida pelo empregador.

Art. 2.º — A importância de que trata o artigo 1.º será paga ao Tesoureiro do Serviço de Intendência, para adiantamento, em duas cotas iguais, nos meses de janeiro e julho.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, corrente exercício, um crédito especial de trinta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 35.000,00), destinado ao pagamento do auxílio concedido na presente lei.

Art. 4.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 4 de setembro de 1953, 65.º da República.

DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA
Nicanor Brasil Gordo
Misach Ferreira Júnior

DECRETO N.º 829, DE 19 DE SETEMBRO DE 1953.

Transfere Escola Isolada, (E.I.) no Município de Miracema do Norte.

O Governador do Estado de Goiás, usando de suas atribuições legais, e nos termos do § 1.º, artigo 2.º do Decreto-lei n.º 67, de 30 de julho de 1945, resolve transferir a partir de 2 de março do corrente ano, uma das classes da Escola Unida n.º 73, localizada na Fazenda "Boa Fé", para a Fazenda "Boa Esperança", ambas no Município de Miracema do Norte.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 19 de setembro de 1953, 65.º da República.

DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA
Cónego José Trindade da Fonseca e Silva

DECRETO N.º 837, DE 22 DE SETEMBRO DE 1953.

Concede isenção de imposto de transmissão de propriedade "inter-vivus".

O Governador do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo n.º 1.1-03806-53 (5-09816-53), resolve conceder, nos termos do item XI do art. 127, da lei n.º 89, de 23 de dezembro de 1947 (Código Tributário do Estado), à Associação Evangélica, denominada "Batista do Rio de Janeiro", isenção do imposto de transmissão de propriedade "inter-vivus", relativo à aquisição de um imóvel situado à Avenida Goiás, sem número, na cidade de Anápolis, neste Estado, destinado à ereção do Templo da referida Associação, ficando sem efeito a presente isenção, no caso de se dar outra finalidade ao referido imóvel.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 22 de setembro de 1953, 65.º da República.

DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA
Nicanor Brasil Gordo

O Exmo. Sr. Governador do Estado assinou os seguintes decretos:

Na Secretaria da Fazenda:

DIA 22-9-1953.

Exonerando, tendo em vista o que consta do processo n.º 5-009592-52, à pedido, nos termos da alínea "a" do parágrafo primeiro do art. 92 do decreto-lei n.º 4.920, de 28 de outubro de 1941 e a partir de 4 de novembro de 1952, Edison Ferreira da Cunha, do cargo de Vigia Fiscal, padrão "D", constante da P.P. — T. I, do Quadro Geral do Funcionalismo do Estado.

Nomeando, tendo em vista proposta da Secretaria de Estado da Fazenda, nos termos do item IV do art. 15 do decreto-lei n.º 4.920, de 28 de outubro de 1941, Leonor Herculano Szervinsch para exercer, interinamente, o cargo de Exator, padrão "E", constante da P. P. — T. II, do Quadro Geral do Funcionalismo do Estado, ficando lotado na Coletoria de Veadeiros.

Na Secretaria da Educação:

DIA 5-9-1953.

Exonerando, nos termos do § 1.º, letra "b", artigo 92, do Decreto-Lei n.º 4.920, de 28 de outubro de 1941, Mercedes Manrique do cargo de Professor Primário, classe "D", constante da tabela II, parte suplementar, do Quadro Geral do Funcionalismo do Estado, lotada no Grupo Escolar de Firmínópolis, e nomeando Wanda de Aquino para, de acordo com o item IV, artigo 15, do mencionado Decreto-Lei, exercer, em caráter interino, o mesmo cargo.

DIA 14-9-1953.

Tornando, nos termos do parágrafo 3.º, Art. 34, do Decreto-lei n.º 4.920, de 28 de outubro de 1941, sem efeito, o Decreto de 31 de julho de 1953, na parte em que nomeou Joviano Teodoro de Oliveira para, interinamente, exercer o cargo de Professor de Escolas Isoladas, padrão "B", constante da tabela II, parte permanente do Quadro Geral do Funcionalismo do Estado, ficando lotado na Escola Reunida n.º 109, localizada em "Mutunópolis", do Município de Porangatú, por não haver tomado posse no prazo legal, e nomeando, de acordo com o item IV, artigo 15, do mencionado Decreto-lei Etelvina Maria de Jesus para, interinamente, exercer o mesmo cargo, ficando lotada na Escola Reunida n.º 109, localizada em "Mutunópolis", do referido Município.

Exonerando, nos termos do parágrafo 1.º, alínea "b", artigo 92, do Decreto-lei n.º 4.920, de 28 de outubro de 1941, Dalva Martins da Silva do cargo de Professor de Escolas Isoladas, padrão "B", interino, constante da Tabela II, Parte Permanente, do Quadro Geral do Funcionalismo do Estado, lotada na Escola Isolada n.º 408, da Rede Escolar, loca-

**Decreto Lei Nº 3.704, de 4 de novembro de 1940 que dispõe sobre a
doação de terras ao Governo de Goiás a União para a implantação da
Colônia Agrícola Nacional de Goiás.**

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, pelo Serviço de Divulgação, um crédito especial de 1:000\$000 (um conto de reais), para ocorrer ao pagamento de u'a maquina datilografica.

Art. 2º — O Governo do Estado é autorizado a efetuar as operações de credito que por ventura se fizerem necessarias á execução do presente decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Interventoria Federal do Estado de Goiaz, em Goiania, 31 de Outubro de 1940, 52º da Republica.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alvares Junior

DECRETO-LEI Nº 3.698, DE 31 DE OUTUBRO DE 1940.

Dá nova redação ao final do § 3º do art. 2º do decreto-lei nº 3.067, de 4 de Abril do corrente ano.

O Interventor Federal, neste Estado, de conformidade com o disposto no artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de Abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1º — Passa a ter a seguinte redação o final do parágrafo 3º do art. 2º do decreto-lei nº 3.067, de 4 de Abril do corrente ano: "A fixação dessa gratificação, que não poderá ser inferior a 1:300\$000 (um conto e trezentos mil reais) mensais, salvo no caso do limite determinado em lei, será feita trimestralmente pelo Secretario Geral do Estado".

Art. 2º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Interventoria Federal do Estado de Goiaz, em Goiania, 31 de Outubro de 1940, 52º da Republica.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alvares Junior

DECRETO-LEI Nº 3.700, DE 31 DE OUTUBRO DE 1940.

Abre um credito especial de 6:000\$000, para ocorrer ao pagamento da subvenção concedida ao Ginasio Municipal de Ipanameri.

O Interventor Federal, neste Estado, de conformidade com o disposto no artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de Abril de 1939, e

Considerando que pelo Governo do Estado, em virtude do decreto nº

extraído titulo no prazo legal, nomeando-o novamente para o referido cargo.

Palacio da Interventoria Federal do Estado de Goiaz, em Goiania, 31 de Outubro de 1940, 52º da Republica.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alvares Junior

DECRETO Nº 3.703, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1940.

O Interventor Federal, neste Estado, resolve promover o sr. Adão de Queiroz Lima, escrivão da Coletoria de Sitio d'Abadia, a Coletor.

Palacio da Interventoria Federal do Estado de Goiaz, em Goiania, 4 de Novembro de 1940, 52º da Republica.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alvares Junior

DECRETO-LEI Nº 3.704, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1940.

Dispõe sobre doação de terras ao Governo da União.

O Interventor Federal, neste Estado, na conformidade do disposto no artigo 6º, nº IV, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de Abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam doadas ao Governo da União as terras necessarias para a instalação de um Nucleo Colonial e compreendidas dentro dos seguintes limites: Rio das Almas, S. Patricio, Carretão, Divisor Daguas Areas e Ponte Alta, Rio Verde até confluencia com o Rio das Almas, tudo de acordo com os estudos a que chegou a comissão de tecnicos nomeada pelo Ministro da Agricultura, ficando ressalvado que a União regularizará as ocupações por ventura existentes nessa região.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario, entrando o presente decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palacio da Interventoria Federal do Estado de Goiaz, em Goiania, 4 de Novembro de 1940, 52º da Republica.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Alvares Junior

DECRETO Nº 3.702, DE 31 DE OUTUBRO DE 1940.

O Interventor Federal, neste Estado, resolve determinar que a ajuda de custo arbitrada ao professor Orivaldo Borges Leão, pelo decreto nº 3.627, de 14 de Outubro corrente, seja paga pela verba 6.5.2 — 0.42.1., do vigente orçamento.

Palacio da Interventoria Federal do Estado de Goiaz, em Goiania, 31

este edital e outro de igual teor, para serem publicados, na forma de lei. Dado e passado, nesta cidade de Goiania, aos cinco dias de Novembro de mil novecentos e quarenta e quatro. Eu, Dinorah Domingues, escrivão de orfãos, datilografei e subscrevi (a) Celso Herminio Teixeira. (Sobre os selos do Estado e federal 1\$300). Nada mais continha no edital original supra. Data supra. O escrivão,
Dinorah Domingues

Comarca de Santa Rita do Paranaíba

Edital de citação

O Dr. Moacyr José de Moraes, Juiz de Direito desta comarca de Santa Rita do Paranaíba, Estado de Goiaz, etc.

FAZ saber a todos quantos o presente edital com o prazo de vinte (20) dias virem, ou dele noticia tiverem, que, por este Juizo e cartorio do Escrivão que este subscreve, requerida a divisão da gleba pertencente a Joaquim Prata Junior, na fazenda do Buriti, deste municipio, e na qual o oficial de Justica encarregado das citações certifica achar-se em lugar incerto e não sabido, o condômino Joaquim Barbosa de Carvalho. Deste modo, pelo presente edital com o prazo de vinte (20) dias, a serem contados da data de sua publicação no "Correio Oficial" do Estado, ficam o mesmo condômino e sua mulher, se for casado, citados para, no prazo legal de (10) dias, que correrão em cartorio virem contestar ou confessar a ação, abonarem com a requerente, d' Maria Carolina Nunes da Silva, prouta, nas despesas da causa, e acompanhar a em todos os seus atos, termos até final sentença e sua execução, tudo sob pena de revelia para que chegue a noticia ao conhecimento de todos e ninguém alegar ignorancia, se passou o presente que será afixado na sede do Juizo, e publicado, dentro de quinze (15) dias, no "Correio Oficial" deste Estado. Dado e passado na cidade de Santa Rita do Paranaíba, Estado de Goiaz, aos dez (10) de Outubro de mil novecentos e quarenta e quatro (1940). Eu, Aredio Borges Guimarães, Escrivão, que o datilografei subscrevi. Santa Rita do Paranaíba, 10 de Outubro de 1940. (n) Moacyr José de Moraes, Juiz de Direito (Devidamente selado). Conferido o original. Santa Rita do Paranaíba,

Circunscrição registrada do cartório de imóveis, pessoa jurídica e títulos que cita as fronteiras do distrito de Ceres localizado na Colônia Agrícola Nacional de Goiás.



ESTADO DE GOIÁS

República Federativa do Brasil

COMARCA DE CERES

Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos,
Documentos e Protestos

Fone: 721-1417

Marta Aparecida de Oliveira Pedrosa

Oficial Vitaleira

Messias Gonçalves de Pádua

Oficial Substituto

Washington Pedrosa

Sub-Oficial

= C E R T I D A O =

CERTIFICO, ue, a requerimento verbal de parte interessada e, revendo neste Cartório de Registro Geral de Imóveis, OS LIVROS DE TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES, no de nº. 03, fls. 02, encontrei a transcrição do seguinte teor: Nº. DE ORDEM: 05 .- DATA: 19/06/54.- CIRCUNSCRIÇÃO: Ceres.- DENOMINAÇÃO: Colônia Agrícola Nacional de Goiás. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Uma área de terras situada no distrito de Ceres, Município de Goiás, deste Estado, dentro dos seguintes limites: " Rio das Almas, São Patrício, Carretão, divisas de águas dos rios Areias e Ponte Alta, Rio Verde, até a confluência do Rio das Almas". Que essa doação pé em virtude e por força do decreto-lei do Estado de Goiás, de número 3.704, de 04 de novembro de 1.940, para da citada área, ser instalada e localizada pelo Córrego da União uma Colônia Agrícola Nacional. Que o governo do Estado de Goiás, pelo Decreto-lei número 403, de 20 de maio de 1.946, confirmou a referida doação, feita pelo decreto acima mencionado, de número 3.704, de 1.940, Que pelo decreto-lei número 403, de 20 de maio de 1.946, os limites da área doada são os seguintes: " Partindo de um marco cravado à margem esquerda do Córrego Grande, nas proximidades da sede da Fazenda de Antônio Pimenta Braga, segue com o rumo magnético quarenta e cinco graus (45) noroeste, atravessando várias estradas e os seguintes cursos d'água: Córrego Queixada, aos mil novecentos e cinquenta metros (1.950); Córrego São José; aos três mil, quinhentas e quarenta (3.540) metros; Córrego Serra Abaixo, aos quatro mil oitocentos e quinze (4.814) metros; Córrego da Serra, aos sete mil cento e trinta (7.130) metros; Córrego do meio, aos sete mil seiscentos e setenta e cinco (7.675) metros; Córrego do Jatobá, aos oito mil novecentos e trinta (8.930) metros; Córrego do Ouro, aos nove mil quinhentos e noventa (9.590) metros; Córrego do Barreiro, aos treze mil, oitocentos e oitenta (13.880) metros; Córrego da Picada, aos quinze mil oitocentos e oitenta (15.880) metros; Córrego da Mata, aos quatorze mil trezentos e quarenta e oito (14.348) metros; Córrego da Cobra, aos dezoito mil duzentos e sessenta metros (18.260) metros; Córrego do Café, aos vinte e um mil, seiscentos e quarenta e oito (21.648), metros, Grota da Baliza, aos vinte e dois mil, setecentos e quarenta (22.740) metros; Córrego da Onça, aos vinte e dois mil oitocentos e oitenta e cinco (22.885) metros; Córrego da Onça (novamente), aos vinte e três mil, seiscentos e quarenta e cinco (23.645) metros; Córrego da Anta, aos vinte e quatro oitenta e oito (24.088) metros; Córre

**Decreto Nº 37. 388, de 25 de maio de 1955 que emancipa o Núcleo
Colonial de Ceres situado no Estado de Goiás.**

DECRETO Nº 37.388 - DE 25 DE MAIO DE 1955

-- Emancipa o Núcleo Colonial de Ceres, situado no Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 87, item I, da Constituição Federal e nos termos do Decreto-Lei nº 6.117 de 16 de dezembro de 1943, DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado emancipado o Núcleo Colonial de Ceres, antiga Colônia Agrícola Nacional de Goiás, criada pelo Decreto nº 6.882 de 19 de fevereiro de 1941, é situado à margem esquerda do Rio das Almas, no Estado de Goiás.

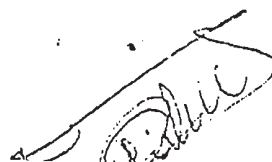
Art. 2º - O Instituto Nacional de Imigração e Colonização, fixará o destino a ser dado às áreas remanescentes do Núcleo ora emancipado, de acôrdo com a legislação em vigor.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1955, 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Monhoz da Rocha



Entrega de bens e ajuste que foi firmado entre o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Prefeitura Municipal de Ceres.

TERMO DE ENTREGA DE BENS E AJUSTE
QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO NA
CIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES.

1957

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de mil novecen-
tos e cinquenta e sete, na sede do Instituto Nacional de Imigra-
ção e Colonização, no Largo de São Francisco, nº 34, 12º pavimen-
to, compareceram, de um lado, o Instituto Nacional de Imigração e
Colonização - INIC -, representado por seu Presidente, Ministro -
Fernando Ramos de Alencar, e, de outro lado, a Prefeitura Municipi-
pal de Ceres, Estado de Goiás, representada neste ato por seu Pre-
feito, Dr. Domingos Mendes da Silva, havendo pelo primeiro, por seu
aludido representante, sido declarado o seguinte:

1º que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização é
proprietário de todos os bens, móveis e imóveis, que compõem o Nú-
cleo Colonial de Ceres, situados no Município de Ceres, Estado de
Goiás, bens êsses - notadamente os imóveis - que passaram a seu
domínio por força do disposto no artigo 7º da Lei nº 1.163, de 5
de janeiro de 1954;

2º que, pelo Decreto nº 37.358, de 26 de maio de 1955,
foi emancipado o referido Núcleo Colonial de Ceres;

3º que, assim, na forma da Lei, cumpre dar destino aos
bens que constituem o acêrvo do aludido Núcleo;

4º que, tendo em vista o que dispõe a legislação vigente
e a deliberação desta data, diga-se, o deliberado nesta data pela
Diretoria Executiva do Instituto Nacional de Imigração e Coloniza-
ção, com a concordância do representante da municipalidade de Ce-
res, fica com esta ajustado o seguinte com relação ao dito acêrvo

PRIMEIRO

Bens de uso público

Emancipado como se acha o Núcleo Colonial de Ceres, pas-
sam, automaticamente, para o domínio da Municipalidade de Ceres -
as praças, ruas e demais logradouros públicos nele existente.

SEGUNDO

Bens de uso comum

Na forma do deliberado pela Diretoria Executiva do Ins-

transferidos e, a partir desta data, entregues à Municipalidade de Ceres os prédios das escolas e respectivos lotes, e seu aparelhamento; as casas de residência da Administração e a reserva florestal do Núcleo, assumindo a dita Municipalidade, com relação a esta última, a obrigação de mantê-las, impedindo a derrubada de árvores e promovendo o reflorestamento das áreas devastadas por incêndios ou por quaisquer outras causas.

TERCEIRO

Bens de uso particular

a) Áreas remanescentes

Existindo no Núcleo uma área e diversos lotes remanescentes, rurais e urbanos, fica ajustado que a Municipalidade de Ceres incumbirá de lotear a área e alinear (sic) os lotes, inclusive os remanescentes, entregando ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização 40% (quarenta por centos) do produto da venda, e retendo para si os restantes 60% (sessenta por cento). Em janeiro e julho de cada ano prestará a municipalidade de Ceres contas ao Instituto das vendas feitas e pagará ao mesmo a porcentagem que a êle couber na conformidade do acima disposto.

b) Destinação dos lotes remanescentes

É encargo da Municipalidade preservar a destinação agrícola dos lotes rurais, ainda que alienados a terceiros.

c) Destino dos demais bens

Referentemente às casas residenciais, em número de 7 (sete), e respectivos terrenos; à serraria e carpintaria; à oficina - mecânica e sucata; e às máquinas constantes da relação anexa, fica ajustado que a alienação das mesmas será feita por meio de concorrência pública, pela Municipalidade de Ceres, dentro do prazo de um ano, contado de hoje, e entregue o produto da venda ao Instituto. Até que tal alienação se dê, ditos bens são entregues em comodato à Municipalidade de Ceres, que se obriga a deles cuidar e a bem conservá-los, sem qualquer ônus para o Instituto.

QUARTO

RELAÇÃO DOS BENS

Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de hoje, e ocasião da entrega efetiva a ser feita à Municipalidade, de Ce

desta e do Instituto, todos os bens, móveis e imóveis, pertences e acessórios que lhe vão ser confiados, e que são objeto do presente ajuste. Tal relação, após assinada, ficará fazendo parte complementar e integrante do presente termo.

QUINTO

Preferência

Na concorrência para a venda dos bens de que trata o presente, terá a Municipalidade de Ceres preferência, por, diga-se, preço por preço.

SEXTO

Bens reservados

Não se compreende no presente ajuste a Usina de Açúcar e o Conjunto Hospitalar, com as respectivas áreas, visto constituírem objeto de convênio e arrendamento distintos.

SÉTIMO

Máquinas cedidas a terceiros

Possuindo o Instituto, além dos bens supra mencionados, u'la moto-niveladora Adams; um trator TD-18 com "scraper", dois caminhões basculantes Ford F-6 e um trator Allis-Chalmers TD-10 cedidos, através de convênios, às Prefeituras de Uruassu e Rialma, fica ajustado que, uma vez simbolicamente devolvidos ao Instituto, serão entregues à Municipalidade de Ceres e seguirão o regime estabelecido na letra "c" do ítem Terceiro supra.

CITAVO

Rescisão

O não cumprimento, por parte da Municipalidade de Ceres, das obrigações aqui assumidas dará lugar à rescisão do presente ajuste, reintegrando-se o Instituto, em tal caso, na posse dos bens a ela entregues em comodato.

E, por estarem ajustados, mandaram lavrar o presente, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1957.

a) Fernando Ramos de Alencar
Presidente do INIC

a) Domingos Mendes da Silva
Prefeito Municipal de Ceres

Testemunhas:

Registro protocolado no Cartório 2º ofício de Notas do termo de entrega e ajuste que entre si fazem o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a Prefeitura Municipal de Ceres.



República Federativa do Brasil
Estado de Goiás - Comarca de Ceres
Município de Ceres - Distrito de Ceres

Cartório 2.º Ofício de Notas

TABELIONATO LONGO
Fone: 721-2634 - CX. POSTAL 130

ANEXO VIII

Kátia Maria Longo

Titular

Maria Valéria Longo

Substituta

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO
CERES - GOIÁS

Kátia Maria Longo

- Titular -

Maria Valéria Longo

- Escrevente -

C E R T I F I C O

por solicitação verbal de -
parte interessada que, revendo em meu poder e cartório sob a -
minha guarda e responsabilidade o LIVRO DE REGISTRO INTEGRAL-
DE TITULOS DOCUMENTOS, nele encontrei às folhas 62 e verso, -
sob o numero 182, feito em 16 de maio de 1.957, o registro
do seguinte teor:

"Está protocolado sob o numero A/Um, pagina 34, sob o numero -
391a seguinte transcrição: Termo de entrega e ajuste que entre
si fazem o INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO e a
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES, Aos vinte e sete dias do mez de
fevereiro de hum mil, novecentos e cinquenta e sete (1.957), -
na sede do INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, no
Largo de São Francisco numero 34, - 12º Pavimento, comparece -
ram, de um lado, o INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZA
ÇÃO, INIC, representado por seu Presidente, Ministro Fernando-
Ramos de Alencar, e de outro lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CE
RES, estado de Goiás, representada neste ato por seu Prefeito,
dr. DOMINGOS MENDES DA SILVA, havendo pelo primeiro, por seu -
aludido representante, sido declarado o seguinte: PRIMEIRO: -
Que o INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO é proprie-
tario de todos os bens móveis e imóveis, que compõe o NUCLEO-
COLONIAL DE CERES, situado no município de Ceres, estado de -
Goiás, bens esses - notadamente os imóveis - que passa a seu-
domínio por força do disposto no artigo 7º da Lei numero -
2.163, de 05 de janeiro de 1.954; - SEGUNDO: que, pelo Decreto
numero 37.388, de 25 de maio de 1.955, foi emancipado o referi-
do NUCLEO COLONIAL DE CERES; - TERCEIRO: que assim, na forma -
da Lei cumpre dar destino aos bens que constituem o acervo do
aludido Nucleo; quarta: que, tendo em vista o que dispõe a -
Lei N.º 580 - Ceres - Goiás



República Federativa do Brasil
Estado de Goiás - Comarca de Ceres
Município de Ceres - Distrito de Ceres

Cartório 2.º Ofício de Notas

TABELIONATO LONGO

CARTÓRIO Nº 721-2634 - CX. POSTAL 130
CERES - GOIÁS

Kátia Maria Longo
Titular

Maria Valéria Longo
Substituta

Kátia Maria Longo
- Titular -
Maria Valéria Longo
- Escrivã -

Legislação vigente e o deliberado nesta data pela Diretoria - Executiva ao INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, com a concordância do representante da Municipalidade de Ceres, fica com esta ajustado o seguinte com relação ao dito acervo: -

PRIMEIRO: bens de uso público emancipado como se acha o Nucleo Colonial de Ceres, passam, automaticamente, para o domínio da Municipalidade de Ceres, as praças, ruas e demais logradouros públicos nela existentes. SEGUNDO: bens de uso comum na forma do deliberado pela Diretoria Executiva do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, ficam pelo presente, transferidos e, a partir desta data, entregues à Municipalidade de Ceres os prédios das escolas e respectivos lotes, e seu aparelhamento; as casas de residência da administração e a reserva florestal do Nucleo, assumindo a dita Municipalidade com relação essa última a obrigação de mantê-la, impedir a derrubada de arvores e promovendo o reflorestamento das áreas devastadas por incêndios e por quaisquer outras causas. TERCEIRO: - Bens de uso particular (a) - área remanecente existente no Nucleo uma área e diversos lotes, rurais e urbanos, fica ajustado que a Municipalidade de Ceres, incumbirá de lotear e área e alienar os lotes, inclusive os remanecentes entregando ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização 40% (quarenta) por cento do produto da venda e retendo para si os restantes 60% (sessenta) por cento. Em Janeiro e Julho de cada ano, prestará a MUNICIPALIDADE D CERES, constas ao Instituto das vendas feitas e pagará ao mesmo a porcentagem que a ela couber, na conformidade do acima disposto. (b) - destinação dos lotes remanecentes é encargo da Municipalidade preservar à destinação agrícola dos lotes rurais ainda que alienados à terceiros. (c) - destino dos demais bens - referentemente as casas residenciais em numero de 7 (sete). e respectivos terrenos; a ferraria e -



República Federativa do Brasil
Estado de Goiás - Comarca de Ceres
Município de Ceres - Distrito de Ceres

Cartório 2.º Ofício de Notas

TABELIONATO LONGO

CAP. 2534 - 81 - POSTAL 130
CERES - GOIAS

Kátia Maria Longo
- Titular -

Maria Valéria Longo
- Escrevente -

Kátia Maria Longo
Titular

Maria Valéria Longo
Substituta

tantes da relação anexa, fica ajustado que alienação das mesmas será feita por meio de concorrência pública, pela Municipalidade de Ceres, dentro do prazo de um (1) ano, contado de hoje entregue o produto da venda ao INSTITUTO. Até que tal alienação se dê, ditos bens são entregues em comodato, a Municipalidade de Ceres, que se obriga a deles cuidar e a bem conservá-los, sem qualquer onus para o Instituto. QUARTO: relação dos bens - Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de hoje, e por ocasião da entrega efetiva a ser feita a Municipalidade de Ceres, serão relacionados, em documento firmado pelos Representantes desta e do Instituto, todos os bens, moveis e imóveis, pertences e acessórios que lhe vão ser confiados, e que são objeto do presente ajuste. Tal relação, após assinada, ficará fazendo parte complementar do presente termo. QUINTO: preferência - na concorrência para a venda dos bens de que trata o presente, terá a Municipalidade de Ceres preferência, preço por preço. SEXTO: - Bens reservados - Não se compreende no presente ajuste a UZINA DE ACUCAR e o CONJUNTO HOSPITALAR, com as respectivas áreas, visto constituírem objeto de convênio e arrendamento distintos. SETIMO: Máquinas cedidas à terceiros - Possuindo o INSTITUTO, além dos bens supracitados, uma Motoniveladora "Adams"; - Um trator TD., 18 com "Scraper"; dois caminhões basculantes Ford F/6 e um trator "Allis Chalmer" HD 10 cedidos, através de convênios, à Prefeitura de Urusçu e Riama, fica ajustado que, uma vez simbolicamente devolvidos ao Instituto, serão entregues à Municipalidade de Ceres e seguirão o regime estabelecido na letra "C" do item terceiro supra. OITAVO: rescisão e não cumprimento por parte da Municipalidade de Ceres das obrigações aqui assumidas dará lugar a rescisão do presente ajuste reintegrando-se o Instituto, em tal caso, na posse dos bens a



República Federativa do Brasil
Estado de Goiás - Comarca de Ceres
Município de Ceres - Distrito de Ceres

Cartório 2.º Ofício de Notas

TABELIONATO LONGO

Fone: 721-2634 - CX. POSTAL 130

Kátia Maria Longo

Titular

Maria Valéria Longo

Substituta

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO

CERES - GOIAS

Kátia Maria Longo

- Titular -

Maria Valéria Longo

- Escrevente -

ela entregues em comodato. E, por estarem assim ajustado, mandaram lavrar o presente, o qual, depois de lido e achado conforme vai assinado pelo representante das partes, contratantes e pelas testemunhas abaixo. Rio de Janeiro 27 de fevereiro de 1.957. (aa)

FERNANDO RAMOS DE ALENCAR, Presidente do INIC; DOMINGOS MENDES DA SILVA, Prefeito Municipal de Ceres. embaixo continha o seguinte carimbo: "Reconheço verdadeira a firma sup a de Fernando Ramos de Alencar e dr. Domingos Mendes da Silva e dou fé. Em tempo (estava o sinal publico) da verdade. Ceres, Go., 16 de maio de 1.957. (a) - SALVINO PESSOA 2º tabelião de Notas." Selado com Cr. \$ 3,50 de selos federais, inclusive de taxa de educação e caude inutilizadas com o seguinte carimbo: "Cartório do Segundo Ofício de Helio Ferreira de Paiva, Caixa Postal 78, Ceres, Go." Era o que se continha no documento, aqui bem e fielmente transcrito ao qual reporto e dou fé. Em tempo: o contrato foi datilografado em sete laudas, todas elas contendo acima o Emblema da Republica e: Instituto Nacional de Imigração e Colonização." - Eu, SALVINO PESSOA, sub Oficial do Registro Especial, que o transcrevi e assino. em publico e raso."

Eu, KATIA MARIA LONGO, Segunda tabeliã de Notas, que este datilografei, conferi, subscrevi, dou fé e assino.

Ceres, GO, 25 de Fevereiro de 1.993.

Katia Maria Longo
KATIA MARIA LONGO - 2a. tabeliã

00082014/0001-44

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS

Pça. Cívica s/n. - Centro

CEP - 74708

Ceres - Go.

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO
CERES - GOIAS
Kátia Maria Longo
- Titular -
Maria Valéria Longo
- Escrevente -

Denúncia do termo de ajuste firmado entre o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Prefeitura Municipal de Ceres.

DENÚNCIA O TERMO DE AJUSTE FIRMADO ENTRE O INIC E

ANEXO IX

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES

(D.O. 13/9/65 - fls 2692)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - INDA, usando da competência que lhe atribui o Decreto nº 55.810, de 30 de março de 1965 e cumprindo a Deliberação nº , do Conselho Diretor da Autarquia, tomada em sua Sessão de 24 de junho de 1965, e tendo em vista o que consta dos Processos números SUPRA 1.155/63, 2.785/63, INIC 7.704/61 e apensos INIC 5.221/61 e apensos,

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Ceres vem infringindo reiteradamente o ajuste firmado com o extinto Instituto Nacional de Imigração e Colonização;

CONSIDERANDO o que ficou apurado no inquérito administrativo instaurado para apurar as ilegalidades e irregularidades na execução do mencionado ajuste e ao que consta do Processo INIC nº 4.900/60;

CONSIDERANDO o Relatório e as representações que se lhe seguiram, confirmado pelo Chefe da Seção de Contrôlo de Bens Imóveis da Divisão Patrimonial do órgão extinto acima referido;

CONSIDERANDO, finalmente, o que constado Processo SUPRA nº 1.155/63 e seus apensos,

RESOLVE:

Com fundamento no item "oitavo" do Termo de Entrega e Ajuste, firmado em 27 de fevereiro de 1957, entre o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a Prefeitura Municipal de Ceres, denunciar o Termo de Ajuste celebrado com essa entidade, e em consequência declará-lo rescindido, a partir da data de publicação no Diário Oficial da presente Resolução.

as. EUDES DE SOUZA LEÃO FINTO
Presidente

Exposição de Apolônio Jorge de Farias Salas aos estudantes

RA 00000000

Descrição

Arquivo: Getúlio Vargas

Classificação: GV c 1943/1945.00.00

Data: 1943/1945

Qtd. de documentos: 1 (30 fl.)

Exposição de Apolônio Jorge de Farias Salas aos estudantes, versando sobre questões referentes ao Ministério da Viação; Ministério Militares; potencial agrícola e industrial do Brasil. problemas de mercado interno; colonização; possibilidades hidrelétricas do país; saneamento; transportes; cooperação econômica entre os Estados, etc. Rio de Janeiro.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
GABINETE DO MINISTRO

RIO DE JAN

Solicitação feita ao Exmo. Presidente da República pelo prefeito de Ceres Domingos Mendes da Silva referente ao ensino público e aos terrenos urbanos do município.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERES

Do Prefeito Municipal de Ceres
Ao Exmo. Sr. Presidente da República.
Assunto: ENSINO, TERRENOS URBANOS-SOLICITAÇÃO

Sr. Presidente:

Criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, pelo Decreto-lei nº 6882 de 19 de Fevereiro de 1941, o movimento de migração interna, em correspondência ao fim objetivado pelo Governo Federal, excedeu, de muito, à mais avançada expectativa.

Reviveu-se a epopéia das bandeiras, intensificado, porém, o ritmo de penetração, pelas facilidades oriundas dos recursos técnicos modernos. Em tempo curto, povoaram-se as matas de S. Patrício, rasgaram-se estradas, e os pioneiros, pagando, embora, o tributo natural em empreendimentos dessa natureza, com os surtos epidêmicos e endêmicos sobranceiros, ainda, à precariedade dos recursos sanitários, mantiveram-se à altura do cometimento, fortalecidos, na luta, pela esperança de assistência contínua por parte do Governo Federal.

E não se esperou em vão. Os resultados, pelo que se fez, estão por aí, palpáveis. Mas, Sr. Presidente, ao término da atuação da CANG, cujos remanescentes iriam integrar, com a criação do Núcleo Colonial de Ceres, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a anterior que visava, antes de tudo, o benefício à população, desviou-se da meta original, numa contrafação do direito público, a todos surpreendendo pelo que, hoje, se observa. Na exposição sucinta desses acontecimentos, o sentido desta mensagem. Iremos por partes:

1ª - ENSINO PRIMÁRIO RURAL - Numa população flutuando entre 45 e 50 mil habitantes, constituindo-se, por certo, o local de maior densidade demográfica no interior, a manutenção de escolas impõe-se, insofismavelmente. E o que sucede? As escolas criadas e mantidas pelo Governo Federal, são repentinamente, fechadas, ao número de 45, sem um aviso prévio, em tempo oportuno, que possibilitasse ao Estado ou ao Município medidas acauteladoras. Inúteis foram os apelos. Fechar escolas, meu Presidente, e no Governo de V. Exa. é para nós absolutamente incompreensível.



2ª - TERRENOS URBANOS DE CÉRES - Ao doar o Estado a gleba de S. Patrício, destinada à localização da CANG, pelo decreto-lei nº 3.704 de 4 de novembro de 1940, retificado e ratificado pelo de nº 403 de 20 de maio de 1946, não objetivava o Governo do Estado, por certo, senão o interesse da União, pelo desenvolvimento do próprio Estado e da zona em questão. Daí, proceder a CANG à distribuição de lotes aos colonos, na zona rural, e de lotes urbanos destinados à construção da sede. Até aí, tudo bem. Mas como se justificar a quebra de continuidade, procurando o Instituto locupletar-se dos que não foram doados, criando, no que diz respeito aos urbanos, embaraços tremendos ao novo Município, - cujo desenvolvimento deve interessar particularmente ao Governo da União?

Ceres, a dois passos da futura capital, da qual será o celeiro, constitui-se, pela grandeza potencial poderosa alavanca propulsora do progresso, na irradiação da força necessária ao esperado desenvolvimento do Brasil central.

No entanto, ninguém pode pensar ao menos construir porque a Prefeitura, ao contrário do que se esperava, não mereceu a doação dos terrenos urbanos e nenhuma norma se traçou regulamentando a questão. O interessado não tem a quem se dirigir. A própria Prefeitura, com dotação orçamentária destinada à construção de edifícios públicos, não tem onde construir, exceto o da cadeia, em local inadequado, que absolutamente não condiz com as exigências de um urbanismo sadio. Ferde o comércio, a incipiente indústria, o Estado, a Nação. É o estacionamento, a estagnação.

Contra a veemência de um apêlo nosso, objetou-se que o Instituto necessita disso para manter-se. Mas, Sr. Presidente, a gota d'água dos pobres lotes urbanos de Ceres, num mar imenso da receita do Instituto não tem proporção com o pesado sacrifício imposto ao Município. Já estamos arrostando com a manutenção de treze das quarenta e tantas escolas fechadas, com a construção e conservação de estradas, com a construção da nova pista de campo de pouso a que ficou condicionado a sua desinterdição e que é interesse próprio da União nas rotas do Brasil central.

“doação dos terrenos urbanos seria um contrapêso ao agravado ônus municipal, tanto mais necessária quanto são gran-



des nossas obrigações para com a zona rural, da qual, por leis específicas, sendo zona essencialmente agrícola, não percebe o Município tributo algum. A chamada emancipação deu-se apenas para o Instituto que se eximiu da obrigação de manter escolas, hospitais, conservar estradas, etc., carga agora excessiva para o município, cujo dota, na emancipação, limitou-se a um caminhão, velho demais para merecer o rol dos bens do Instituto.

Reafirmamos: não tem o Município apenas a significação comum aos demais da União, Estamos sendo o celeiro do Brasil, e somos, também, sala de visita de cônsules e embaixadores, os quais, no Exterior, dirão, certos, do nosso progresso, mas não silenciarão o espanto pelo fechamento total de escolas e por qualquer procedimento que anulasse o esforço pioneiro nas massas de São Patricio.

É necessário que alguém, com larga visão e autoridade suficiente, tome conhecimento da situação. Daí nosso apêlo a V.Exa. para que atenda ao anseio d'esses pais de milhares de alunos, canderados ao analfabetismo pelo fechamento de suas escolas, por uma entidade federal.

Sr. Presidente, não quero discutir o ato legal da atitude do I.N.I.C., no chamar a si todos os bens e benfeitorias que encontrou na CANG, que represetan, de fato, o esforço do Governo Federal, conjugado com o braço forte do colono nacional, mas sim apelar mesmo para Vossa Excelência, para, por atos legais, nos dar meios de manter as escolas, conservar estradas e fazer funcionar a usina de açúcar de chã muito fechada e encostada como emprestável.

Sentimos, como médico e educador, que não podemos permanecer nesse estado de coisas, concordar com esse crime de fechar escolas, de ver estradas abertas se fecharem por falta de conserva, de não poder pôr a pista do campo em condições dos aviões descerem com segurança, de ver a área virgem de 1945, hoje com a população de 50.000 habitantes, exposta ao desamparo por parte dos responsáveis.

Esse, Sr. Presidente, o motivo por que, no momento, bato às portas do Governo de V.Exa. certo de que a cidade de Ca

CÂMARA DOS DEPUTADOS



- 4 -

res terá resposta decisiva e patriótica de Vossa Excelência ao lhe conceder a verdadeira autonomia, desafogando-a, desasfixiando do cinturão de ferro que o INIC lhe vem apertando gradativamente. Esta a verdade nua e crua do atual estado de coisas em que nos encontramos.

Esperamos, pois, da justiça que lhe é característica, da compreensão que tem norteadado o governo de V. Exa. as medidas que se fizerem necessárias e que lhe ditar o descortínio político-administrativo com que se credenciou Vossa Excelência à admiração e respeito de todo o país.

Com os protestos de estima e consideração,

Respeitosamente,

(a.) Dr. Domingos Mendes da Silva
Prefeito M.

**Primeiras atas das sessões ordinárias e extraordinárias existentes
na Câmara Municipal de Vereadores de Ceres.**

o para discutir e com a sua doação de lançamento
e a favor de uma comissão e comissão e comissão e
a presidência do Sr. Floriano Batista, para dar
para os membros eleitos no prazo de 15 de
setembro de 1970, tendo em vista a ausência dos
membros que foram de grupo, Sr. Floriano Batista e
Dinora, foram batida de dentro, Dinora,
Sociedade, foram batida por fora, logo após a
eleição do Sr. Floriano Batista em separado.
na eleição a apresentação os seus trabalhos
e a declaração de fé dos membros apresentados
na fé. Tendo em vista de fora, Sr. Floriano Batista
o grupo, também fora fora, Sr. Floriano Batista
de grupo de grupo, Sr. Floriano Batista
do grupo de grupo de grupo e grupo
que foram batida de dentro fora os
membros, Sr. Floriano Batista e Sr.
Floriano Batista. Sr. Floriano Batista
os membros eleitos a foram batida por
fundamentação de fora, em separado o Sr.
Presidente, Sr. Floriano Batista para a grade
em os seus para a comissão que
foi batida em separado o grupo em que
presidência esta caso. Para a batida do
Presidente, Sr. Floriano Batista e Sr.
Sr. Floriano Batista, Sr. Floriano Batista e Sr.

Ata do 1º

*

O Sr. Sílvio Ferreira de Oliveira usou da palavra agradecendo e congratulando com o poder executivo de cumprir o seu dever. Como ninguém mais usa-se da palavra, em nome de Deus foi encerrada a sessão, sendo convocada outra sessão para o dia 2 de fevereiro às 5 horas da tarde.

Ceres, 01 de fevereiro de 1971

Eu sou o secretário a Doe a Loure e os outros.

Elf Zousofhan

Sílvio Ferreira de Oliveira

Maria Aparecida Fomz

Joaquim Neves de Amaral

Stacy

Ata da reunião ordinária aos dois dias do mês de fevereiro de 1971. O Sr. presidente Eunápio de Souza Real iniciou a presente sessão. É feita a chamada pelo Sr. Secretário Sílvio Ferreira de Oliveira, não compareceu o Sr. Orlando José de Souza Grandir José Rosa e Lízara Mendes. É feita a apresentação de matéria. É apresentado um projeto de lei nº requerimento de criação de Escola Municipal. Nesse momento chega o Sr. Juvenal José Rosa e toma parte a mesa. O Sr. Sílvio Ferreira, secretário, requereu ao Sr. presidente que seja determinada a afixação definitiva de uma folha manuscrita em papel de cor de rosa apresentando o emblema da república e o dizeres Estado de Goiás e Câmara Municipal de Ceres, o qual foi utilizado para término da reunião extraordinária da referida edilidade, em virtude da ilegal ocorrência, em que o vereador Orlando José de Souza, instantes antes havia adentrado ao recinto para violentamente subtrair das mãos do secretário.

ata da reunião anterior - Após isso é feita a apresentação de matéria. O Sr. secretário Sílvio Ferreira apresenta um requerimento de nº 2 - para que seja exigido ao Sr. prefeito no sentido de ser recuperado o prédio escolar do km 171 e seja instalada uma escola no local, visto a necessidade, pois há várias crianças sem assistência escolar. Entra em votação - é empatada - três a três - votos contra: Jurandir José Rosa - Bázaro Mendes e Orlando José de Souza - votos a favor: Joaquim N. Amaral - Sílvio F. de Oliveira e M^{ra} Aporeciola Gomes. Sendo empatada o presidente dá o seu voto mineira favorável ao requerimento - essa foi a primeira votação.

O Sr. Sílvio Ferreira pede a palavra, agradece a assistência aqui presente e as presenças dos edis Bázaro Mendes, Orlando José de Souza, Jurandir José Rosa e os ainda não impossados João Flávio e José Gonç. Melo - e o mesmo requer verbalmente ao Sr. presidente no sentido de convocar uma reunião extraordinária no dia posterior a esse para que os vereadores João Flávio e José Gonç. Melo os não impossados possam tomar suas devidas poses. O edil Jurandir José Rosa pede a palavra e protesta dizendo que não é permitido reunião extraordinária em dia de reunião ordinária. O Sr. presidente Eunápio de Souza Beal resolve que os vereadores tomarão posse na próxima reunião às 17.00 hrs horário normal de reunião extraordinária.

O Sr. Orlando José de Souza pede a palavra e protesta a votação feita nessa Casa e também a posse dos vereadores José Gonç. de Melo e João Flávio em reunião realizada por eles. O Sr. secretário Sílvio Ferreira protesta visto que a referida ata não constava o não comparecimento dos vereadores Orlando José de Souza, Jurandir José Rosa, Bázaro Mendes e João Flávio Silva - e não constar nenhuma assinatura sendo ela extraordinária. (Sab)

O Sr. presidente declara encerrada a sessão. Sala dos Ser

no de 1971.

Silvius Ferreira de Oliveira

~~Luiz Carlos de Souza~~
Yone Gonçalves de Melo

Maria Aparecida Gomes

Joaquim Nunes do Amaral

Ata da reunião ordinária aos quatro dias de fevereiro de 1971. O Sr. presidente Eunápio de Souza Real dá abertura a sessão. A chamada é feita pelo Sr. secretário, Silvius Ferreira. comparecem os edis Eunápio de Souza Real, Joaquim Nunes do Amaral, Maria Aparecida Gomes e Silvius F. de Oliveira. não comparecem o Sr. Orlando José de Souza, Bazarão Mendes, Guandir G. Rosa e João Flavio. comparece tb. o edil não impositado José G. de Melo. É feita a leitura da ata. O Sr. presidente convida o Sr. José G. de Melo a fim de prestar) tomar sua posse - o mesmo faz o juramento e é convidado a assinar o livro de presenças. Sra. Aparecida Gomes pede a palavra e congratula o novo edil e tem certeza que juntamente com todos, vão trabalhar unidos num sentimento de bem servir, fazendo tudo para o engrandecimento de Peres e daí as suas boas vindas. O Sr. Silvius Ferreira de Oliveira requer verbalmente no sentido que sejam suspensos os trabalhos de hoje a fim de que todos os componentes da Câmara façam uma visita, nesse horário, a Sra. Hilda Sayão, ex esposa de Bernardo Sayão. O Sr. presidente concorda e declara encerrada a sessão. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Peres aos quatro dias de fevereiro de 1971.

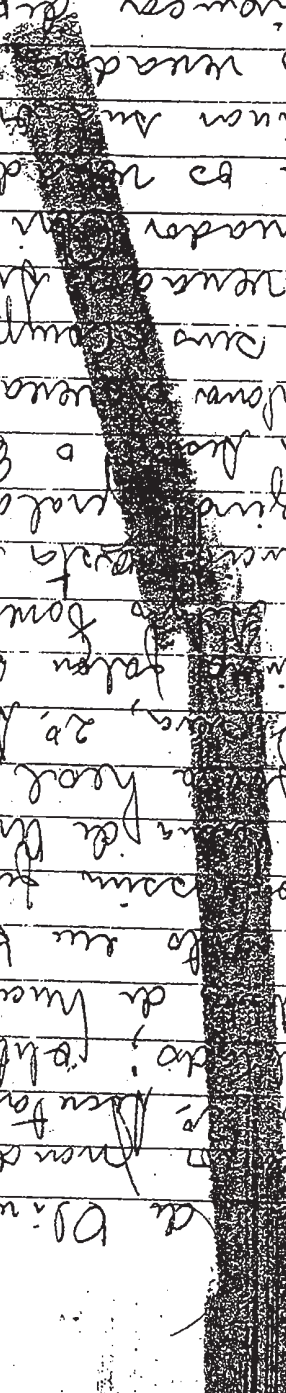
Silvius Ferreira de Oliveira



Grupos de Trabalho

Grupo de Trabalho de Planejamento
Grupo de Trabalho de Planejamento

Forma de Trabalho
 1. Planejamento
 2. Execução
 3. Avaliação
 4. Controle
 5. Relatórios
 6. Comunicação
 7. Organização
 8. Recursos
 9. Riscos
 10. Ética
 11. Sustentabilidade
 12. Inovação
 13. Qualidade
 14. Segurança
 15. Saúde
 16. Meio Ambiente
 17. Governança
 18. Transparência
 19. Responsabilidade Social
 20. Cultura Organizacional



a tarde. Logo a St. Bernard's, Vila Verde, faz
de tarde, começando para começar para
dia seguinte ao 13:00 horas. Não há
feudo para começar, começar a St. Bernard's
encorajado a começar.

Sala das Juntas da Comissão Municipal
de Bem, em frente a fim das de São
de começar a fim das de São
e fim. ~~Logo a St. Bernard's~~
Logo a St. Bernard's

Logo a St. Bernard's

Logo a St. Bernard's

Logo a St. Bernard's

Logo a St. Bernard's

Térmo de não comparecimento

Por motivo de não haver número legal não há possibilidade de fazer uma reunião ordinária. O Sr. presidente Eunápio de Souza Real pediu para que lavrasse o termo de não comparecimento. Compareceram o Sr. Eunápio de Souza Real, Sr. Joaquim Nunes Marques e Sr. Sílvio Ferreira de Oliveira. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Peres. aos cinco dias do mês de fevereiro de 1971. Resolva. Ono me correto do edil é Joaquim Nunes do Amaral

Sílvio Ferreira de Oliveira
Joaquim Nunes do Amaral

Ata da reunião ordinária aos três dias do mês de maio de 1971. Sendo comparecido os vereadores Guandhi J. Rosa, Orlando J. de Souza, João Flávio da Silva, João Mendes José Gomes de Melo, Eunápio de S. Real, Sílvio Ferreira de Oliveira, Joaquim Nunes do Amaral. Após a chamada o Sr. Presidente Orlando J. de Souza inicia a sessão. É feita a apresentação de matéria do dia. Projeto de lei nº 05/71 "autoriza a outorga de escritura de lotes do Povoado de Espiranga". Projeto de lei nº 02/71 "abre crédito especial para fim que especifica". Um ofício expedido pelo Delegado Fiscal Alton Pinheiro de Alencar. Projeto de lei nº 04/71 "abre crédito especial para fim que especifica". Projeto de lei nº 03/71 "autoriza a abertura de crédito suplementar". Um requerimento do Sr. Joaquim Nunes do Amaral que seja oficializada no Colégio da Gamaleira, neste município, que naquela localidade conta com 90 crianças. Uma carta enviada pelo Sr. Beneditina S. Isabel, pedindo ajuda no que seja possível. O Sr. Sílvio pede a palavra e diz q. em nome do povoado do Espiranga pede para que votem no projeto de lei q. autoriza outorga de escritura de lotes do povoado de Espiranga.

- 1 - Aloisio Garcia Barbosa
 - 2 - Edson Rodrigues da Rocha ~~Edson Rodrigues Rocha~~
 - 3 - Fabio Jose Trango
 - 4 - Helier Prados Silva ~~Helier Prados Silva~~ ABSENTE
 - 5 - Jose Benito Neto
 - 6 - Mario da Costa e Aquino ~~Mario da Costa e Aquino~~
 - 7 - Muniz Ubaldo de Freitas ~~Muniz Ubaldo de Freitas~~
 - 8 - Paulo Matos ~~Paulo Matos~~
 - 9 - Reginaldo Vicente de Almeida AUSENTE
- X X X X X X X X X X

Sessão Ordinária - 02 - 02 - 1983

- 1 - Alcino Cesar da Cunha ~~Alcino Cesar da Cunha~~
- 2 - Cesar Benito Caldos ~~Cesar Benito Caldos~~
- 3 - Joaquim Pedrosa Mundim ~~Joaquim Pedrosa Mundim~~
- 4 - João Bosco da Silva ~~João Bosco da Silva~~
- 5 - Oreste Melo ~~Oreste Melo~~
- 6 - Paulo Omar da Silva ~~Paulo Omar da Silva~~
- 7 - Raimundo Alves de Souza AUSENTE
- 8 - Samuel do Nascimento ~~Samuel do Nascimento~~
- 9 - Walter Alves Mascarenhas AUSENTE
- 10 - Valdir Teixeira Chaves ~~Valdir Teixeira Chaves~~
- 11 - Walter Aires ~~Walter Aires~~

Sessão Ordinária - 03 - 02 - 1983

- 1 - Alcino Cesar da Cunha - ~~Alcino Cesar da Cunha~~
- 2 - Cesar Benito Caldos - ~~Cesar Benito Caldos~~
- 3 - Joaquim Pedrosa Mundim - ~~Joaquim Pedrosa Mundim~~
- 4 - João Bosco da Silva - ~~João Bosco da Silva~~
- 5 - Oreste Gonçalves de Melo - ~~Oreste Gonçalves de Melo~~
- 6 - Paulo Omar da Silva - ~~Paulo Omar da Silva~~